

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância
da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes

Volume 4 - Número 1 - jan./jun. - 2016

**TEXTOS MÚLTIPLOS, DIÁLOGOS VARIADOS.
INTERCÂMBIO CIENTÍFICO.**



ead **Unimontes**.br



Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes

V.4, n.1, jan./jul. 2016



Montes Claros/MG - 2016

Corpo Editorial

Conselho Editorial Executivo

Fernando Guilherme Veloso Queiroz
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo
Betânia Maria Araújo Passos
Maria Aparecida Pereira Queiroz

Editores Científicos

Josiane Santos Brant Rocha
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis
Gustavo Souza Santos

Conselho Editorial Científico

Andrea Nogueira do Amaral Ferreira
Betânia Maria Araújo Passos
Gustavo Souza Santos
Josiane Santos Brant Rocha
Maria Aparecida Pereira Queiroz
Patrícia Takaki Neves
Ronilson Ferreira Freitas
Rosângela Ramos Veloso
Vinícius Dias Rodrigues
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis

Assistentes Editoriais

Revisão Textual:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Revisão de Referências:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Assessoria técnico-científica:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Projeto Gráfico:
Thiara Barbosa Monteiro

Diagramação:
Thiara Barbosa Monteiro

Contato

Endereço postal

Campus Darcy Ribeiro - Unimontes
Av. Rui Braga s/n, Vila Mauricéia,
Prédio 7, 2º piso, sala 10
CEP: 39.401-089 - Montes Claros/MG

Contato Principal

Josiane Santos Brant Rocha
Telefone: (38) 3229-8303
E-mail: revistamultitexto@ead.unimontes.br
www.ead.unimontes.br/multitexto

Contato de Suporte

Equipe de Pesquisa EAD/Unimontes
E-mail: revistamultitexto@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br

Volume 4 - Número 1 - Ano V - jan./jul. 2016
Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

ISSN 2316-4484

[sumário]

07 Apresentação

08 Carta aos leitores

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

09 Ação docente na prevenção ao uso abusivo de drogas: apontamentos sobre um curso em EAD para professores da Educação Básica

Luciano Luz Gonzaga e Denise Rocha Corrêa Lannes

17 Reflexão sobre a atuação dos acadêmicos em uma disciplina do curso de licenciatura em música a distância: um relato de experiência

Maria Teresa de Souza Neves

ARTIGOS DE REVISÃO

24 Analisando a interface do Moodle: problemas de usabilidade

Mariélten Ivo de Sousa

34 Curso técnico em Agronegócios da Rede e-Tec Brasil: perspectivas em EAD

Ana Maria de Jesus Teixeira, Mariana Aparecida Teixeira e Aleksandre Rocha Viana

38 Educação em saúde no contexto da alta hospitalar de paciente de unidade de terapia intensiva

Fabiano Fernandes Oliveira

44 O papel do coordenador de curso como articulador do processo formativo na EAD

Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida

ARTIGOS ORIGINAIS

48 Cesariana: análise epidemiológica de sua prática no Brasil

Jefferson Carlos Tolentino Rodrigues, Iago Ethan Silva Ribeiro Almeida, Antônio Guerra De Oliveira Neto e Túlio Antunes Moreira

54 Consumo de suplementos alimentares em academias de Montes Claros/MG

Nágylla Rodrigues Borges, Váflia Salleth Figueiredo Silva e Vinicius Dias Rodrigues

60 Desafios da mastectomia e a percepção do profissional de saúde

Suely Aparecida Dias, Carlos Magno Tolentino Vieira e Vinicius Dias Rodrigues

64 O destino do lixo: percepção ambiental dos moradores do distrito de Riacho Cruz, Januária/MG

Amanda Maria Soares Silva

74 Perfil epidemiológico do HIV/AIDS no estado de Minas Gerais/Brasil: um desafio interdisciplinar da educação formal

Mariana Rocha Alves e Vinicius Dias Rodrigues

82 Perfil nutricional de funcionários do hospital público de Montes Claros/MG

Adislaine Ferreira da Silva, Fernando Kaiky Rodrigues Reis e Vinicius Dias Rodrigues

89 DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES

Apresentação

O Centro de Educação a Distância - CEAD/Unimontes foi inaugurado em 2011 em histórico de ricas experiências vivenciadas pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes ao longo de 15 anos. Uma jornada de esforços conjuntos e uma estima apaixonada pela educação e pelo conhecimento científico carecia, em seu núcleo, de uma plataforma que reunisse todas as perspectivas constitutivas de sua história e finalidade. Um anseio crescente da instituição que se desdobra e desdobrará em produtos e iniciativas de fomento em pesquisa. Em 2012, como fruto gerado diretamente do âmago dessas necessidades unidas ao cenário nacional de valorização crescente da pesquisa científica, surge a Revista Multitexto.

A Revista Multitexto nasce como um periódico em movimento. São contribuições de abordagens múltiplas num ensejo genuíno e único de progressão científica em pesquisa. Um marco para os estudos na área de ensino a distância numa oferta interdisciplinar. Unidade na diversidade: a grande proposta da revista. Espaço aberto para pesquisadores e entusiastas. Multipliquem-se os multitextos em contribuições múltiplas.

Sobre a Revista Multitexto

Publicação semestral do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, que contribui na área de conhecimento produzida pelas fenomenologias e áreas correlatas em Educação a Distância, com foco interdisciplinar.

Aberta em 2012, a Revista Multitexto recebe colaborações de pesquisadores em ensino a distância e demais áreas. É meta referencial da revista abordar questões conceituais e metodológicas, bem como, os desenvolvimentos da pesquisa, aplicada ou teórica, na área de educação à distância (EAD); difundir a produção científica de pesquisadores da área de educação à distância (EAD), inseridos em Institutos de pesquisa e de educação superior no Brasil; propiciar um espaço para o debate teórico acerca de áreas de enfoques específicos, e, possibilitar um esforço interdisciplinar em pesquisa.

[CARTA AOS LEITORES]

Caros leitores,

Em uma nova edição, os múltiplos textos se constituem em uma plataforma de diálogo multidisciplinar, fruto de pesquisas de estudantes, professores e pesquisadores de regiões e áreas de atuação diversas. Novos 12 trabalhos são apresentados entre relatos de experiência, artigos de revisão e artigos originais, abrindo o quarto volume da revista.

Nesta edição, abrimos espaço a contribuições diversas que portam o ensejo de produzir ciência e aprimorar o conhecimento. Gradualmente, a Revista Multitexto consolida sua meta, a de oferecer textos múltiplos em diálogos variados no intercâmbio científico. Celebramos ainda as indexações da revista nas bases de dados DOAJ, Latindex, EZB e Diadorim e nos aproximamos da qualificação.

Aprecie as colaborações desta edição e prepare-se para contribuir em nossos próximos volumes e edições. Desejamos promover elos, pontos de conexão, pontes e estradas onde o conhecimento integrado e diversificado seja um importante baluarte.

Com estima e gratidão,

Equipe Editorial

AÇÃO DOCENTE NA PREVENÇÃO AO USO ABUSIVO DE DROGAS: APONTAMENTOS SOBRE UM CURSO EM EAD PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

GONZAGA, Luciano Luz¹; LANNES, Denise Rocha Corrêa².

¹Docente da área de extensão- Fundação CECIERJ consórcio CEDERJ; Doutorando em Educação, Gestão e Difusão em Biociências IBqM/UFRJ.

²Doutora em Ciências do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis- UFRJ. Chefe do Laboratório de Práxis pedagógica e Representações Sociais IBqM. Coordenadora da Pós-graduação em Ensino de Ciências e Biologia da UFRJ.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo estabelecer um espaço de reflexão sobre a participação efetiva dos docentes-cursistas na tomada de decisões pertinentes ao uso abusivo de drogas na idade escolar, estabelecendo os indicativos necessários para uma práxis comprometida com a elaboração de estratégias de ação-intervenção ao longo da realização do curso de extensão “Ação Docente na Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas”, da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ. A experiência da disciplina contribuiu para a construção de um olhar diferenciado sobre o tema, especialmente no que diz respeito à compreensão do papel social e operacional da escola no processo efetivo da prevenção.

Palavras-chave: Educação continuada; Educação a distância; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas na sociedade contemporânea, particularmente no período da adolescência, tem sido objeto de constantes debates em função de sua grande prevalência e dos riscos que podem acarretar (ALARCON; JORGE, 2012). Segundo a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD, 2010), o crescimento do consumo de drogas em escolares vem sendo motivo de preocupação para famílias, profissionais de instituições educacionais e outras áreas sociais.

Dessa forma, considerando os professores importantes protagonistas na ação de modalidades junto ao público citado, bem como o crescimento quantitativo de educadores ade-

rindo aos cursos em EAD, torna-se necessário que se estabeleçam novos espaços virtuais para promover a reconstrução da práxis pedagógica através do suporte tecnológico, como elemento facilitador e agregador de indivíduos territorialmente distantes, porém, com objetivos em comum, dentre eles, o empoderamento da escola como fator de proteção à prevenção às drogas.

DESENVOLVIMENTO

Este relato apresenta um curso inserido na área de extensão da Fundação CECIERJ consórcio CEDERJ e, na atualidade, apresenta 6 (seis) áreas de conhecimento (Quadro 1).

Quadro 1 - Disposição das áreas de conhecimento e respectivos cursos CECIERJ/CEDERJ

ÁREA	CURSOS
Ciências da natureza	Biologia, Física, Química
Ciências humanas	Antropologia, Filosofia, Geografia, História, Sociologia
Linguagens e códigos	Língua portuguesa e literatura, Artes
Matemática	Aspectos da Educação Matemática, Fundamentos de Matemática Elementar, Tratamento da Informação e Matemática Financeira
Prática docente	Ciências & Educação, Instrumentação para o Ensino, Educação Especial e Inclusiva
Tecnologia Educacional	Informática Educativa, Inovações Educacionais

Fonte: <http://cederj.edu.br/extensao/cursos-por-area/>.

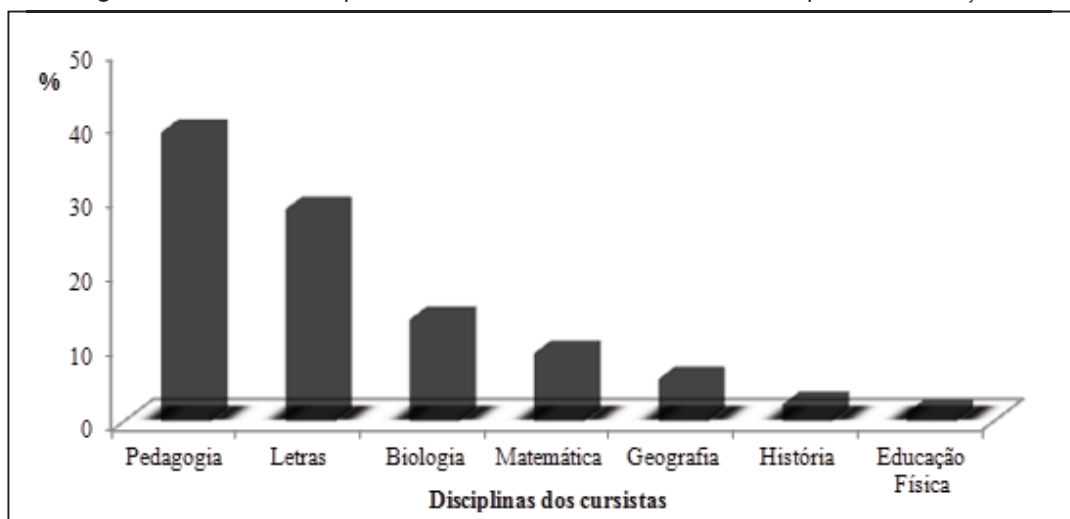
O curso intitulado “Ação docente na prevenção ao uso abusivo de drogas” está inserido em Inovações Educacionais e tem por finalidade:

[...] estimular o desenvolvimento de um conjunto de atitudes e capacidades tais como pesquisar, analisar, propor alternativas, discutir e comunicar em ambientes virtuais, utilizando ao máximo as possibilidades tecnológicas na escola básica e na formação docente continuada. Num mundo em evolução cada vez mais rápida, é preciso que todos investiguem, questionem, construam conhecimentos, utilizem os novos meios tecno-

lógicos disponíveis e, sobretudo, se humanizem ao longo da aprendizagem, adquirindo assim capacidade de transformar o presente e decidir o futuro. A área de Tecnologia Cognitiva oferece disciplinas cujo objetivo é a reestruturação de metodologias e a construção e reconstrução da práxis pedagógica, inserindo a necessidade de agregar o fator tecnológico como elemento facilitador de desenvolvimento dos processos cognitivos (EXTENSÃO CECIERJ, 2015, sp).

Inscreveram-se no curso 139 professores das mais diferentes disciplinas de formação/atuação (Figura 1).

Figura 1 - Percentual de professores cursistas de acordo com a disciplina de formação.

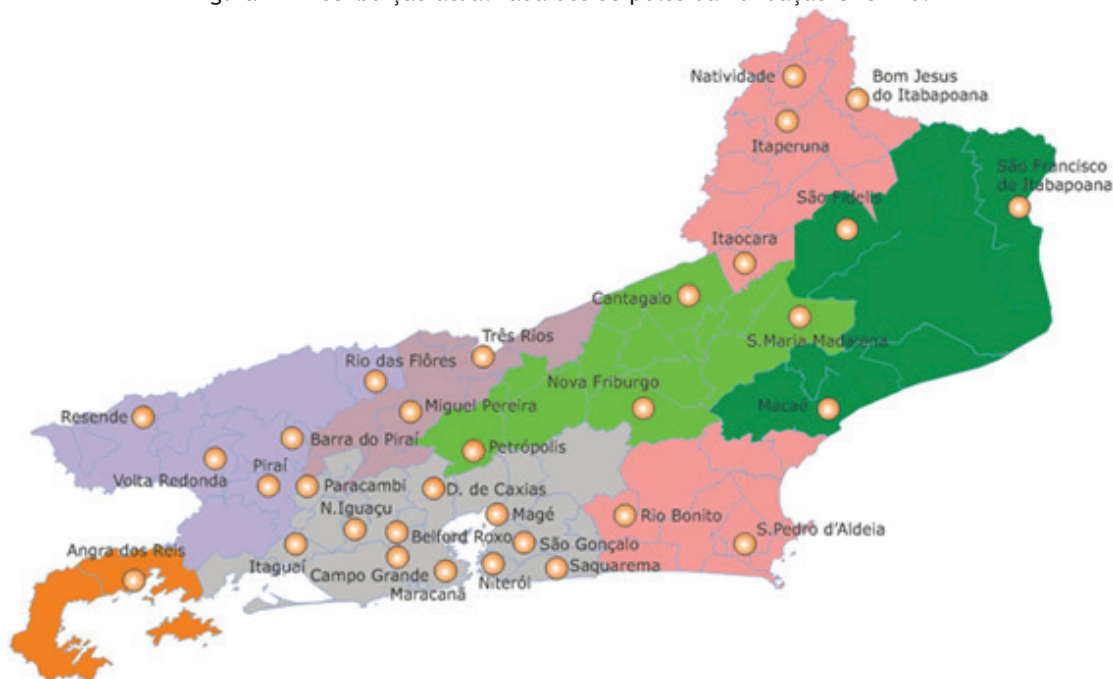


Fonte: autoria própria.

No que tange à divulgação dos cursos, a Fundação CECIERJ publica nas redes sociais, envia panfletos às diversas regionais das secreta-

rias de educação e aos seus respectivos polos espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro (Figura 2).

Figura 2 - Distribuição atualizada dos 33 polos da Fundação CECIERJ.



Especificamente acerca do curso “Ação Docente na prevenção ao uso abusivo das drogas”,

o Quadro 2 apresenta distribuição de professores inscritos nos polos de oferta.

Quadro 2 - Distribuição dos professores cursistas em seus respectivos polos, CECIERJ/CEDERJ (2015)

POLO	(n)	POLO	(n)
Angra dos Reis	4	Paracambi	4
Belford Roxo	7	Petrópolis	4
Bom Jesus de Itabapoana	2	Piraí	4
Campo Grande	13	Resende - Centro	2
Cantagalo	1	Resende - FAT	1
Duque de Caxias	10	Rio de Janeiro	33
Itaperuna	6	São Fidelis	3
Macaé	5	São Francisco de Itabapoana	3
Niterói	23	São Gonçalo	7
Nova Friburgo	3	Saquarema	4
		Total: 139	

Fonte: Gerência de alunos: <http://gerencia.cecierj.edu.br/>.

Convém esclarecer que o curso é gratuito, trimestral, totalmente a distância e o processo de inscrição é realizado virtualmente, através do portal da Fundação CECIERJ. A seleção obedece aos seguintes critérios: professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, professores da Educação Básica em atividade, professores da Educação Básica, professores em formação, público em geral, conforme o número de vagas disponíveis.

O curso em tese foi dividido em módulos com atividades que variavam de acordo com a necessidade e dificuldade da turma. Em cada atividade havia um fórum de dúvidas e outro fórum intitulado “Trocando ideias”, onde o cursista poderia contribuir com a sua experiência, comentar as tarefas e disponibilizar outros materiais referentes ao tema de estudo que estava sendo tratado. A ideia era sempre despertar no cursista a sensação de pertencimento.

O curso foi desenvolvido na plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). De modo específico, o nosso curso pretendeu estabelecer um espaço de reflexão, ação e intervenção sobre a participação efetiva dos docentes acerca de um tema tão minado nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, principalmente em unidades situadas em áreas comandadas pelo poder paralelo.

A metodologia empregada propôs um du-

plo movimento de “aprender-fazendo”, visando superar a mera transmissão de conhecimentos, onde o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ofereceu ao cursista bem mais que um repositório de materiais de estudo, mas objetivou mobilizar o desenvolvimento de um conjunto de atitudes e capacidades, tais como: pesquisar, analisar, propor alternativas, refletir, discutir e comunicar, permeado pela utilização de ferramentas como fóruns de discussão, wikis¹, glossários, vídeos, chats e tarefas de pesquisa voltadas para a mobilização de um olhar coletivo, colaborativo e diferenciado sobre sua práxis no ambiente escolar.

Dessa forma, mais do que oferecer um curso, pensamos o quanto é importante trazer à tona a trajetória percorrida e, com isso, somar aos esforços da pesquisa, bem como na proposta de construção de materiais em EAD.

Diário de bordo: a trajetória percorrida

O primeiro módulo realizou com uma prática muito comum nos cursos em EAD - a fase de acolhimento. Nesta fase, os integrantes (alunos, tutores, docentes e a coordenação) apresentavam-se e informavam as suas expectativas acerca do curso. Bem mais do que propor uma integração da equipe, a proposta era identificar a percepção dos cursistas acerca do tema e,

¹ Wiki é uma ferramenta tecnológica que possibilita a edição colaborativa de textos.

para isso, disponibilizamos duas questões indutoras: 1) Você se acha preparado (a) para falar sobre drogas com seus alunos, sem ser invasivo, sem julgamento de valores e sem temer ações retaliativas?; 2) Como os (as) educadores (as) encaram o uso abusivo de drogas entre os educandos?

Quanto à primeira questão, dos 127 respondentes, 57% responderam que não se sentiam preparados ou à vontade para tratar do assunto; 23% achavam-se preparados para tratar do assunto, desde que fosse somente pelo viés biológico; 12% acreditavam que o assunto é multidisciplinar e, como tal, a escola deve propor um trabalho em conjunto e, 8% não responderam ou não souberam responder.

No que tange à segunda questão, os discursos dos cursistas tiveram ideias distintas, ancoradas desde a responsabilização e participação da família no processo, passando pelo enfrentamento através do laço afetivo e terminado na aquisição de maiores informações para a melhor prevenção. Eis alguns exemplos:

Ideia Central: Responsabilização e participação da família

A família deve ser parceira nesse combate (A.M.J, 43 anos).

A família tem que ser responsável pela conduta do provável adicto, pois a escola sozinha não é capaz (D.L, 38 anos).

Nem sempre é possível tratar deste assunto, pois têm pais que acham que ao falarmos do tema poderemos despertar a curiosidade nos filhos (M. J.S, 29 anos).

Sempre informo nos conselhos de classe da importância de trazer mais os responsáveis para dentro da escola, para que eles vejam as reais condições de trabalho e as atividades que fazemos (C.O.M, 33 anos).

Ideia Central: Enfrentamento através do laço afetivo.

Se o aluno tiver empatia pelo professor vai ser mais fácil, uma vez que a afetividade é uma ferramenta importante para as relações interpessoais (J.B, 39 anos).

Procuro o tempo todo ter uma relação de proximidade com os meus alunos e isso me ajuda na hora de tratar de um tema como este que deriva tantas dificuldades (A.L.M, 26 anos).

Acredito que para atingir os nossos objetivos há a necessidade de empatia entre nós e os alunos. Eles precisam se sentir à vontade para relatar suas questões, sem medo de serem julgados (E.G, 33 anos).

Ideia Central: Aquisição de conhecimento.

Espero que este curso traga maiores informações sobre o tema (R.S.A, 37 anos).

O que sei sobre drogas é o que leio a respeito e

assisto na TV. Acho importante que este curso traga a opinião e experiência de diferentes professores e, com isso, posso agregar mais valores (K.C.O, 40 anos).

Espero que o curso disponibilize mais materiais e informações para uma maior qualificação sobre o tema, pois não me lembro de ter visto nada na faculdade de educação (A.P.S, 34 anos).

É fundamental ter mais conhecimento sobre o tema, pois o consumo de drogas tem aumentado vertiginosamente e, como educadores, temos um papel importante na prevenção (J.C.S, 36 anos).

O módulo seguinte, denominado “Intervindo na relação escola e consumo de drogas”, teve como objetivo despertar no professor a importância do espaço escolar como local privilegiado para trabalhar o fortalecimento das escolhas positivas para a saúde e prevenção. De acordo com Tavares, Bonito e Oliveira (2013), a escola é um ambiente estratégico para diversas e relevantes ações, por se tratar de um ambiente capaz de reunir, em um único espaço, num pequeno intervalo de tempo, diferentes pessoas, com ideias e pensamentos distintos sobre um determinado tema.

Assim, a proposta inicial da atividade consistia em agregar diferentes pontos de vista reunidos em um texto coletivo, na relação entre a escola e as suas práticas de prevenção ao uso abusivo de drogas. Buscando verificar no texto, indicativos que pudessem identificar práticas de prevenção ineficazes ou se existia um programa de atuação mais ostensivo e, portanto, eficaz.

Dessa forma, lançamos o desafio aos cursistas de construir um texto único, na ferramenta wiki, com a seguinte questão: a escola consegue perceber seu papel ativo na prevenção quanto ao uso abusivo de drogas pelos alunos ou apenas busca proteger-se desta temática com a qual não se sente preparada?

A partir da técnica investigativa de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), identificou-se no texto percepções de uma escola que deve caminhar em direção à desconstrução dos estereótipos, dos estigmas e da superficialidade discursiva na elaboração de um projeto multi-interdisciplinar. De outro modo, a exclusão de projetos condenatórios presos a princípios morais e éticos que não conseguem sensibilizar os alunos.

Mediante essa constatação, partiu-se para a segunda etapa do módulo que consistia em retirar o professor de cena e inserir o aluno como ator principal na campanha de prevenção às drogas. Para este momento, solicitamos que fosse realizado um vídeo² pelos alunos, o

qual seria postado no grupo do curso vinculado à rede social Facebook para que todos tivessem acesso posteriormente. A única interferência do professor era, a partir de uma decisão da turma, postar o vídeo escolhido. A ideia, a priori, era identificar qual o modelo de prevenção que se encontrava na representação do aluno.

A escolha pela rede social Facebook ocorreu em função da maioria dos professores terem uma conta de acesso. Verificou-se que os vídeos mais apontados pelos alunos eram os que combinavam informações sobre as drogas e seus efeitos (modelo científico) com situações de pânico, de perda e de transtornos de personalidade (modelo de amedrontamento).

Após a exibição dos vídeos, no fórum intitulado “Trocando ideias”, identificou-se os discursos de professores cursistas ancorados no estranhamento, outros na aceitação:

Lamentavelmente os vídeos citam que o uso das drogas acontece por problemas familiares, inaceitação por um grupo social ou por algum outro tipo de frustração. Isto até pode até acontecer, mas o certo é que esses indicativos não são decisivos para uma pessoa se tornar dependente de substâncias psicoativas. Portanto, acho preocupante passar esse tipo de imagem (A.C.G, 34 anos).

Gostei do que vi nos vídeos, alunos buscando informações para convencer as pessoas que o uso de drogas não traz boas consequências. Fico imaginando o quanto de conexões sinápticas fizeram para desenvolver um produto e o quanto esse trabalho foi significativo para eles (S.B, 46 anos).

No módulo seguinte, os professores que, em sua maioria, pertenciam às áreas de humanas, foram convidados a pensarem como um adolescente para compreender sua vulnerabilidade à dependência química. Para tal, disponibilizou-se na plataforma Moodle o vídeo apresentado pela psicóloga Alejandra Molina, intitulado *El cerebro adolescente*³.

Após a exibição do vídeo, buscou-se verificar se os objetivos epistemológicos foram alcançados e, quase que a totalidade, dos 116 professores participantes, entendeu que a adolescência é: a) um período do ciclo vital em que ocorrem várias transformações, dentre elas a busca de identificação para com seus pares, com vistas à adaptação a uma nova etapa da vida; b) que sofre mudanças marcantes

de comportamentos a partir de diversas outras alterações, como hormonais, neuroquímicas, cognitivas, psicológicas e sociais; c) que fatores ambientais, somados à história de vida e à personalidade dos adolescentes, além de alterações fisiológicas, são processos importantes que contribuem para o surgimento de determinados tipos de comportamento, dentre eles, a experimentação de drogas.

Os módulos seguintes objetivavam aprofundar a práxis pedagógica dos cursistas a desenvolver colaborações na tentativa de fortalecer os fatores de proteção e amenizar os fatores de risco na prevenção às drogas no âmbito escolar.

Assim, entendendo que o espaço escolar tanto pode ser um fator de proteção como pode ser um fator de risco, da mesma forma que não é possível compreender “a questão do envolvimento com as drogas sem conhecer a realidade relacional do indivíduo e a forma como esses diferentes fatores se conjugam, levando a situações de maior risco ou proteção” (SARTES et al., 2015, p. 95). Dessa forma, a tarefa seguinte consistia em promover um fórum de discussão entre os professores, agregando parcerias e colaborações ‘além-muros’ da escola, preferencialmente com instituições e/o profissionais que possuíssem expertises no tema.

Quanto à organização do fórum, recomendou-se que os professores cursistas realizassem a seguinte enquete aos seus respectivos alunos: de que maneira a escola pode contribuir efetivamente na prevenção às drogas?⁴

Participaram desta enquete 2375 alunos, ou seja, uma média de 25 alunos para os 95 professores participantes. Desta enquete, os alunos pontuaram que a escola poderia contribuir na prevenção às drogas desenvolvendo as seguintes ações que se encontram por ordem de prevalência: a) conversa clara e aberta sobre o que leva uma pessoa a se tornar dependente químico das drogas; b) contato com profissionais da área de saúde e ex-adictos; c) visita aos centros de recuperação de adictos; d) realização de peças teatrais; e) informações nos murais da escola.

No último módulo, intitulado “Buscando parcerias”, propomos, a princípio, uma reflexão acerca da dificuldade que a escola possui em promover ações de prevenção, visto que, o problema do uso abusivo das drogas deve abran-

² O vídeo não poderia ultrapassar os cinco minutos de exibição e não deveria ter imagens de pessoas, sem o devido consentimento.

³ Vídeo com duração de 4’6”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVqjf6z92Dc>>

⁴ Esta atividade foi realizada na ferramenta Diário.

ger a saúde de forma integral e não como um sintoma da delinquência. E, posteriormente, lançou-se o seguinte desafio: de que modo a escola pode interagir com a família, com outros órgãos governamentais e não-governamentais para encaminhar questões relacionadas ao uso de drogas a partir de uma visão sistêmica? Dos 90 professores que participaram desta etapa, 55% acreditaram que tendo uma parceria constante com a secretaria de saúde seria um bom caminho na prevenção às drogas; 31% concordaram que a escola poderia promover uma parceria com a segurança pública; 12% acharam que a escola poderia ter mais verba e autonomia para promover visitas a espaços culturais, dando a oportunidade dos alunos se apoderarem de novas culturas e, 2% não souberam ou não quiseram responder.

A tarefa final consistiu em deixar um legado para a escola, rumo à proposição de ações concretas, sintetizadas na construção de um produto. Assim, pudemos constatar que a ludicidade teve maior destaque na prevenção às drogas, seja na elaboração de jogos, seja na composição de uma música ou até mesmo na realização de um espetáculo teatral, corroborando,

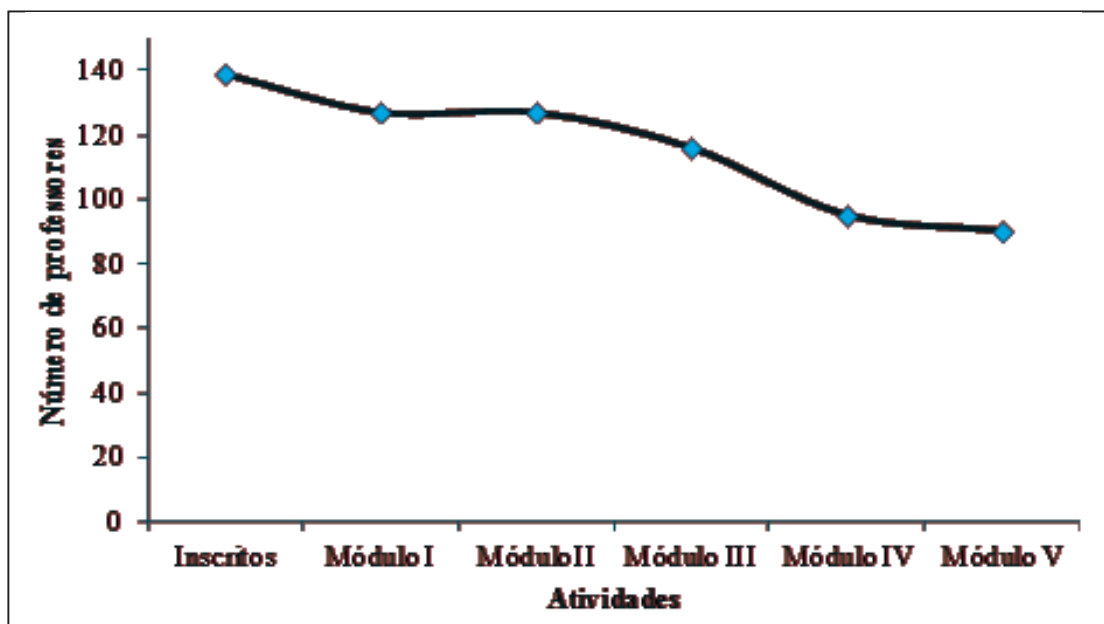
dessa forma, com Roloff (2010, p. 6) que afirma que:

A ludicidade pode ser usada para deixar este aluno adolescente “em estado de alerta”, pronto para receber informações, e o professor deve dispor da convicção de que isso é possível. Um professor que não acredite na ludicidade como método de trabalho pode se perder no discurso, dificultando o acesso ao conhecimento ao invés de facilitá-lo. Ao mestre não cabe apenas despertar o aprendente através de brincadeiras, mas ajudá-lo a construir efetivamente seus conhecimentos.

Ao final de um curso, é pertinente à equipe conteudista refletir sobre algumas questões, tais como: conseguimos oferecer o espaço de discussão e construção de conhecimentos a que nos propomos? O que pode ser melhorado e otimizado para uma próxima oportunidade? Quais os pontos positivos desta prática? Qual foi o olhar dos cursistas sobre a experiência vivenciada?

Realizando um balanço geral, o curso obteve um resultado positivo, já que contou com 139 inscritos e, desse total, obtivemos 90 concluintes (65%), conforme demonstra a Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Evolução dos professores cursistas ao longo do curso
Ação docente na prevenção ao uso abusivo de drogas



Mesmo reconhecendo que a evasão em curso em EAD é um fato, há de se repensar e reformular as atividades dos módulos III e IV. Teriam sido atividades distantes da realidade dos cursistas? Teriam tais atividades comprometido as atividades laborais dos nossos professores?

Cabe ressaltar que, ao longo do curso, buscou-se investir em esforços na mobilização dos cursistas. No início de cada atividade enviavam-se mensagens contendo dicas e instruções para sua execução. Após a verificação da frequência dos cursistas, mensagens eram dirigidas

com o intuito de mobilizar o acesso e a atuação no curso. Esse tipo de estratégia surtiu efeito considerável, pois se notou um rápido *feedback* de cursistas nos dias subsequentes à submissão das mensagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho se aproxima de uma abordagem sócio-interacionista de aprendizagem, tendo como princípio a relação do sujeito com o meio e desse sujeito em relação com os outros sujeitos, numa perspectiva sócio-histórica da cognição que leva em conta as ferramentas culturais, particularmente a linguagem.

Uma contribuição desse modelo de interação nos leva a pensar acerca da compreensão do professor aprendiz como parte de um grupo social, ao qual foi partícipe ativo nas ações de questionar, descobrir e compreender o tema por meio de interações com os demais sujeitos dentro de um contexto histórico.

Nesse sentido, merece destaque a compreensão de que, ao mesmo tempo em que o cursista é o receptor no processo de produção de conhecimento, ele é o sujeito da aprendizagem, pois aprende e apreende múltiplas opiniões, tendo a oportunidade de dialogar com seus pares, possuidores de pontos de vistas diversificados, diante do desafio de transpor a barreira do modelo de informação a ser transmitido. A realização desse exercício de reflexão permite entender que o serviço de formação em EAD se posiciona não como um repositório de tarefas, mas em constante interação, a fim de despertar o sentimento de pertencimento aos cursistas.

É preciso salientar ainda a participação significativa dos (as) pedagogos (as) no curso. Pois, se os (as) considerarmos como sendo os (as) agentes responsáveis na formulação de planos, construção, avaliação e monitoramentos de projetos (OLIVEIRA, 2011), nos sugere inferir uma maior preocupação desse profissional em identificar e, por conseguinte, elaborar, com a sua comunidade escolar, um Projeto Político Pedagógico - PPP que vá ao encontro da necessidade de um trabalho colaborativo, tendo como principal meta: “visualizar estratégias que poderão ser desenvolvidas para modificar essa realidade, diminuindo os fatores de vulnerabilidade e aumentando os fatores de proteção” (GIACOMOZZI et al., 2012, p. 620).

Para finalizar, é importante ressaltar

que o trabalho preventivo ao uso abusivo de substâncias psicoativas não é tarefa fácil para os educadores e sabemos que apenas um curso provavelmente não dará conta dessa demanda. No entanto, não podemos nos mostrar indiferentes ao tema, nem podemos nos afastar de uma das funções sociais da escola que é preparar os discentes para uma vida autônoma, saudável, feliz e livre.

REFERÊNCIAS

ALARCON S; JORGE, M.A.S (Orgs). **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

BITTAR, D.B; NAKANO, A. S. S. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxico dependentes no contexto da família de origem. **Contexto em Enfermagem**, v. 20, n.1, jan/mar. 2011.

EXTENSÃO CECIERJ. **Inovações Educacionais**. 2015. Disponível em: <http://extensao.cecierj.edu.br/cursos/atualizacao/tecnologia-educacional/inovacoes-educacionais>. Acesso em: 4 jan. 2016.

GIACOMOZZI, A. I. et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Saúde soc.**, v. 21, n. 3, p. 612-22, 2012.

MORAN, J. A. EAD no Brasil: cenário atual e caminhos viáveis de mudança In: ARANTES, V. (Org.). **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

OLIVEIRA, E. G. A função do pedagogo como supervisor escolar. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE**, v. 1, n. 6, 2011.

ROLOFF, E. M. A importância do lúdico em sala de aula. In: SEMANA DE LETRAS, 10, Porto Alegre, PUC/RS. **Anais**. Porto Alegre: PUC/RS, 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras>. Acesso em: 09 set. 2015.

SENAD. **Curso de prevenção ao uso indevido**

de drogas. Capacitação para conselheiros municipais. 2010. Disponível em: www.conselheiros.senad.gov.br. Acesso em: 07 ago. 2015.

REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DOS ACADÊMICOS EM UMA DISCIPLINA DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

NEVES, Maria Teresa de Souza¹

¹Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior - UNIMONTES Montes Claros/ MG.

RESUMO

Devido à expansão exponencial da educação à distância nos últimos anos, o interesse por essa forma particular de ensino aprendizagem aumentou de forma notável. Desse modo, tem-se percebido uma maior movimentação acadêmica buscando examinar o tema sob todos os ângulos possíveis. Objetivando uma contribuição para esse campo de estudo, no presente trabalho será relatada a experiência de tutoria da disciplina Prática de Ensino e Aprendizagem Musical (PEAM1), do curso de Licenciatura em Música à Distância, da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), no polo de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, focando a abordagem da construção do conhecimento dos acadêmicos por meio da integração de tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e os desafios que permeiam essa prática. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, e pesquisa realizada a partir do ambiente virtual de aprendizagem da disciplina PEAM1. O trabalho desenvolvido na disciplina possibilitou a capacidade de desenvolver a autonomia discente, fazendo com que este fosse agente principal e responsável por sua aprendizagem, além da construção de habilidades e competências importantes para seu desenvolvimento humano e uma boa atuação profissional.

Palavras-chave: Educação a Distância. Educação Musical à Distância. Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O momento atual é muito interessante para uma reflexão sobre Educação a Distância (EAD), uma vez que as tecnologias estão possibilitando interações cada vez mais complexas entre professores e alunos. Essa modalidade de ensino tem avançado, contribuindo para a disseminação e democratização do saber, legitimando-se como uma opção significativa para a educação brasileira.

A EAD já era muito importante antes das tecnologias digitais que se tem hoje, antes da internet ou mesmo do telefone. Gohn (2011) afirma que a história é bastante longa e repleta de episódios interessantes. A partir de alguns autores e pesquisadores, ele ainda apresenta alguns desses eventos históricos:

Autores como Pfromm Netto (2001) afirmam que o início dessa história foi com as epístolas de São Paulo, pois as leituras públicas das cartas de São Paulo serviram como veículo fundamental para ampliar a fé em Jesus Cristo e propagar suas lições. A partir de outros pesquisadores, podemos assumir que o começo da “EAD moderna” ocorreu com o surgimento dos serviços de correios, durante o século dezanove. Ilustrando essa história, a Universidade de Londres recentemente publicou um livro em comemoração aos 150 anos do external system, quando começaram os seus cursos por correspondência, tendo como alunos muitos nomes que se tornariam conhecidos mais tarde, como Mahatma Gandhi e Nelson Mandela (Kenyon Jones, 2008). Também chamam a atenção os casos de prisioneiros de guerra que concluíram cursos durante as duas guerras mundiais, se graduando naquela universidade sem nunca pisar em Londres (GOHN, 2011, p. 2-3).

No Brasil, a EAD também possui fatos interessantes, mas para efeito desse estudo serão

destacados apenas alguns marcos históricos. Em 1979, a Universidade de Brasília (UnB), pioneira no uso da EAD no ensino superior brasileiro, cria cursos veiculados por jornais e revistas que, em 1989, é transformado no Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD. No ano de 1992, é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante para a EAD no país (GARCIA; FREITAS, 2012, p. 10). Em 1996, é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED) pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a EAD surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n° 5.622, que revogou os Decretos n° 2.494 de 10/02/98, e n° 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial n° 4.361 de 2004. Em 2005, é criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma parceria entre o MEC, estados e municípios, integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância (BRASIL, 2005).

Apesar do pioneirismo da UnB na EAD, o processo de institucionalização dessa modalidade de ensino somente iniciou, quando foram implantados os primeiros cursos de graduação a distância: a Administração Piloto em 2005 e, posteriormente, os cursos do Programa Pró-Licenciatura e do Programa Universidade Aberta do Brasil (GARCIA; FREITAS, 2012, p.11).

Esses cursos partiram de ações isoladas, nasceram da iniciativa de professores nas suas Unidades Acadêmicas. Foram desbravadores de um terreno ainda desconhecido: o ensino de graduação “a distância”. Apoiados em ações e programas governamentais, tais procedimentos visaram, num primeiro momento, atender a uma demanda nacional por formação qualificada de professores (GARCIA; FREITAS, 2012, p.11).

Dentro da proposta do sistema UAB, abraçada em 2007 pela UnB, o Grupo de Educação Musical - GEM, do Departamento de Música da UnB, dispõe-se então a ofertar o curso de Licenciatura em Música nessa modalidade.

O Projeto Político-Pedagógico-PPP desse curso foi elaborado pelo GEM, escrito em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os

Cursos de Graduação em Música e com outros atos do Conselho Nacional de Educação - CNE que normatizam os cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Também foram observados os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, elaborados pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação, enfatizando a formação para o uso didático de Tecnologias de Informação e Comunicação- TIC's (MARINS; NARITA, 2012, p.151-152).

Dessa forma, o projeto do curso de Licenciatura em Música ofertado pela UAB/UnB foi elaborado de acordo com as normas vigentes que orientam os cursos de graduação e cursos a distância. O referido curso foi aprovado em maio de 2007. Nesse mesmo ano, o curso de Licenciatura em Música foi ofertado, procurando oferecer subsídios para a formação de professores de música condizentes com seu contexto de atuação, oferecendo disciplinas de formação musical e de formação pedagógico-musical, de acordo com as exigências legais das 400 horas de práticas pedagógicas e 400 horas de estágio supervisionado.

Em relação aos componentes curriculares⁵, o curso é estruturado em três núcleos de disciplinas:

- Núcleo de Formação Musical: inclui as disciplinas Percepção e Estruturação Musical I a IV, Instrumento Principal e Optativo I a VII (opções violão e teclado), Práticas de Instrumento de Percussão I e II, Prática de Canto I e II, Práticas Musicais da Cultura I a IV e Laboratório de Música e Tecnologia.

- Núcleo de Formação em Educação Musical: abrange as disciplinas Prática de Ensino e Aprendizagem Musical I a III, Estágio Supervisionado em Música I a IV, Introdução a Pesquisa em Música, Projeto em Música, Teorias da Educação Musical, Elaboração de Projeto Final de Curso, e Trabalho e Recital de Conclusão do Curso.

- Núcleo de Fundamentação Pedagógica: engloba as disciplinas Leitura e Produção de Texto, Teorias da Educação, Psicologia e Construção do Conhecimento e Antropologia Cultural (MARINS; NARITA, 2012, p. 155).

A disciplina Prática de Ensino e Aprendizagem Musical I (PEAM1) pertence ao Núcleo de Formação em Educação Musical, como citado acima. PEAM1 pretende oferecer aos estudantes

⁵ Maior detalhamento das ementas das disciplinas pode ser encontrado em <www.uab.unb.br>.

experiências de práticas pedagógico-musicais enfatizando a importância de se promover o envolvimento direto com a prática musical nas atividades escolares desde o início da licenciatura.

Os objetivos gerais dessa disciplina são: compreender o campo de atuação e estudo da Educação Musical a partir da diversidade de práticas e contextos de ensino e aprendizagem da música; identificar e analisar a diversidade de “tipos” de aprendizagem musical encontrada em diferentes situações de ensino e aprendizagem musical para refletir sobre, elaborar, executar e analisar uma aula de música (AZEVEDO; REIS, 2013, p. 8).

A disciplina está organizada em oito semanas de estudo, sendo oferecida no 2º bimestre do 1º período da licenciatura. O conteúdo programático é ministrado de modo reflexivo e prático, fundamentado no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, que “preveem que o aluno-professor deverá ‘conhecer, produzir e adequar metodologias e materiais pedagógicos’, refletir, e ‘analisar na ação e sobre a ação, avaliando assim a própria atuação’” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MÚSICA, 2011, p. 9).

Para efetivar os conteúdos previstos, são utilizadas como estratégias didáticas o encontro presencial, atividades online como webconferência, fóruns e tarefas. É concedido aos alunos a liberdade e oportunidade de proporem chats, tópicos de fóruns complementares ao tema de estudo, desde que marcados com o conhecimento prévio dos tutores para possível mediação. Ao fim da disciplina, é aplicada uma prova presencial nos polos, contemplando os temas e conceitos apresentados no decorrer das semanas.

METODOLOGIA

Para efeito desse estudo a metodologia utilizada foi revisão de literatura, para situar o tema estudado, e pesquisa realizada a partir do ambiente virtual de aprendizagem da disciplina PEAM1, para observação das interações e participações dos alunos, possibilitando a discussão sobre como ocorreu o processo de construção do conhecimento dos alunos na disciplina em questão.

No 1º semestre do ano 2014, a disciplina foi oferecida aos alunos da UnB/EaD de 5 polos a saber: Boa Vista (Roraima), Buritis (Minas Gerais), Cruzeiro do Sul e Rio Branco (Acre), Porto Nacional (Tocantins). Para atender essa

demanda, a disciplina contou com uma professora supervisora, cinco tutores presenciais e cinco tutores à distância, além do pessoal do suporte técnico e administrativo da UnB.

Nesse trabalho, será relatada a experiência de tutoria no polo Cruzeiro do Sul, Acre, focando a abordagem da construção do conhecimento através da integração de tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e os desafios que permeiam essa prática. Neste polo, a disciplina PEAM1 foi ofertada para 25 alunos regularmente matriculados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os recursos tecnológicos utilizados nos cursos de EAD constituem meios eficientes para o desenvolvimento da aprendizagem. A partir da observação das interações e participações dos alunos no ambiente virtual da disciplina PEAM1 (fóruns, webconferência, tarefas), será discutido como ocorreu o processo de construção do conhecimento dos alunos do polo Cruzeiro do Sul/AC, nessa disciplina, e os desafios que permearam essa prática.

Nas duas primeiras semanas de estudos, as discussões e reflexões estiveram voltadas às experiências de aprendizagem musical, compreensão das diversas formas do homem se relacionar com a música e suas implicações em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Vários textos, artigos, áudios e cenas de filmes foram disponibilizados no ambiente virtual.

Foi proposto aos alunos participação em fóruns, pois esses se apresentam como um potencial instrumento virtual de aprendizagem, adequado para promover a interação e a construção do conhecimento de forma colaborativa nesse contexto. No fórum da semana 1, dos 25 alunos matriculados, apenas 12 alunos postaram seus comentários e reflexões a partir do material disponibilizado. Desses 12 alunos, 8 postaram dentro do prazo estipulado e apenas 5 comentaram pelo menos 1 postagem do colega. Na semana 2, novamente houve a participação de 12 alunos no fórum proposto, sendo que 9 postaram no prazo correto, e, 6 alunos interagiram com pelo menos 1 colega. Como observado, foi precária a participação e interação dos alunos, que de maneira geral, utilizou o fórum apenas como repositório de atividades e não privilegiou suas potencialidades como espaço de interação para a construção do conhecimento.

Para que o fórum on-line e os demais recursos vir-

tuais de aprendizagem cumpram a sua função que é a de permitir uma efetiva interação entre os sujeitos presentes no ambiente on-line e que possibilite a construção do conhecimento pelo aluno, mediada pelo professor, todas as suas potencialidades devem ser conhecidas pelos usuários desse ambiente (BATISTA; GOBARA, 2007, p. 3).

Os alunos estavam cientes da importância da interação, uma vez que, em todos os fóruns, os alunos foram alertados sobre a importância da interação sob pena de prejuízo na nota. Constantemente, mensagens também foram enviadas pela tutora no sentido de alertar os alunos, incentivá-los, bem como motivá-los à participação, uma vez que mais de 50% dos alunos matriculados não estavam participando das atividades propostas na disciplina, o que gerou grande preocupação pela falta de justificativa. Alguns dos alunos que postaram fora do prazo, justificaram dificuldade de acesso, uma vez que trabalhavam em municípios vizinhos onde não havia sinal de internet e só tinham tempo para realizar as atividades no fim de semana quando retornavam as suas residências.

Foi realizada, na segunda semana, uma webconferência com os alunos via Skype. Esse encontro virtual foi agendado previamente com o tutor presencial, que enviou mensagem para que os alunos comparecessem ao polo para a atividade. Somente 11 alunos estiveram presentes. A webconferência foi um momento de trocas significativas, pela oportunidade dos alunos se encontrarem fisicamente e partilharem experiências singulares. Abaixo, alguns relatos dos alunos sobre a experiência da aula por webconferência:

Nossa web conferência da Disciplina de Prática de Ensino e Aprendizagem Musical 1 foi uma atividade bastante dinâmica e muito positiva. Por meio de uma de nossas ferramentas do ensino à distância, conseguimos diminuir a distância entre alunos e tutora e entre nós mesmos, uma vez que são nessas oportunidades que nos encontramos fisicamente. Discutir os processos de ensino e aprendizagem musical de todos, alunos e tutores, foi um encontro com nossas próprias raízes musicais. Foram várias experiências musicais que muito somaram em nossas aprendizagens a partir do relato de cada um presente à web (ALUNO 1, 2014).

Sem dúvida a web conferência foi uma troca de experiências e opiniões valiosíssimas. Foi interessante usar um meio de comunicação síncrono para interagimos com nossa tutora, e podermos assim transmitir a ela nossas expectativas e experiências pessoais com a música.

Tive a oportunidade de ouvir de meus colegas de classe, suas trajetórias musicais, as dificuldades, as barreiras encontradas pelo caminho e o prazer que é pertencer ao mundo da música. Esse bate papo virtual é uma característica marcante do ensino a distância. Vejo que o entrosamento com a turma e a tutoria do curso independente de matéria, é algo necessário, visto que passaremos a conviver juntos quase que diariamente nesta importante fase de nossas vidas (ALUNO 2, 2014).

Ter participado da web conferência foi algo sensacional, pois mesmo estudando a distância podemos manter um contato direto e esclarecedor com nossos mestres e tutores. (...) Creio que assim como eu, todos os colegas de classe, e até mesmo a tutora, esteja certos de que esse bate papo descontraído, só veio a somar coisas boas no nosso relacionamento de turma, assim certo que devemos sempre manter esses diálogos esclarecedores e produtivos, pois tenho em mente que cada conversa desenvolvida, a cada tema debatido, cada ato de socialização traz um proveito todo especial ao nosso saber (ALUNO 3, 2014).

Através de algumas reflexões extraídas do fórum “Relato da webconferência”, foi possível perceber o quanto essa estratégia didática foi positiva para os acadêmicos que participaram. Sherer (2012, p. 70) destaca que uma aula:

[...] pode acontecer em quaisquer espaços e tempos que possibilitem o desenvolvimento de ações, interações entre alunos e professores, que oportunizem aprendizagens a partir de um objetivo, uma intencionalidade do professor. Entre os espaços possíveis para uma aula, podemos citar os ambientes virtuais.

A webconferência é uma alternativa eficiente para a promoção da almejada interatividade entre educandos e educadores na EAD. Na webconferência, “a presença síncrona de professores e alunos favorece a sensação de pertencimento ao grupo, promovendo o engajamento do aluno” (DOTTA; BRAGA; PIMENTEL, 2012, p. 2). A realização dessa atividade foi uma experiência muito válida e enriquecedora, possibilitando uma aproximação do tutor com os alunos e a realidade local e regional. É importante salientar que a webconferência só foi possível mediante o apoio do tutor presencial, que promoveu o bom desenvolvimento da atividade e organizou a dinâmica de realização no polo.

Na terceira semana, a discussão no ambiente de aprendizagem esteve voltada aos princípios pedagógicos musicais que norteiam uma aula de música. Foram disponibilizados no ambiente virtual da disciplina, textos so-

bre princípios e orientações para elaborar plano de aula, dicas de produção de aulas e orientações pedagógicas para planejamento de aulas, além de vídeos de exemplos de aula de música. O fórum esteve voltado a reflexões sobre os princípios que devem fundamentar uma aula de música. Nesse fórum, 12 alunos postaram suas reflexões e argumentos e, 50% deles, interagiram com pelo menos um colega comentando sua postagem. Mais uma vez não ocorreu uma interação plena. Na referida semana ocorreu no polo, encontro presencial com a supervisora da disciplina, que desenvolveu algumas dinâmicas e atividades com os acadêmicos, além de esclarecer dúvidas.

No encontro presencial, os alunos tiveram oportunidade de assistir vídeos do trabalho de educação musical desenvolvido pela supervisora em um curso preparatório para o vestibular, na cidade de Brasília, bem como vivenciar o fazer musical através da atividade de rearranjo. Um aluno descreveu esse encontro e relatou suas impressões:

O encontro presencial com a professora no Pólo de Cruzeiro do Sul, foi uma experiência muito boa. Teve seu início com a apresentação da professora e em seguida dos alunos, onde cada um falou sobre sua história musical. de forma que nos conhecermos um pouco mais. A professora nos trouxe à reflexão o “dar aula de música” e o “falar sobre música”, mostrando a importância que há em proporcionar aos alunos fazerem música e junto aprenderem conceitos musicais ao invés de somente passar conceitos musicais, em seguida foram apresentados alguns vídeos de gravações de alunos da professora, fazendo música. Após esta parte teórica dividimos a turma em dois grupos para o fazer musical, onde cada grupo escolheu uma música conhecida e a executou com um novo arranjo. Foi uma experiência muito enriquecedora (ALUNO 4).

A supervisora também registrou suas impressões sobre o encontro:

Foi uma experiência maravilhosa participar do encontro presencial em Cruzeiro Sul. Uma turma muito musical, animada, participativa e com uma experiência profissional bem diversificada. Achei o encontro muito proveitoso, pena o tempo ser tão curto (SUPERVISORA, 2014).

Na quarta semana, deu-se início a atividade de planejamento de uma aula de Música. Foi disponibilizado no ambiente virtual, planos de aulas comentados, materiais para ideias de aulas, roteiro para elaboração do plano de aula. O fórum esteve voltado a dúvidas e apoio a confecção ao plano de aula. A tarefa solicitada foi

a entrega de um plano de aula. As tarefas no ambiente virtual permitem ao tutor ler, avaliar e comentar as produções dos alunos. Muitos alunos tiveram dificuldade na elaboração do Plano. É importante destacar que PEAM1 é oferecida no primeiro período e os alunos não tiveram nenhuma disciplina voltada a didática. Foram enviados para correção 14 planos de aula. Como tutora, a dificuldade maior encontrada, foi o fato de grande parte dos alunos que enviaram, principalmente os que apresentaram maior dificuldade na elaboração, não retornarem ao ambiente virtual para ler o feedback da atividade para realizar as correções necessárias, garantindo o sucesso nas semanas seguintes, uma vez que as próximas atividades estavam todas relacionadas ao plano de aula.

A quinta semana foi destinada a execução do plano de aula, gravação e edição do vídeo para avaliação da aula. As tarefas solicitadas foram o envio de dois arquivos: arquivo de vídeo (20 minutos), arquivo de texto (análise reflexiva sobre a aula ministrada a partir do roteiro disponibilizado). Os alunos tiveram um pouco de dificuldade em postar os vídeos no espaço de envio de tarefas da plataforma devido ao limite de tamanho. Foi sugerido então que postassem no YouTube e enviassem o link juntamente com a análise reflexiva. Mais uma vez, ocorreu aproximação da realidade local ao acompanhar pelos vídeos os trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos. Houve várias dificuldades durante esse processo, mas não maiores do que a disposição e determinação dos acadêmicos. Todos os 14 alunos que entregaram o plano de aula, conseguiram executar a aula, gravar e enviar o vídeo e a análise reflexiva. Percebeu-se, pelos vídeos, que espaços foram construídos e improvisados (como igrejas e quintais), oportunidades foram buscadas, escolas públicas e privadas cederam o espaço para que fosse possível a realização da atividade. Colegas ajudaram uns aos outros, numa cordial atitude de cooperação nas postagens dos vídeos.

Na sexta semana, foi utilizado fórum para reflexões conjuntas sobre as aulas ministradas, realizando um exercício de análise crítica sobre as ações pedagógicas. Os alunos compartilharam suas dificuldades, seus sucessos, suas impressões sobre a experiência de estar diretamente inserido no contexto escolar (de ensino aprendizagem). Alguns recortes:

Com a aula ministrada pude me sentir na pele dos professores que tive. Alguns problemas que já tinha conhecimento ficaram evidenciados

como a falta de recursos materiais. Consegui testar a minha capacidade de improvisação durante a aula, mudando inclusive algumas partes do meu plano de aula (ALUNO 5, 2014).

A experiência adquirida durante a realização da aula foi muito importante pra mim, nós que estudamos música e que pretendemos exercer a profissão de professores carecemos desse contato prévio com os alunos, é como se fosse um teste preparatório (ALUNO 6, 2014).

Certamente a experiência foi de grande valia, pois pudemos sentir um pouco da responsabilidade de educar, e como devemos proceder com nossos futuros alunos. Ter esse contato serviu de preparação, pois fomos instruídos como proceder, fazendo com que a integração e a interação com os alunos pudessem ser alcançados (ALUNO 7, 2014).

Os acadêmicos tiveram a oportunidade de compreender e vivenciar o campo de atuação da educação musical e os desafios inerentes. O contato com a realidade escolar revelou as singularidades presentes na complexidade cultural da escola e propiciou novas experiências sendo suporte à formação acadêmica. “O aluno não pode ser insensível aos problemas do mundo contemporâneo’ e deve contribuir com todas as suas forças para dar respaldo e solução, no que lhe compete, à sociedade que atuará” (BIANCHI; ALVARENGA; BIANCHI, 2009, p. 5).

Na sétima semana, foi solicitada a tarefa “re-planejamento” da aula ministrada, observando se durante a realização da aula, a música do aluno havia sido contemplada. Alguns alunos refizeram seu planejamento considerando os pontos positivos e negativos da prática docente, outros alunos enviaram reflexões sobre as dificuldades enfrentadas durante a realização das atividades da semana seis.

Na oitava semana, aconteceu no polo, avaliação escrita com o tutor presencial, contemplando todo o conteúdo da disciplina. As avaliações foram digitalizadas e enviadas para a tutora à distância ficando sob sua responsabilidade a correção. Compareceram ao polo para realização da avaliação 17 alunos, dos quais 2 alunos nunca haviam acessado o ambiente virtual da disciplina e 1aluno que, nas últimas semanas, postou todas as atividades atrasadas. Dos 25 alunos matriculados, 15 foram aprovados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as experiências que comprovam que a educação em uma abordagem de construção de conhecimentos pode ocorrer existindo

distância física entre professores e alunos. Os recursos tecnológicos utilizados nos cursos de EAD constituem meios eficientes e potenciais para o desenvolvimento da aprendizagem. A interação entre tutores e alunos na educação à distância é muito relevante para a manutenção do interesse dos alunos.

A partir da observação das interações e participações dos alunos no ambiente virtual da disciplina PEAM1, foi possível perceber que, apesar da precária interação entre os acadêmicos, o fórum revelou-se como um importante espaço para reflexões sobre as temáticas propostas e esclarecimento de eventuais dúvidas, surgidas durante o processo. A webconferência foi um momento de trocas significativas, pela oportunidade dos alunos se encontrarem fisicamente e partilharem experiências singulares, além de favorecer a sensação de pertencimento a um grupo, promovendo o engajamento do aluno.

As tarefas solicitadas também possibilitaram a construção do conhecimento uma vez que todas as atividades (plano de aula, vídeo, análise reflexiva) foram avaliadas com o envio de feedback para cada aluno (orientações, correções, sugestões e comentários). As tarefas foram as atividades em que os alunos mais apresentaram dúvidas, havendo uma aproximação maior da tutora com alguns alunos que enviavam, através do mensageiro virtual, suas dúvidas, permitindo uma orientação individualizada antes da postagem. A execução do plano de aula promoveu o envolvimento direto com a prática pedagógica musical nos contextos educacionais e através da gravação e edição do vídeo, os alunos tiveram a oportunidade de refletir e analisar na ação e sobre suas ações avaliando sua própria prática.

O trabalho desenvolvido na disciplina PEAM1 possibilitou a capacidade de desenvolver a autonomia discente, fazendo com que este fosse agente principal e responsável por sua aprendizagem, além da construção de habilidades e competências importantes para seu desenvolvimento humano e uma boa atuação profissional. Espera-se que esse trabalho seja agregado a outros existentes na área, contribuindo para fomentar as discussões que favoreçam propostas metodológicas específicas para EAD.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Cristina de Carvalho Cascelli

de; REIS, Liège Pinheiro dos. **Guia da Disciplina Prática de Ensino e Aprendizagem Musical I**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ead.unb.br/moodle2013/course/view.php?id=43>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BATISTA, Erlinda Martins; GOBARA, Shirley Takeco. **O Fórum on-line e a Interação em um Curso a Distância**. IX Ciclo de palestras sobre novas tecnologias na Educação, Porto Alegre, jul. 2007. Disponível em <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/8cErlinda.pdf>. Acesso em 3 set 2014.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação-Estágio Supervisionado**. 4 ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2009.

BRASIL. Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF, 20 de dezembro de 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em 13 ago. 2014.

DOTTA, Silvia; BRAGA, Juliana; PIMENTEL, Edson. **Condução de Aulas Síncronas em Sistemas de Webconferência Multimodal e Multimídia. Anais do 23º Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. Rio de Janeiro, 26 a 30 de Novembro de 2012.

GARCIA, José Américo Soares; FREITAS, Sergio Antônio Andrade. **Ensino de Graduação a Distância da UnB**. In: FERNANDES, Maria Lidia Bueno (Org.). **Trajetórias das Licenciaturas da UnB: a EaD em Foco**. Brasília: Decanato de Ensino de Graduação/UnB, 2012.

GOHN, Daniel. **Educação a Distância no Ensino da Música**. VII Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares “Pedagogias Alternativas”. São Paulo, nov. 2011. Disponível em: http://www.uninove.br/marketing/viii_coloquio/pdfs/educ_dist.pdf. Acesso em 15 ago. 2014.

MARINS, Paulo Roberto Affonso; NARITA, Flávia

Motoyama. **Licenciatura em Música a Distância da Universidade de Brasília: planejamento e implementação**. In: FERNANDES, Maria Lidia Bueno (Org.). **Trajetórias das Licenciaturas da UnB: a EaD em Foco**. Brasília: Decanato de Ensino de Graduação/UnB, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA. Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ead.unb.br/moodle2013/mod/folder/view.php?id=25856>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SCHERER, Suely. **Professor em ambientes virtuais de aprendizagem: dialogando sobre a tutoria na modalidade de EaD**. In: FERNANDES, Maria Lidia Bueno (Org.). **Educação a distância no Ensino Superior: interlocução, interação e reflexão sobre a UAB na UnB**. Brasília: Editora da UnB, 2012.

ANALISANDO A INTERFACE DO MOODLE: PROBLEMAS DE USABILIDADE

SOUSA, Mariéllen Ivo de

Especialista em Docência no Ensino Superior com Ênfase em EAD pelas Faculdades Santo Agostinho.
Analista de Sistemas do CEAD Unimontes. Montes Claros/MG.

RESUMO

A tecnologia é intrínseca à nossa sociedade e a naturalidade com que os sistemas computacionais se agregaram às diversas áreas do conhecimento fez com que o ser humano tivesse que se adaptar. A educação não ignorou este fato e a cada dia avança em termos didático-pedagógicos mediados pela tecnologia, porém percebe-se ainda que a interação humano-computador necessita de otimização no que se refere à usabilidade, facilidade de uso e interfaces claras e objetivas. Tomando como base o ambiente virtual de aprendizagem Moodle, largamente utilizado nas modalidades de ensino, este trabalho buscou analisar a sua interface, identificando problemas de usabilidade a fim de sugerir melhorias baseadas nos conceitos de usabilidade. Por meio de revisão bibliográfica de trabalhos relacionados, foi possível perceber problemas comuns às instituições de ensino que adotam esta ferramenta, bem como descobrir possíveis causas da adoção precária de boas práticas de usabilidade que poderiam contribuir positivamente para a interação entre educandos e educadores.

Palavras-chave: Ambiente Virtual de Aprendizagem. Moodle. Usabilidade.

INTRODUÇÃO

A tecnologia está presente em todos os aspectos da sociedade, sejam eles profissionais, educacionais ou apenas para entretenimento. Os usuários de artefatos tecnológicos se tornam consumidores mais exigentes diariamente, demandando sistemas altamente elaborados, caracterizados pela alta eficiência e *design* sofisticado, necessitando assim que a complexidade computacional seja transparente ao usuário final.

No contexto educacional observa-se uma grande quantidade de sistemas computacionais que surgiram para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, capazes de oferecer um ambiente que disponibilize conteúdo e interação por meio de diferentes mídias. Têm-se, assim, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) que fazem o intermédio entre professores e alunos por meio da internet.

Por ser uma peça-chave ao mediar educandos e educadores, os AVAs assumem grande importância, pois possibilitam a socialização entre pessoas que estão geograficamente distantes, necessitando assim, ter uma estruturação baseada na facilidade e eficiência de aprendizado, de uso e na satisfação dos usuá-

rios com o sistema, ou seja, na usabilidade.

Dentre os AVAs mais utilizados no mundo, tem-se o Moodle (do inglês *Modular Object-Oriented Distance Learning*), uma plataforma colaborativa de ensino que permite o desenvolvimento de cursos à distância sem a necessidade de se ter um conhecimento profundo em informática. Entretanto, nota-se que, apesar da sua versatilidade e completude, necessita de uma atenção maior em suas interfaces, navegabilidade e arquitetura da informação.

Os objetivos deste trabalho foram identificar os problemas de usabilidade recorrentes no Moodle através da revisão bibliográfica de trabalhos relacionados; analisar a interface nativa do ambiente em sua versão 2.9 estável; relacionar os problemas do Moodle em seu *layout* padrão e propor soluções embasadas nos conceitos de usabilidade.

No processo de análise da interface do ambiente, foi necessário realizar todos os processos de instalação e customização possibilitando também identificar se os problemas de usabilidade provêm da dificuldade técnica de manipulação do Moodle, concernente tanto aos administradores do sistema quanto aos criadores de cursos e/ou salas na plataforma.

DESENVOLVIMENTO

Usabilidade em AVAs

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, ou simplesmente AVA (do inglês *Learning Management System* ou LMS), é um sistema de gestão da aprendizagem (SGA) criado para gerir cursos através da internet, auxiliando professores no gerenciamento de conteúdos e de cursos, permitindo a interação entre alunos e docentes dentro deste ambiente.

Os AVAs são desenvolvidos continuamente, tendo novas funcionalidades implementadas e incorporadas a cada versão criada, refletindo a complexidade das metodologias educacionais e sua constante adaptação com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Para acompanhar este movimento é importante que paradigmas sejam reavaliados e adaptados como parte de um processo de melhoria contínua (NEVES; ANDRADE, 2012).

Ficiano (2010, p. 29) ainda completa ao dizer que os ambientes virtuais de aprendizagem devem possuir interface clara, permitindo o acesso a todas as suas áreas, possibilitando interação, navegação, aprendizagem e pesquisa fluidas, pois:

Um ambiente de ensino-aprendizagem mal planejado e mal estruturado pode provocar dificuldades na comunicação entre aluno e professor e, conseqüentemente, gerar dúvidas na aprendizagem. Tudo isso pode fazer com que o aluno perca o interesse e a motivação [sic] em participar do curso, provocando até mesmo frustrações.

Mesmo que as redes sociais e demais tecnologias de comunicação sejam utilizadas como apoio à interação entre docentes e discentes, os AVAs são o centro dessa relação e, por este motivo, devem também priorizar a usabilidade.

Pela norma NBR ISO/IEC 9126-1 (2003, p. 9), a usabilidade é definida como a “capacidade do produto de *software* de ser compreendido, aprendido, operado e atraente ao usuário, quando usado sob condições especificadas” e, por isso, deve ser tratada como requisito prioritário na modalidade de ensino a distância, uma vez que a mediação tecnológica deve trazer a facilidade e eficiência da comunicação oral presencial.

Refletindo acerca destas definições, pode-se citar as dez heurísticas de Nielsen (1995, p.1, tradução nossa), ou boas práticas, que devem ser seguidas para se atingir uma qualidade

na interface:

1. Visibilidade do estado atual do sistema: o sistema deve sempre manter informados os usuários a respeito do que está acontecendo, por meio de feedback apropriado em tempo razoável.
2. Correlação entre o sistema e o mundo real: o sistema deve falar a linguagem do usuário, com palavras, frases e conceitos familiares, ao invés de utilizar termos técnicos.
3. Controle e liberdade do usuário: deve ser possível ao usuário desfazer ou refazer operações.
4. Consistência e padrões: os usuários não devem ter que adivinhar que palavras, situações ou ações diferentes significam a mesma coisa.
5. Prevenção de erros: melhor do que boas mensagens de erro é um projeto cuidadoso que previna, em primeiro lugar, a ocorrência de erros.
6. Reconhecimento ao invés de memorização: objetos, ações e opções devem ser visíveis. O usuário não deve ser obrigado a lembrar de informações ao passar de um diálogo a outro.
7. Flexibilidade e eficiência de uso: deve ser permitido ao usuário personalizar ou programar ações frequentes.
8. Projeto estético e minimalista: os diálogos não devem conter informação irrelevante ou raramente necessária.
9. Suporte aos usuários no reconhecimento, diagnóstico e recuperação de erros: as mensagens de erro devem ser expressas em linguagem clara, sem códigos, indicando precisamente o problema e sugerindo soluções.
10. Informações de ajuda e documentação: a documentação do sistema deve sempre estar disponível ao usuário, mesmo que o sistema seja fácil de usar.

Apesar destas heurísticas terem se tornado uma referência para o desenvolvimento de *software*, na grande maioria dos casos, este guia de boas práticas não é totalmente seguido, principalmente pelas comunidades de desenvolvimento de *software* livre. Instituições de ensino tentam buscar *softwares* de custo-benefício razoável para oferecer cursos de qualidade. Dentre estas alternativas, o Moodle, um AVA fornecido gratuitamente como *software open source*, sob a Licença Pública Geral GNU.

O Moodle 2.9

O Moodle é uma plataforma de aprendizagem projetada para fornecer a educadores, administradores e alunos um sistema robusto, seguro e integrado, criando um ambiente de aprendizagem personalizado. Seu projeto é liderado e coordenado pelo Moodle HQ, uma empresa australiana de 30 desenvolvedores que é financeiramente apoiada por uma rede de mais de 60 empresas parceiras de serviços ao redor

do mundo (COMUNIDADE MOODLE, 2006).

Segundo a Comunidade Moodle (2006, tradução nossa), a plataforma liga:

[...] dezenas de milhares de ambientes de aprendizagem a nível mundial, o Moodle tem a confiança de instituições e organizações de grande e pequeno porte, incluindo Shell, London School of Economics, Universidade Estadual de Nova York, Microsoft e da Universidade Aberta.

Estima-se que se exista cerca de 79 milhões de usuários nas comunidades acadêmica e empresarial tornando-o uma das plataformas de aprendizagem mais utilizadas do mundo. Com mais de 10 anos de desenvolvimento, o Moodle é guiado pela pedagogia social construcionista, oferecendo um conjunto de ferramentas para aprendizagem colaborativa centradas no aluno.

O Moodle foi concebido para ser capaz de apoiar cursos regulares, semipresenciais ou totalmente a distância, possuindo uma alta flexibilidade. Sua configuração permite ativar/desativar recursos primários e integrar recursos internos, incluindo ferramentas de colaboração externas, tais como fóruns, wikis, chats ou blogs. Possui compatibilidade com diferentes navegadores e, recentemente, sua comunidade desenvolveu um padrão de interface para dispositivos móveis, porém ainda não responsivo.

Em contrapartida, por ser amplamente utilizado no mundo, Ficiano (2011, p. 20) o classifica como sem personalidade, “pois mesmo com a grande gama de temas e layouts criados e oferecidos, ele não possui uma otimização para a produção dos conteúdos e não integra a equipe de criação com a equipe docente”.

Problemas recorrentes e trabalhos relacionados ao Moodle

Conforme Franco (2005), a aprendizagem baseada em contextos tecnológicos deve ser favorecida por interfaces evidentes e autoexplicativas, permitindo melhor aproveitamento das capacidades cognitivas dos estudantes. Os ambientes virtuais deveriam ser construídos visando a motivação do aprendiz em utilizá-lo, fazendo-o sentir-se bem para expor suas ideias, onde seus sentidos interagissem com o objeto de estudo e lhe fosse permitido deduzir comportamentos, regras e relações do objeto com a sua realidade. Franco (2005, p. 26) completa dizendo que:

Também seria importante deixá-lo errar e construir sua própria base de conhecimentos sobre o assunto. [...] Infelizmente não é isto o que se tem observado. O grande problema verificado é que a maioria dos sites com propostas de educação on-line pouco têm se preocupado com o conteúdo e o projeto de suas interfaces, de forma a proporcionar aos aprendizes um grau de usabilidade adequado aos seus propósitos.

Trabalhos relacionados que fizeram uso de avaliações de interface (testes de usabilidade, avaliação heurística, etc.) no Moodle constataram que existem muitos problemas que desestimulam os alunos a participar do ambiente virtual de aprendizagem. Em sua dissertação de mestrado, Franco (2005) retrata o relato de alunos de que “o Moodle é muito flexível para o professor, mas para o aluno é MUITO rígido”:

Achei o Moodle pouco funcional... na verdade os fóruns são muito desorganizados, o que desestimula... como todos os comentários são enviados por e-mail, acabei por acessar pouco o ambiente do curso, quando o fiz foi só para ver as tarefas, imprimir os textos e enviar as tarefas. O fórum deveria ser mais bem organizado [...] (FRANCO, 2005, p.114).

Outra análise feita no Moodle, desta vez referente ao modelo adotado pela Universidade Federal de Alagoas (2011, p. 8), identificou-se que:

o maior problema de usabilidade encontrado no ambiente Moodle está relacionado ao uso das ferramentas que estão inseridas em locais de difícil acesso, dificultando e transformando o percurso cognitivo dos usuários, impossibilitando, muitas vezes, o acesso direto à ferramenta por alunos, tutores e professores.

Em sua pesquisa, Lisboa et al. (2011, p. 6) retratam problemas de usabilidade, comunicabilidade e sociabilidade do Moodle relativos a:

- Sociabilidade: o sistema não é portátil para mobile; o sentimento de presença online não é satisfatório para os usuários (chat, mensagens e fóruns); não há ferramentas de reputação e nem garantias de reciprocidade nas comunicações.
- Comunicabilidade: problemas de navegação, *feedback* precário e pouco intuitivo e a presença de termos técnicos e estrangeirismos provocam rupturas na comunicação com os usuários.
- Usabilidade: dificuldade na conclusão de tarefas simples que só puderam ser sanadas através da repetição.

Através da avaliação heurística executada por Ferreira e Marques (2007, p.37) no Moodle

do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), observou-se os seguintes problemas atrelados às heurísticas de Nielsen:

- Visibilidade do status do sistema:
 - Os elementos de navegação que fazem parte de cada disciplina e da página [sic] principal são bem claros. No entanto para retroceder a [sic] página é necessário procurar links, ou usar a navegação do browser.
 - Alguns links não são claramente identificados, necessitando entrar no link para saber qual sua utilidade e algumas vezes não tem a utilidade que imaginamos ter.
 - Para usuários com pouca habilidade na área da tecnologia as opções de “administração” são um pouco complicadas.
 - Na página principal do ambiente Moodle-IESAM existem vínculos diretos, porem [sic] falta um link para e-mail com o web máster.
 - No ambiente o usuário usa uma serie [sic] de cliques para chegar a [sic] disciplina desejada ou arquivo.
 - Existem paginas [sic] onde o usuário tem que retornar para a página Início-Moodle para sair.
 - Os links que fazem parte de cada disciplina não são claramente identificados e seu destino não é óbvio exceto os arquivos adicionados e os fóruns.
 - Não existe um link direto para navegar entre os diferentes cursos disponíveis no ambiente Moodle-IESAM, isso só é possível retornado ao início da moodle para acessar outro curso.
- Controle do usuário e liberdade:
 - No ambiente Moodle-IESAM, geralmente ocorre erro, quando o usuário tenta Configurar as fontes e seu tamanho.
- Consistência e padrões:
 - No ambiente Moodle-IESAM, não existe uma consistência em layout da página, esse é muito sobrecarregado de informações.
- Prevenção de erros:
 - No ambiente Moodle-IESAM, não são claramente visíveis os plug-ins.
- Reconhecimento ao invés de lembrança:
 - No ambiente Moodle-IESAM, o usuário não tem como reconhecer a localização do caminho percorrido sem utilizar o botão voltar.
- Estética e design minimalista:
 - As combinações de cores na página principal do ambiente Moodle-IESAM com o tempo de uso causa incomodo [sic] devido o fundo branco.
- Auxiliar os usuários a reconhecer, diagnosticar e corrigir erros:
 - No ambiente Moodle-IESAM, só existe ajuda contextualizada aos usuários (alunos e professores) no início da utilização do Moodle e não em cada curso, faltando a opção de ajuda ao lado de cada tópico.
- Ajuda e Documentação:
 - No ambiente Moodle-IESAM, as mensagens de erros não são claras exceto no login que é alertado e em alguns casos o sistema trava.
 - No ambiente Moodle-IESAM, nem sempre é possível “desfazer” uma operação qualquer, pois esta possibilidade não é esclarecida

Martins (2012, p.41) realizou uma avalia-

ção heurística aliada ao teste de usabilidade no Moodle da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, e concluiu que:

Os problemas de usabilidade identificados não interferem na execução direta das atividades, mas compromete a satisfação do usuário, fato constatado pelo número de comentários negativos registrados através do questionário e do método de verbalização simultânea durante o Ensaio de Interação.

Pode-se afirmar que a grande quantidade de opções e profundidade de funcionalidades dificulta a personalização e criação das salas virtuais, tornando o processo moroso. Sua complexidade e completude além de ser uma vantagem tornou-se também uma desvantagem, principalmente se seus usuários não têm um mínimo de domínio da ferramenta, sejam eles alunos, professores ou suporte técnico, uma vez que suas interfaces muitas vezes não são intuitivas.

Instalação

O Moodle pode ser instalado em sistemas operacionais Unix, Linux, Windows, Mac OS e outros que suportem a linguagem PHP (observando-se que há restrições sobre a sua versão), servidor Apache e banco de dados PostgreSQL/MySQL/MariaDB.

Segundo a Comunidade Moodle (2006), os requisitos básicos para instalação satisfatória do ambiente são os seguintes:

- Hardware:
 - Espaço em disco: 160 MB livres mais a quantidade necessária para armazenar os materiais (recomendado 5 GB).
 - Processador: 1 GHz (min), 2 GHz dual core recomendado. Essas configurações podem variar de acordo com os recursos utilizados.
 - Backups: pelo menos a mesma quantidade de espaço (em um local remoto de preferência), como acima para manter backups do seu site.
 - Memória: 256 MB (min), 1 GB ou mais é altamente recomendável. A regra geral é que o Moodle pode suportar de 10 a 20 usuários simultâneos para cada 1 GB de RAM, mas isso vai variar de acordo com a sua combinação de hardware e software específicos e do tipo de uso.

Para este trabalho foi utilizado o *software* WAMPSEVER versão 2.5, habilitado com PHP versão 5.5.12, servidor Apache 2.4.9 e banco de dados MySQL versão 5.6.17, em um ambiente de testes com sistema operacional Windows 7 de 32 bits. Foram observados os requisitos de *hardware* e adotados os padrões mínimos de

funcionamento.

Seguindo o guia de instalação da comunidade, o primeiro passo foi o *download* da versão do *Moodle 2.9* diretamente no site da comunidade (<https://download.moodle.org/>). Os arquivos foram descompactados e copiados para a pasta do servidor WAMP. Logo após, foi necessário a criação de um banco de dados vazio que posteriormente iria receber os padrões de tabela e dados da aplicação.

Feito isto, existem duas opções de configuração da aplicação: via terminal e via interface web. Utilizamos a segunda opção para que fosse possível analisar o processo sob a perspectiva de um usuário com baixa experiência em informática, para tanto, bastou acessar a URL principal do Moodle usando um navegador web.

O processo de instalação percorre uma série de páginas das quais é necessário confirmar direitos autorais, consultas às tabelas de banco de dados a serem criados, os detalhes da conta de administrador e outros.

Pode-se destacar os seguintes parâmetros de configuração:

- Configurações da página principal: como nome do site, nome breve e apresentação da página. Permite ainda selecionar quais os blocos de informações irão aparecer na página inicial do usuário quando logado/deslogado podendo ser escolhidos até cinco (menu *drop-down*, lista de cursos, lista de categorias, caixa de pesquisa de curso, novidades, cursos de inscritos). Pode-se limitar a profundidade e o número máximo de cursos além de serem definidos os papéis padrão para acesso ao AVA (estudante, visitante, usuário autenticado).

- Gerenciar autenticação: define como será o registro de usuários no ambiente, ou seja, desabilitado (apenas via administrador) ou habilitado (e-mail, domínio, etc.).

- Configuração de curso: define os papéis dos usuários num curso, como sendo gerente, criador de cursos, professor, moderador, estudante, visitante, usuário autenticado ou usuário autenticado na página inicial. Pode-se habilitar/desabilitar cada um destes.

- Configuração de notificações: é possível definir os detalhes que permitirão notificar os usuários via dispositivos móveis ou e-mail, sendo necessário um conhecimento avançado para a correta configuração.

- Configuração PayPal: é possível ainda definir cursos pagos e configurar uma conta

PayPal para sincronizar com o ambiente.

- Configuração de Log em base de dados externa: permite configurar o armazenamento de todas as ações de seus usuários no *Moodle*.

- Configuração de políticas do site: define os papéis visíveis de perfil e de curso.

- Configuração de contato para suporte técnico: permite definir a quem os usuários poderão recorrer em caso de falhas ou problemas técnicos no ambiente (nome e e-mail).

Assim que forem definidas todas as configurações necessárias, a aplicação irá verificar todos os pré-requisitos e módulos necessários para o seu perfeito funcionamento, exibindo uma lista que permite ao usuário corrigir erros e completar a instalação. Por fim, se não houver problemas durante o processo de instalação/configuração, o usuário é redirecionado à página de acesso ao Moodle.

O processo em si não apresenta maiores dificuldades, porém, a grande quantidade de opções e configurações avançadas pode confundir um usuário à primeira vista. Para fins de pesquisa foram habilitadas, se não todas, a maioria das funcionalidades disponíveis de interface.

Análise da interface padrão

Em sua instalação original, a plataforma estrutura-se em um esquema de três colunas para toda interface. Para que fosse possível abranger o máximo de interfaces possíveis, foram criados três perfis diferentes: administrador, professor e aluno. Cada perfil com seus papéis e níveis de permissão específicos e semelhantes ao de um ambiente virtual de aprendizagem real.

Com relação aos cursos, foi definida uma estrutura de dois níveis para esta pesquisa (curso □ disciplina). No Moodle, pode-se estruturar um curso em três formatos: semanal, tópicos ou social. Por ser mais utilizado, neste trabalho optou-se pela configuração de formato por tópicos. Assim, foram criados dois cursos de teste pelo perfil administrador, configurados pelo perfil professor e percorridos pelos perfis aluno e professor.

Nas seções a seguir, serão apresentadas as principais interfaces e as considerações sobre cada uma referentes à facilidade de uso, organização e funcionalidade.

Administrador

O acesso à conta de administrador redireciona o usuário ao painel administrativo, de onde poderá gerenciar cursos, usuários, categorias, permissões e outros. As páginas são personalizáveis e os blocos podem ser removidos/ escondidos ou anexados como abas verticais na lateral da interface.

Ao selecionar o menu na barra superior da interface, é possível configurar as preferências da página administrativa, como informações de perfil, mensagens e notas, caso ele esteja inscrito em algum curso no Moodle. A página de perfil do administrador possui informações referentes a detalhes do próprio usuário, relatórios do sistema, atividades de *login* e outras. A personalização desta página, em nível de interface, restringe-se à alteração dos blocos laterais de navegação, administração e outros, não sendo possível editar a área de conteúdo central.

Nota-se que, ao selecionar a opção “modificar perfil”, o usuário é redirecionado para um formulário de preenchimento, do qual não é possível retornar para a página anterior sem fazer uso dos recursos do navegador, pois o caminho do *breadcrumb*⁶ não permite retornar para o perfil, redirecionando para a página de “preferências”, onde o número de opções para configuração de conta é maior. Esta interface também pode ser acessada através da opção “preferências”, no menu superior, no canto direito da tela.

Como administrador do sistema ele pode modificar quaisquer aspectos da plataforma como cursos, permissões, categorias e seus usuários. O bloco de administração possui inúmeras opções e pode confundir um usuário sem experiência, pois são muitas as configurações avançadas. Dentre as opções, temos:

- configurações de avisos;
- registro da plataforma no moodle.org;
- opções de configuração avançadas;
- gerenciamento de usuários que inclui administração de contas e permissões;
- gerenciamento de cursos que inclui administração de cursos, categorias, solicitações, backups e restauração;
- gerenciamento de notas que inclui administração de configurações gerais, de categorias, itens de notas, escalas e letras;
- gerenciamento de emblemas, local e idioma;

- gerenciamento de plug-ins, que inclui administração de instalação e visão geral dos plug-ins, atividades, autenticação, blocos, caching, questões, editores de texto, ferramentas administrativas, filtros, formatos de cursos, inscrições, licenças, login, plug-ins locais, relatórios, saídas de mensagens e serviços da web;

- gerenciamento de segurança, aparência, página principal, servidor, relatórios e uma área específica para desenvolvimento.

O primeiro nível de opções pode chegar até sete camadas de profundidade. Apesar de tantas opções, é possível concentrar-se nas principais, como gerenciamento de usuários e permissões, cursos e inscrições em cursos.

Em primeiro plano foram cadastradas categorias de cursos (no contexto de teste referindo-se ao curso de Bacharelado em Ciências Biológicas) e dentro delas foram configuradas duas disciplinas (referentes à Biologia Celular e Molecular e à Genética Evolutiva), que são as salas virtuais propriamente ditas.

Observa-se que há na tela o campo de pesquisa (caso se tenham muitas categorias e disciplinas para gerenciar), entretanto ele encontra-se quase no rodapé da página, dificultando a visualização e acesso a ele.

Esta interface apresenta-se de forma simplista, porém necessita de uma melhor delimitação no que se refere à divisão dos conteúdos, ou seja, delimitar a área da lista de categorias/ cursos, organizar os campos de filtro e pesquisa para que ocupem menos espaço ou deslocá-los para o início da tela, na área do conteúdo. Entretanto, via interface gráfica, não é possível alterar esses aspectos.

No formulário de cadastro de usuários no sistema - apenas o cadastro no Moodle não dá acesso aos cursos do mesmo, sendo necessária a realização de inscrição do usuário ao(s) curso(s) específicos, ou seja, às salas virtuais - nota-se que há um grande número de campos que podem ser preenchidos mas que não fazem parte da categoria de itens obrigatórios.

Após concluir o preenchimento do formulário, o administrador é redirecionado a uma tela onde aparece uma lista com todos os usuários cadastrados no sistema, sendo possível visualizar seus perfis, editá-los, apagá-los ou bloqueá-los.

⁶ Navegação por migalhas de pão, ou seja, navegação estrutural, que permite ao usuário identificar o local onde se encontra no sistema e o caminho que o levou até ali. Assemelha-se a um pequeno menu.

Tendo os usuários e cursos já cadastrados e configurados, prosseguiu-se para a vinculação dos perfis aos cursos, permitindo que professores e alunos tivessem acesso às salas virtuais. Para adicionar usuários à mesma é necessário ir até o painel de configurações, selecionar a categoria (em nosso caso, o curso) e então selecionar o curso (em nosso caso é a disciplina), a partir daí, aparecerão as opções de gerenciamento do curso, incluindo as inscrições de usuários, sejam professores ou alunos.

Um ponto a se destacar é a posição das opções de gerenciamento do curso que aparecem na mesma interface, mas fora da tela, sendo necessário ao usuário atenção para usar a barra de rolagem e descobrir que as opções foram carregadas. Este problema poderia ser resolvido com uma melhor organização dos filtros, aproveitando o espaço para exibir informações relevantes ou abri-las em um *fancybox*⁷. Nesta mesma interface, é possível atribuir os papéis dentro da sala, definindo quem serão os docentes e os discentes, basta clicar no ícone ao lado direito da coluna papéis.

A navegação mostra-se confusa em determinadas ações no sistema e algumas ferramentas estão escondidas no painel administrativo. Os *breadcrumbs* muitas vezes não seguem o mesmo caminho que os usuários no sistema.

Professor

A inclusão de um usuário com perfil de professor só pode ser realizada pelos administradores do sistema, bem como as vinculações nos cursos. Semelhante à página inicial do administrador, a página de perfil do usuário permite a navegação entre os cursos aos quais ele é vinculado e exibição dos blocos de opção.

Ao acessar a sala virtual o professor depara-se com a estrutura definida pelo administrador, porém sem nenhum conteúdo. Cabe a ele clicar no botão “ativar edição” para configurá-la e prepará-la para a chegada dos alunos.

As possibilidades de configuração abrangem habilitação/deshabilitação de blocos, alteração de títulos, conteúdos, inclusão de páginas, atividades diversas, recursos no padrão SCORM e outros.

Nota-se que, certas alterações só podem ser feitas diretamente no código da aplicação tornando a customização via interface gráfica engessada, como por exemplo, a estrutura de

organização dos blocos das páginas. Se alterados na página principal do curso, devem ser igualmente alterados nas outras páginas de configuração, caso contrário, irão ficar na organização padrão da plataforma, quebrando a consistência visual do curso.

A página de perfil do professor é semelhante à do administrador, com a diferença do bloco de administração que não é acessível, da mesma forma que a página de preferências.

Existem algumas configurações avançadas com relação a relatórios e notas dos alunos dentro da sala que podem confundir o professor. A grande quantidade de opções de configurações muitas vezes torna o processo de gerência da sala de aula moroso, onde na maioria dos casos o Moodle é subutilizado, não sendo aproveitado em toda sua completude.

Aluno

A inclusão de um usuário com perfil de aluno no sistema varia de acordo com as configurações feitas pelos administradores do sistema e pelas políticas do curso/instituição de ensino, podendo ser feita pelos próprios alunos ou apenas realizada pelos administradores.

Assim como todos os perfis, o aluno passa pela página inicial da plataforma onde são exibidos todos os cursos disponibilizados pela Instituição de Ensino e a partir daí, para acessar os cursos aos quais está inscrito, deverá fazer o acesso ao site.

O perfil de aluno não possui permissão para nenhum tipo de configuração da sala, apenas de sua conta, podendo alterar a organização dos blocos de informação das páginas.

Observa-se que, nesta versão em sua interface padrão, o sistema de mensagens entre os participantes não está presente dentro das salas virtuais, sendo necessário a eles irem até o menu na parte superior da interface e selecionar a opção de mensagens. Esta situação pode ser resolvida através da instalação de um *plug-in* na plataforma que permita a comunicação dentro da sala virtual.

Correlação dos problemas encontrados na literatura com o *layout* padrão

Muitos dos problemas apresentados na literatura e nos trabalhos relacionados foram corrigidos ao longo do tempo, com atuali-

⁷ Também chamado de janela modal, trata-se de uma pequena janela semelhante a um pop-up que aparece acima da interface principal.

zações do sistema. Apesar de a interface ser melhor elaborada na versão 2.9, utilizando novas tecnologias para estruturar a plataforma, como por exemplo Bootstrap e Ajax, é possível observar que a inconsistência e quantidade desnecessária de informação persiste em todo *layout*, o que em teoria seria resolvido pela customização avançada da interface.

Entretanto, ainda apresenta problemas, por exemplo, em determinado momento a navegabilidade pode tornar-se confusa e o caminho chamado de *breadcrumbs* (ou migalhas de pão) muitas vezes não permite que o usuário volte à página anterior, tendo que fazer uso dos recursos do navegador.

A configuração visual dos fóruns pode ser alterada pelo professor da sala para assemelhar-se ao padrão de fóruns da *web*, tornando-a mais organizada. Porém, não é possível ao aluno abrir um novo tópico, o que restringe a comunicação e priva-o de expor suas dúvidas ou até mesmo compartilhar informações importantes com colegas de classe.

O acesso às ferramentas pelos perfis aluno, administrador e professor é complexo em alguns casos, tanto pela inconsistência da exibição do caminho percorrido pelo usuário, quanto pela profundidade de níveis de opção, escondendo o que o usuário possa estar procurando.

No que se refere aos recursos de chat e mensagens necessita-se buscar *plug-ins* que os disponibilizem de forma prática e fácil dentro da própria sala virtual, principalmente para facilitar a comunicação entre alunos/professores e alunos/tutores.

O *feedback* do sistema ainda requer melhorias, pois para cada ação do usuário, o sistema exibe uma página dedicada ao texto de resposta sobre aquela ação, o que poderia ser colocado em uma mensagem na mesma interface em que o usuário está. Os termos técnicos e estrangeirismos ainda estão presentes, podendo este último ser resolvido através da alteração direta nos arquivos de tradução da plataforma.

A repetição de tarefas ainda é a base para que o usuário acostume-se com o sistema e aprenda a manuseá-lo, uma vez que a clareza nos *links* é insatisfatória necessitando que o usuário erre e descubra os caminhos que pode seguir por tentativa e erro. Da mesma forma, a configuração administrativa para usuários leigos pode tornar-se confusa, necessitando que ele recorra a algum tipo de suporte (ainda que

sejam tutoriais disponibilizados na internet).

A consistência no *layout* da página é diretamente influenciada pelas alterações de bloco feitas pelos usuários, além do espaço nas interfaces não ser totalmente bem aproveitado. Os títulos poderiam ser menores, a organização de filtros e pesquisa poderiam ter um destaque maior no início da página e uma aparência simplificada para não ocupar tanto espaço. Por *default*, a cor do Moodle é uma escala de cinza e branco, com destaques em azul, e o design mostrou-se mais elegante que o das versões analisadas pelos autores anteriormente citados na seção “Problemas recorrentes e trabalhos relacionados ao Moodle”, podendo ser modificado através da instalação de temas disponíveis no próprio site da Comunidade Moodle ou através da alteração direta no código-fonte da aplicação.

Finalmente, no que se refere à opção de ajuda e documentação do Moodle, foram inseridos *links* que redirecionam o usuário ao fórum e às páginas de documentação e suporte do site da Comunidade, bem como adicionados textos explicativos na interface. Entretanto não abrange todas as interfaces e seus formulários, além de algumas páginas do site não possuírem conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de poder ser configurada e utilizada por usuários sem conhecimentos profundos da ferramenta ou de computação, a interface Moodle se mostra sem personalidade e confusa à primeira vista. A necessidade de customização do tema, de ícones e adição de *plug-ins* é indispensável para complementar as funcionalidades da plataforma, auxiliando docentes e discentes em sua interação. Os administradores do ambiente devem limitar o acesso às ferramentas que não serão adotadas pelas práticas pedagógicas nas salas virtuais, tornando a interface mais enxuta e minimalista, o que também reduz a probabilidade de erros dos usuários.

Poderia ser suprimida a página inicial da versão padrão que exibe toda a lista de cursos disponíveis na plataforma, uma vez que ela adiciona uma interface extra que se torna confusa e desnecessária para os usuários. Bastaria a eles serem apresentados à página de acesso e redirecionados à lista de cursos aos quais já possuem vínculo.

Faz-se necessária ainda que seja estabelecida uma política junto aos professores que padronize a organização das salas virtuais, mantendo a consistência do curso como um todo. Estabelecer diretrizes para formatação e exibição de textos e imagens, utilização de fórum e chat, por exemplo, facilitaria tanto para os professores enquanto no processo de elaboração das salas, quanto para os alunos.

Outro ponto que merece destaque é a dificuldade para atualização de versões mais antigas para as mais recentes. Este processo não ocorre como na maioria dos softwares, devido à necessidade de ser feito um upgrade gradual, passando-se por todas as versões do Moodle até chegar a mais atual. A burocracia para realizar esta atualização e a grande chance de erros tanto de banco de dados (como perda e inconsistência de dados) quanto na aplicação faz com que as instituições que utilizam a plataforma optem por continuar com seu sistema defasado e sem usabilidade satisfatória.

Conclui-se que a ferramenta em si foi projetada para ser o mais abrangente possível, flexibilizando-se às necessidades da instituição que fará uso dela. Possui, portanto, grande complexidade para configuração, além de não suportar completamente a portabilidade entre dispositivos, entretanto, nota-se que é possível fazer uso da plataforma para fins educacionais sem comprometer totalmente o processo de ensino-aprendizagem.

Torna-se desta forma imprescindível o investimento em capacitação técnica para configuração e customização das interfaces do Moodle, visando técnicas que englobem tanto usabilidade quanto funcionalidade. A falta de profissionais devidamente capacitados para trabalhar a nível administrativo com esta plataforma reflete na estruturação precária de informações nas interfaces, não evidenciando seu desinteresse em elaborar layouts intuitivos e fáceis, mas porque não possuem conhecimento suficiente para fazê-lo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/IEC 9126-1: Engenharia de software - Qualidade de produto**. Rio de Janeiro, 2003.

COMUNIDADE MOODLE. **Moodle**. 2006. Disponível em: <<http://moodle.org/about/>>. Acesso

em: 03 ago. 2015.

FERREIRA, Aline da Silveira Queiroz; MARQUES, Waldenize Coimbra. **Análise de usabilidade no ambiente virtual de aprendizagem Moodle**. 2007. Disponível em: <<http://www3.iesam-pa.edu.br/ojs/index.php/computacao/article/viewFile/141/130>> Acesso em: 28 set. 2015.

FICIANO, Antônio Marcos. **A customização do Moodle tendo como base maior navegabilidade e usabilidade do ambiente: uma experiência de ensino**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapiencia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12054>. Acesso em: 29 jul. 2015.

FRANCO, Sérgio Rodrigues Affonso. **A usabilidade no ambiente virtual de aprendizagem Moodle: contribuições para qualidade em educação on-line**. Rio de Janeiro, 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá.

LISBOA, Rafaela P. et al. **Uma investigação de problemas de Usabilidade, Comunicabilidade e Sociabilidade do Moodle que afetam os objetivos educativos pré-definidos para suas ferramentas colaborativas**. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15319126-Rafaela-p-lisboa-daniel-a-chagas-herminio-borges-neto-elizabeth-s-furtado.html>> Acesso em: 31 ago. 2015.

MARTINS, Roseane de Oliveira. **MOODLE: Avaliação de usabilidade da criação de cursos na web**. 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/RoseaneMartins/moodle-avaliacao-de-usabilidade-da-criacao-de-cursos-na-web>> Acesso em: 18 ago. 2015.

NEVES, Patrícia Takaki; ANDRADE, Rhayane Stéphane Silva. **A importância da avaliação de usabilidade em ambientes virtuais de aprendizagem**. SIED - Simpósio Internacional de Educação a Distância. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/5Edbqi>> Acesso em 03 set. 2015.

NIELSEN, Jacob. **10 Usability Heuristics for User Interface Design**. 1995. Disponível em: <<http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

PULINO FILHO, Athail Rangel. **Moodle**. Um sistema de gerenciamento de cursos. 2005. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/manual-completo-moodle.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

ROCHA, Heloísa Vieira da; BARANAUKAS, Maria Cecília Calani. **Design e Avaliação de Interfaces Humano-computador**. 2 ed. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Usabilidade e os problemas do Moodle: o caso da educação universitária**. 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/260.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2015.

CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIOS DA REDE E-TEC BRASIL: PERSPECTIVAS EM EAD

DALVES, Ana Maria de Jesus Teixeira¹; ALVES, Mariana Aparecida Teixeira²; VIANA, Aleksandre Rocha³

¹Bacharel em Enfermagem pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Especialista em Enfermagem do Trabalho, Didática e Metodologia do Ensino Superior e Educação a Distância.

²Graduada em Administração pelas Faculdades de Ciências Gerências de Montes Claros.

³Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Professor da Rede Estadual de Ensino.

RESUMO

Este artigo analisa perspectivas e cenários do Curso Técnico em Agronegócios da Rede e-Tec Brasil oferecido na modalidade à distância. O estudo permitiu compreender as perspectivas do processo de ensino-aprendizagem na experiência do curso técnico em questão, e que a Rede e-Tec Brasil é de suma importância neste processo, porque propicia, por meio da Educação a Distância, o acesso à qualificação em nível técnico ao interior do Brasil, e não somente a efetivação do aprendizado, mas a parceria entre aluno professor na busca pelo conhecimento significativo e concreto.

Palavras-chave: Rede e-Tec. Educação a Distância. Curso técnico.

INTRODUÇÃO

Este estudo se pauta nos elementos que tocam a Educação a Distância (EaD) e a oferta de perspectivas para o desenvolvimento do curso técnico em Agronegócios no âmbito da Rede e-Tec Brasil. Neste sentido, são discutidas questões relativas a EaD e a análise da perspectiva e avanços do Curso técnico em Agronegócios na modalidade. A Rede e-Tec Brasil parte de um modelo de EaD que preconiza a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Tal modelo ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação (TICs), com um grande potencial para atender à pessoas em condições desfavoráveis para participação de cursos de graduação presenciais geralmente oferecidos em grandes centros de pesquisa e difusão de conhecimento, como é o caso das instituições de ensino superior público do Brasil.

Instituições de ensino investem cada vez mais na modalidade de ensino a distância que apresenta como um dos principais diferenciais, a possibilidade de superar barreiras geográficas e alcançar com relativa praticidade parcelas da população privadas do acesso ao conhecimento. Com o surgimento da EaD, observamos a união de instituições para o fortalecimento

dos seus produtos, criando o processo de redes. Neste caso, o produto destas instituições é o ensino. Essas parcerias em rede muitas vezes são apoiadas pelas fundações de apoio à pesquisa em nível estadual e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES.

A EaD é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. É nessa EaD, que se desenvolvem as mais variadas discussões, inclusive sobre uma forma sistematicamente organizada de auto-aprendizado, na qual o aluno organiza seus estudos a partir do material que lhe é apresentado, sendo o acompanhamento e a supervisão do processo de ensino/aprendizagem desenvolvidos por um grupo de profissionais. Isto é possível à distância, por meio da aplicação redes de ensino na busca da construção do conhecimento (MOORE; KEARSLEY, 1996).

A EaD hoje vem sendo cada vez mais impulsionada, constituindo-se como uma nova concepção de aprendizagem e interatividade, traduzida em uma tendência atual em termos de processo educativo. Frente essa discussão,

o presente artigo tem como objetivo relatar sobre a análise das perspectivas e avanços do Curso Técnico em Agronegócios, ofertado pela Universidade Estadual de Montes Claros, por intermédio do Sistema Rede e-Tec Brasil, na modalidade de EaD. Para este relato, realizou-se uma revisão de literatura sobre os elementos envolvidos: a modalidade a distância e a gestão do ensino em EaD.

DESENVOLVIMENTO

A EAD é uma forma sistematicamente organizada de auto-aprendizado, na qual o aluno organiza seus estudos a partir do material que lhe é apresentado, sendo o acompanhamento e a supervisão do processo de ensino-aprendizagem desenvolvidos por um grupo de profissionais. Isto é possível à distância, por meio da aplicação de métodos de comunicação capazes de vencer os impedimentos do distanciamento geográfico. A EaD assim como a educação direta, presencial ou face a face, desenvolve um tipo de específico de contato entre professores e alunos.

Otto Peters (1983, p. 111) conceitua a EAD como um meio de conhecimento de massa:

O ensino a distância é um método de repartir conhecimentos, habilidades e atitudes, racionalizando mediante a aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, assim como pelo uso extensivo de meios técnicos, especialmente para o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o qual se faz possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo independente de onde eles vivam.

Ainda no tocante às definições sobre EaD, Aretio (2001, p. 30-31) expõe que a EAD é:

Um sistema tecnológico de comunicação de massa e bidirecional, que substitui a interação pessoal, em aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes.

Hoje, a EaD vem sendo cada vez mais impulsionada, constituindo-se como uma nova concepção de aprendizagem e interatividade, traduzida em uma tendência atual em termos de processo educativo. Teoria que em outras vistas na prática, a EaD é um caminho sem volta e tende a crescer ainda mais, ultrapassando, no Brasil, o número de alunos matriculados nos cursos presenciais ou ainda os 20%, definidos

pelo Ministério de Educação, de disciplinas que podem ser oferecidas de forma não presencial nos cursos superiores (PALÁCIO, 2002).

Moore e Kearsley (1996) definem a EaD como a comunicação entre alunos e professores mediada por documentos impressos ou por alguma forma tecnológica. Apesar das controvérsias e desafios encontrados na utilização dessa modalidade de ensino, cumpre ressaltar que a EAD também apresenta inúmeras vantagens, como a adaptação na formação profissional de pessoas que não dispõem de tempo, recursos financeiros e são excluídas do processo de ensino-aprendizagem; eficácia quanto à combinação de estudo e trabalho; permanência do aluno em seu ambiente profissional e cultural; interação homem/máquina, além do desenvolvimento da iniciativa, da disciplina e da autonomia na condução dos estudos.

E neste contexto, que a globalização nas duas últimas décadas, fazem surgir novas demandas do mercado de trabalho. As organizações tornaram-se flexíveis devido às exigências dos mercados internacionalizados, que tiveram grandes avanços com as novas tecnologias, adaptando os seus trabalhadores a este novo contexto.

O processo dinâmico de movimento dos mercados e a sua flexibilidade trouxeram a necessidade de interconexão entre as empresas, fazendo surgir a concepção sobre redes. Neste sentido, no ano de 2011, por meio da Lei Delegada n. 180, de 20/01/2011, foi criado o Centro de Educação a Distância da Unimontes, com o objetivo de acolher todos os programas de EaD realizada pela Instituição, que começaram em 1997 com o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP), demonstrando a preocupação do Governo de Minas Gerais com esta modalidade de ensino.

A Rede e-Tec Brasil, portanto, foi criada em 2007, denominada Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. Ela propôs a articulação das instituições públicas federais, estaduais e municipais, que ofereciam cursos técnicos de nível médio e que tinham interesse em ofertá-los na modalidade a distância.

Por meio do Decreto Nº 7.589, da Presidência da República, de 26 outubro de 2011, o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil transformou-se em Rede e-Tec Brasil, com os seguintes objetivos:

I - estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade à distância, em rede nacional; II - expandir e democratizar a

oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas; III - permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos; IV - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos; V - permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação à distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica; VI - promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica; VII - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação à distância (BRASIL, 2011, p. 1).

Esta transição na nomenclatura de Programa para Rede visa consolidar o sistema de Rede de Educação Técnica a Distância no âmbito federal. O objetivo principal é que as universidades federais, aos poucos, substituam as bolsas por cargos concursados de professor de curso a distância, ou seja, a criação de uma política consolidada de educação a distância, e não apenas um programa.

Já o Curso Técnico em Agronegócio, objeto deste estudo, foi criado com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC. Ele está focado na discussão de alternativas inovadoras de negócio no espaço rural e aplicação da gestão nas cadeias produtivas. Tenta ser uma resposta às necessidades do mercado de trabalho brasileiro ligado ao setor agroindustrial.

O Curso Técnico em Agronegócio possui uma carga horária de 1.296 horas, sendo 90h destinadas ao estágio obrigatório. Possui 12 disciplinas, divididas em 4 módulos. No primeiro módulo, temos as disciplinas Introdução à Informática e Internet e EAD, que possuem como objetivo ambientar o aluno na utilização do computador e do ambiente on-line utilizado pela Unimontes. No segundo módulo existem as disciplinas introdutórias, que são: Introdução ao Agronegócio, A Empresa Rural e a Agricultura e a Agricultura Familiar. No terceiro módulo, há um aprofundamento com as disciplinas mais técnicas do curso, que são: Planejamento e Projetos no Agronegócio, Administração do

Agronegócio e Economia Rural. Já no último módulo entram as disciplinas mais práticas do curso, que são: Desenvolvimento Rural, Ecoturismo e Turismo Rural e Marketing em Agronegócios. A disciplina de estágio está dividida nos 3 últimos módulos, sendo disponibilizada uma carga horária de 30 horas por módulo, totalizando 90 horas, como dito anteriormente.

É importante ressaltar que, a interação com o aluno se dá nos fóruns de discussão, que são abertos no ambiente virtual. Esses fóruns abordam a matéria e servem para tirar dúvidas, propor novas discussões, lançar atividades e provocar a interação entre o professor e o aluno. Já no ambiente virtual, o aluno encontra também o plano de ensino da disciplina, cronograma de atividades, caderno didático *on-line*, *cyber* café (espaço para interação livre), orientações das atividades, informações extras, as aulas expostas, fotos, *chats*, etc. Por meio da plataforma virtual é que ocorre a comunicação do aluno com os tutores, coordenador de curso, professor, e com os próprios colegas de curso.

Fato de importância neste contexto é o assunto evasão, que de acordo com Coelho (2010), na EaD, normalmente, possui uma alta taxa de evasão, causada, principalmente, pelo domínio insuficiente do computador e da Internet, pela falta do encontro presencial entre professor e aluno, pela dificuldade de debater utilizando a escrita e pela falta da reunião das pessoas num espaço físico.

Propõem, portanto frente esse trabalho, que no caso específico do Curso Técnico em Agronegócio na modalidade à distância, os motivos observados nos diversos artigos sobre o tema em questão para a evasão, foram diversos, dentre os quais se destacam: emprego em outra cidade, ingresso em curso superior, viagens a trabalho para colheita sazonal, falta de acompanhamento do tutor, demora na resposta do professor, problemas de acesso à cidade/polo, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas e avanços do curso Técnico em Agronegócios na modalidade a distância da Rede e-Tec Brasil, mostra que há a oportunidade de ampliar conhecimentos prévios sobre as possibilidades de melhor compreender sua área de atuação. A Rede e-Tec Brasil é de suma importância, porque propicia por meio da edu-

cação à distância, o acesso à qualificação em nível técnico ao interior do Brasil. A experiência inicial do Curso Técnico em Agronegócio na modalidade à distância pela Rede e-Tec Brasil/Unimontes, conforme apontamos no decorrer deste texto, foi marcada por desafios e dificuldades, as quais já foram devidamente identificadas e analisadas as possibilidades de intervenção para contornar ou sanar os problemas nas próximas edições do curso.

REFERÊNCIAS

- ARETIO, L. *La educación a distancia: de lateoría a lapráctica*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.
- BRASIL. *Institui a Rede e-Tec Brasil*. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em: 01 mar. 2016.
- COELHO, Maria de Lourdes. *A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via internet*. 2010. Disponível em: http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=10 Acessado em 01 mar. 2016.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Distance Education: a systems view*. Belmont: Wadsworth, 1996.
- OTTO PETERS. Distance teaching and industrial production: a comparative interpretation. In: SEWART, Keegan. HOLMBERG (eds). *Distance Education*. International Perspectives. Londres, Croom Helm, 1983.
- PALÁCIO, Renato. *Portaria 2.253 - E agora?*. 2002. Disponível em www.e-learningbrasil.com.br/home/artigos/artigos.asp?id=1846. Acessado em 16 de dezembro de 2012.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DA ALTA HOSPITALAR DE PACIENTE DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

OLIVEIRA, Fabiano Fernandes

Enfermeiro, Especialista em Enfermagem em Cuidados Pré-Natal pela Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP e Docente do curso de graduação em enfermagem da Escola Superior de Cruzeiro. ESC - Cruzeiro/SP.

RESUMO

As unidades de terapia intensiva são locais que o profissional de enfermagem está em contato com o paciente o tempo todo. Por essa razão, os enfermeiros devem estar preparados para promover a educação em saúde, pois realizam procedimentos de alto risco e responsabilidade. O objetivo deste trabalho foi analisar a produção científica acerca da educação em saúde no contexto da alta hospitalar de paciente de unidade de terapia intensiva. Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica. A busca da bibliográfica utilizada foi feita por meio dos descritores: educação em saúde, unidade de terapia intensiva, alta do paciente e enfermagem. A base de dados utilizada foi a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), respeitando os limites de publicação entre 2005 a 2015 em língua portuguesa. Ficou evidenciado que, embora a literatura apresente muitas discussões sobre o planejamento da alta do paciente e a importância do papel do enfermeiro neste processo, a documentação de experiências de enfermeiros brasileiros ainda se mostra escassa.

Palavras-chave: Educação em saúde; Unidade de Terapia Intensiva; Alta do paciente; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde acontece independentemente do consentimento do indivíduo, através de palavras, gestos, troca de afeto e informações, pelos profissionais de saúde. A educação é entendida como processo de promover algo em determinado sujeito que nele já esteja internalizado, ou, levar externalizar algo de um sujeito, que já está presente nele (SILVA; ZANATTA, 2009).

Os benefícios da educação são inúmeros, pois ela lapida as pessoas, preparando-as para melhor exercer seu papel na sociedade (ROCHA, 2007). A educação em saúde volta-se para transformação que procura libertar o homem, retirar seus véus e fazer surgir uma nova sociedade, mais humana e igualitária. Nesse sentido, a educação continuada é um processo dinâmico de ensino-aprendizagem, ativo e permanente destinado a atualizar e melhorar a capacitação de pessoas (SILVA; ZANATTA, 2009).

Teoricamente, o termo educação em saúde é tratado sob dois aspectos, ou ainda como termos isolados e não como uma relação entre si. Usualmente define-se primeiramente a edu-

cação, associada à escola, à aprendizagem e, saúde relacionada ao cuidado de si, do corpo, da mente e da doença (HAMMERSCHMIDT; LISBOA, 2005).

A prática de educação em saúde não é uma proposta recente, datado séc. XVIII na Europa, quando eram elaborados panfletos intitulados de almanaques populares onde era difundido o cuidado higiênico para gestantes, crianças e medidas gerais de controle de epidemias. Durante muito tempo à estruturação das ações educativas esteve relacionada apenas a ampliação de informações sobre as doenças, salientando os “certos” e “errados” e as formas de prevenção (MACIEL; 2009).

As unidades de terapia intensiva são unidades críticas que comportam pacientes com possibilidades de viver nas quais a enfermagem está prestando cuidados ininterruptos todos os dias da semana, estabelecendo contato direto com o paciente. Assim, esses profissionais precisam estar aptos para oferecer a educação em saúde, uma vez que realizam procedimentos invasivos com alto grau de responsabilidade. Além disso, torna-se necessário que os enfermeiros que atuam nessas unidades saibam se

comunicar com os pacientes, pois nem sempre esses estão em condições de relacionar-se. A comunicação vem sendo uma variável importante no cuidado ao paciente crítico, cujo mesmo vem sendo descrito na literatura como um obstáculo a superar, a comunicação é um importante aspecto, pois tanto contribui para estabelecer um melhor cuidado ao paciente como também contribui para uma excelente prática da enfermagem (BRITO; SILVA; MONTE-NEGRO; 2012).

As atividades de educação em saúde têm um importante papel a ser desempenhado no que diz respeito à mudança de paradigma, visto que quando se fala sobre o assunto as pessoas pensam em cuidados pessoais que evitam doença, dando a ideia que a saúde é um problema individual sendo a educação a forma de se obter a mudança de características individuais, como a não observância de cuidados à saúde necessários a promoção da saúde (HUDAK; GALLO, 2007).

Conforme Machado e Silva (2009, p. 7):

O foco de educação em saúde está voltado para a população e para a ação. De uma maneira geral seus objetivos são encorajar as pessoas a: a) adotar e manter padrões de vida saudáveis. b) usar de forma judiciosa e cuidadosa os serviços de saúde colocados à sua disposição, e c) tomar suas próprias decisões, tanto individual como coletivamente, visando melhorar suas condições de saúde e as condições do meio ambiente.

Também é comum atribuir a educação em saúde à profissionais de saúde, embora devesse ser entendida como uma ação que integra outros profissionais dando uma visão de interdisciplinaridade. A educação em saúde constitui um dos instrumentos utilizados pela enfermagem tanto no modelo assistencial individual, como no modelo de saúde coletiva, onde as preocupações estão direcionadas para o controle da doença como fenômeno coletivo. Todo o contato que enfermagem tem com o usuário do serviço de saúde, estando a pessoa doente ou não, deveria ser considerado uma oportunidade de ensino de saúde. Enquanto a pessoa tem direito de decidir se aprende ou não, a enfermagem tem a responsabilidade de apresentar a informação que irá motivar a pessoa quanto à necessidade de aprender (COLOMÉ; OLIVEIRA, 2008).

Acredita-se que o plano de alta é uma ferramenta para garantir a continuação do cuidado após a hospitalização. O ensino no plano de alta é parte integrante do processo de educa-

ção e saúde, incluindo orientações ao paciente e à família acerca do que necessitam saber e compreender, considerando-se os aspectos biopsicossocioespirituais.

Neste contexto, considera-se o tema ainda um grande desafio para os enfermeiros, pois se entende que uma assistência de qualidade deve estar pautada em competências técnico-científicas e ser isenta de riscos aos pacientes, familiares, profissionais e instituições (POMPEU; 2007). Devido a estas considerações, este estudo buscou analisar a produção científica acerca da educação em saúde no contexto da alta hospitalar de paciente de unidade de terapia intensiva.

METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo do estudo optou-se pela pesquisa exploratória de revisão da literatura que tem como finalidade:

[...] identificar na literatura disponível as contribuições científicas sobre um tema específico. Esta modalidade de pesquisa é de cunho qualitativo, descritivo e tem como característica fundamental localizar o que já foi produzido em diversas fontes, confrontando os resultados e é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído por artigos científicos (MALHEIROS; 2007, p. 81).

A busca pelas publicações utilizadas para a revisão eletrônica ocorreu em janeiro de 2015, sendo realizada por meio dos descritores: educação em saúde, unidade de terapia intensiva, alta do paciente e enfermagem. A base de dados utilizada foi a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Estabeleceram-se como critérios de inclusão para a seleção da amostra, artigos de periódicos disponíveis na íntegra na BVS; idioma em língua portuguesa; respeitando o período de publicação compreendido entre os anos de 2005 a 2015 com abordagem da temática sobre educação em saúde no contexto da alta hospitalar de pacientes de unidade de terapia intensiva. O critério de exclusão estabelecido foi para as produções que se apresentassem em mais de uma base, e que não estavam disponíveis livremente na íntegra para consulta e estudos irrelevantes para a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a combinação dos descritores, foram

identificadas inicialmente 131 referências. Dentre estas, após seleção por título e resumo condizente com o objetivo deste estudo, foram analisados artigos na íntegra e foram selecionados e incluídos 25 artigos, excluindo assim 106 artigos, seja por repetição nas bases de dados, seja por não contemplarem os critérios de inclusão previamente determinados. A análise descritiva das referências selecionadas possibilitou tanto a caracterização geral como a análise da temática e síntese dos conteúdos das mesmas.

Educação em saúde

A evolução do conhecimento para o autocuidado é a chave para o sucesso na diminuição da morbidade/mortalidade e dos custos de saúde (ANDRIETA et al., 2011). As falhas mais comuns que prejudicam o autocuidado estão relacionadas ao déficit de conhecimento da doença e do tratamento; à falta de apoio ao tratamento e manifestações clínicas da doença; não aceitação da doença; ausência de apoio familiar; discreta melhora dos sintomas; terapêutica medicamentosa complexa; efeitos colaterais dos medicamentos e tratamento prolongado sem possibilidade de cura (SUZUKI; CARMONA; LIMA, 2011).

Na realidade brasileira, a intervenção educativa de enfermagem realizada durante a internação hospitalar traz melhora do conhecimento, do autocuidado e da qualidade de vida para pacientes e seus familiares. A educação em saúde depende de equipe interdisciplinar que trabalhará com o conhecimento e conscientização sobre a doença, na intenção de que haja adesão ao medicamento e reconhecimento dos sinais e sintomas que indicam a progressão da doença (TEIXEIRA; RODRIGUES; MACHADO, 2012).

Além disso, educar o paciente para o conhecimento da própria doença, a relação entre a terapia farmacológica e o comportamento saudável, podem alterar os índices de rehospitalização (SUZUKI, 2011). Considerada o aumento do conceito de saúde, para além da ausência de doença, as discussões em torno da questão de como educar sujeitos e grupos para que estes alcancem uma condição desejável de saúde têm provocado propostas de modificação nas formas mais habituais de se educar para saúde (SOUZA et al., 2005).

A atividade educativa é uma ferramenta essencial às atividades desenvolvidas no âm-

bito do Sistema Único de Saúde, pois gera a criação de áreas onde a gestão participativa é potencializada, sendo também incentivada a descentralização para que se possa aproximar a saúde com a população, de acordo com as próprias vivências da comunidade. Além disso, a ação educativa na saúde significa ir de encontro com os princípios do SUS que são: universalidade, integralidade, equidade e participação social (SANTOS; ALMEIDA; REIS, 2013).

Processo de alta hospitalar

Estudos recomendam a necessidade de um processo de alta padronizado para maior eficiência e qualidade do cuidado, com a finalidade de garantir a sequência da assistência domiciliar, a fim de oferecer aos pacientes informações e recursos necessários para prevenir e evitar hospitalização. Nesse ínterim, deve-se dar ênfase ao processo de alta individualizado a partir da admissão do paciente, envolvendo toda equipe de saúde (BRITO; MONTENEGRO, 2012).

É adequado que a alta hospitalar seja planejada a partir do momento da internação do paciente, sendo o paciente orientado sobre sua patologia e preparado para o autocuidado. Paciente mais debilitado pode depender de uma terceira pessoa para auxiliá-lo e, nesses casos, um importante dado a ser coletado remonta sobre a figura do cuidador, para que este seja capacitado a prestar ajuda de qualidade ao paciente (COLOMÉ; OLIVEIRA, 2008).

Os familiares também deverão estar prontos para assumir novas habilidades e informação para o cuidado ininterrupto após a alta, no domicílio para com o seu familiar que necessita de cuidados (NAPOLEÃO; CALDATO FILHO, 2009). É inevitável a compreensão do paciente, familiar ou cuidador sobre o processo de alta, e deve ser solicitado a eles que expliquem sobre o plano com suas próprias palavras. Além disso, é importante instituir uma programação de seguimento pós-alta, conciliação do plano terapêutico medicamentoso, revisão sobre como proceder na ocorrência de um problema, orientando sobre qual serviço de atendimento deve procurar, além de fornecer instruções por escrito e realizar seguimento telefônico (TEIXEIRA; RODRIGUES; MACHADO, 2012).

Muitos profissionais acreditam que a orientação no momento da alta consiste no elemento principal desta etapa e deve envolver alguns temas de destaque sobre a saúde e possíveis si-

tuações no ambiente domiciliar (SOUZA; LIMA, 2015). O planejamento da alta é uma atividade interdisciplinar que tem o enfermeiro como responsável por fazer o elo entre os profissionais, visando bem-estar e recursos necessários para garantir a segurança do cuidado em domicílio (MACHADO; SILVA, 2007).

A literatura aponta que o enfermeiro realiza cuidados e atividades educativas junto ao cliente que costumam não ser documentado, o que dificulta a comunicação na equipe, o acompanhamento do aprendizado do paciente e a visibilidade do trabalho desempenhado pelo enfermeiro. Assim, para a operacionalização da proposta discutida neste trabalho, foi construído um impresso, a partir da literatura consultada, para o registro de dados que nortearão as decisões quanto ao planejamento da alta hospitalar do paciente (POMPEU; 2007).

Em um estudo nacional sobre orientação de enfermagem na alta hospitalar (MIASSO; CASSIANI, 2005), constatou-se que o processo de alta hospitalar ocorre em locais inadequados para orientação, são fornecidas poucas informações por escrito, há curto tempo para orientação e não são utilizadas estratégias que confirmem a compreensão do paciente quanto às orientações fornecidas, representando aspectos limitadores à efetividade do processo de alta.

Estudos mostram que os pacientes, durante o período da alta, buscam conhecimentos necessários sobre cuidados, porém, somente este comportamento não suprirá a manutenção da saúde desses indivíduos no domicílio (TEIXEIRA; RODRIGUES; MACHADO, 2012). O plano de alta hospitalar deve ser elaborado pelo enfermeiro, porém, com a colaboração dos demais profissionais que cuidam do paciente, buscando também melhor articulação com os demais seguimentos de saúde onde esse paciente encontra-se inserido (SUZUKI, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a literatura apresente muitas discussões sobre o planejamento da alta do paciente e a importância do papel do enfermeiro neste processo, a documentação de experiências de enfermeiros brasileiros ainda se mostra escassa.

A prontidão e segurança do paciente para a alta deve ser resultado de um planejamento que deliberadamente o prepare para tal, sen-

do avaliados indicadores físicos e psicossociais que o enfermeiro deve estar apto a investigar e registrar, no intuito de documentar a assistência prestada e para que dados possam ser resgatados e reavaliados, tanto por ele quanto pela equipe multidisciplinar, com o objetivo de favorecer o bem estar do paciente.

Os estudos analisados nesta investigação mostram que o plano de alta hospitalar deve ser elaborado pelo enfermeiro, porém, com a colaboração dos demais profissionais que cuidam do paciente, buscando também melhor articulação com os demais seguimentos de saúde onde esse paciente encontra-se inserido.

Apesar das características peculiares que permeiam o contexto da unidade de terapia intensiva, e por esta ser um setor no qual se realiza um cuidado específico e complexo, destaca-se que não basta dominar o conhecimento junto à alta tecnologia existente nestas unidades, é necessário deter atenção particular no cliente em sua totalidade, para isso, os profissionais devem ser atuantes, aplicar seus conhecimentos e habilidades.

Para fortalecer os resultados apresentados neste trabalho, é necessário o desenvolvimento de novas pesquisas. Torna-se importante um aprofundamento nos modos de como formular um plano de alta, visando a sua aplicação e a análise das repercussões que esse plano alcançou nos pacientes, validar o conhecimento adquirido pelo paciente, apoio da família no plano de alta, elaboração de materiais educativos para a educação do paciente, além de outros aspectos que podem ser desenvolvidos na investigação científica, para que as evidências sejam incorporadas à prática de enfermagem, no cuidado do paciente de unidade de terapia intensiva.

REFERÊNCIAS

- ANDRIETTA, M. P.; MOREIRA, R. S. L.; BARROS, A. L. B. L. Plano de alta hospitalar a pacientes com insuficiência cardíaca congestiva. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 19, n. 6, nov./dez. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_23.pdf Acesso em: 22 abr. 2016.
- BRITO, C. G. N.; SILVA, N. C.; MONTENEGRO, L. Metodologia de Paulo Freire no desenvolvimento da educação permanente do enfermeiro intensivista. *Rev. Enf. Revista*, v. 16, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucmi->

nas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/5182/5188 Acesso em: 25 mai. 2015.

CHIODI, L. C.; AREDES, N. D. A. et al. Educação em saúde e a família do bebê prematuro: uma revisão integrativa. *Acta Paul Enferm*, v. 25, n. 6 p 969-74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n6/v25n6a22.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

COLOMÉ, J. S.; OLIVEIRA, D. L. L. C. A educação em saúde na perspectiva de graduandos de Enfermagem. *Rev. Gaúcha de Enf*, Porto Alegre, v. 29, n. 53, p. 347-353, 2008.

_____. Educação em saúde: Por quem e para quem? A visão de estudantes de graduação em enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 177-180, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a20v21n1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

DOMINGUES, F. B. D.; CLAUSELL, N. C.; ALITI, G. B. A. et al. Educação e Monitorização por Telefone de Pacientes com Insuficiência Cardíaca: Ensaio Clínico Randomizado. *Arq. Bras. Cardiol.*, v. 96, n. 3, p. 233-239, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v96n3/aop00611.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

HAMMERSCHMIDT, K. S.; LISBOA, M. C. Educação em saúde para pessoas idosas com diabetes melítus. *Rev. Nursing*, v. 79, n. 7, p 36-40, 2004.

HUDAK, C.; GALLO, B. M. *Cuidados intensivos de enfermagem: uma abordagem holística*. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MACHADO, A. L.; SILVA, M. R. F. Educação em Saúde: instrumento de ação para o enfermeiro no Programa Saúde da Família. *Rev. Nursing*. v. 104, n, 9, p 45-49, 2007.

MACIEL, M.E.D. Educação em saúde: conceitos e propósitos. *Cogitare Enferm.*, v. 14, n. 4, out./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/16399/10878>. Acesso em: 25 maio 2015.

MALHEIROS, B. T. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MIASSO A. I.; CASSIANI, C. S. H. B. Administração de medicamentos: orientação final para alta

hospitalar. *Rev Esc Enferm USP*, v. 39, n. 2, p. 136-44, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n2/03.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MINAYO; M. C. S. O. *Desafio do Conhecimento Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NAPOLEÃO, A.A, CALDATO, V.G, FILHO, J.F.P. Diagnósticos de enfermagem para o planejamento da alta de homens prostatectomizados: um estudo preliminar. *Rev eletrônica enferm*, v. 12, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/rt/printerFriendly/4072/html_2. Acesso em: 25 maio 2015.

OLIVEIRA; F. F, SILVA; R. C. Automedicação na gestação & Educação em saúde: Revisão de literatura. *REENVAP*, v. 1, n. 5, p. 21-32, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/reenvap/article/view/1132>. Acesso em: 22 abr. 2016

POMPEO, A. et al. Atuação do enfermeiro na alta hospitalar: reflexões a partir dos relatos de pacientes. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 3, set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n3/pt_a17v20n3.pdf. Acesso em: 12 abr. 2016.

RABELO; M. Z. CHAVES; C. M. E. et al. Sentimentos e expectativas das mães na alta hospitalar do recém-nascido prematuro. *Acta Paul Enferm.*, v. 20, n. 3, p. 333-337, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n3/pt_a15v20n3.pdf. Acesso em: 25 maio 2015.

ROCHA, K.P.W.F. A educação em saúde no ambiente hospitalar. *Rev. Nursing*, v. 108, n. 9, p. 216-220, 2007.

SANTOS, D.S, ALMEIDA, L.M.W.S, REIS, R.K. Programa de educação pelo trabalho para saúde: experiência de transformação do ensino e prática de enfermagem. *Rev Esc Enferm USP*, v. 47, n. 6, p. 27-32, 2013. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n6/en_0080-6234-reeusp-47-6-01431.pdf Acesso em: 25 maio 2015.

SILVA, A.C.; ZANATTA E.A. Educação em saúde percepção de Biólogos. *Rev. Nursing*, v. 131, n. 12., p 177-181, 2009.

SOUZA; A.C, COLOMÉ; I. C. S, COSTA; L. E. D, OLIVEIRA; D. L. L. C. A educação em saúde com grupos na comunidade: uma estratégia facilitadora da promoção da Saúde. **Rev Gaúcha Enferm.**, v. 26, n. 2, 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4547>. Acesso em: 25 maio 2015.

SOUZA; L. P. LIMA; M. G. Educação continuada em unidade de terapia intensiva: revisão da literatura. **J Health Biol Sci.**, v. 3, n. 1, p. 39-45, 2015. Disponível em: <http://201.20.109.36:2627/index.php/medicina/article/view/137>. Acesso em: 25 mai. 2015

SUZUKI, V. F.; CARMONA, E. V.; LIMA, M. H. Planejamento da alta hospitalar do paciente diabético: construção de uma proposta. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 2, p. 527-532, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a31.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

TEIXEIRA; J.P.D. S, RODRIGUES; M.C. S, MACHADO V. B. Educação do paciente sobre regime terapêutico medicamentoso no processo de alta hospitalar: uma revisão integrativa. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, P. 186-196, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v33n2/26.pdf> Acesso em: 20 jun. 2015.

O PAPEL DO COORDENADOR DE CURSO COMO ARTICULADOR DO PROCESSO FORMATIVO NA EAD

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e

Doutoranda em Educação na UFMG. Professora do Departamento de Educação da Unimontes.

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar, uma breve investigação sobre, em que medida o coordenador de curso pode atuar como articulador do processo formativo na Educação Aberta a Distância (EAD). Nossa pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, pois, fizemos levantamento, seleção, coleta e fichamento de informações referentes à temática e, ainda documental, pois tomamos como base referenciais do MEC e da UNIMONTES que norteiam e/ou definem as funções do coordenador de curso na EAD. Concluimos que, muito mais que um controlador de ações, o coordenador do curso é o elemento articulador das estratégias de construção de conhecimentos, o que exige qualificação e atualização constante.

Palavras-chave: Coordenador de Curso. Educação a Distância. Processo Formativo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de experiências vividas nos papéis de docente formadora e coordenadora de um curso a distância na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Nessa atuação, verificou-se a importância da ação do coordenador como articulador do processo educativo, não legando somente ao professor e/ou tutor essa responsabilidade. Pretendemos contribuir para a reflexão, o esclarecimento e a afirmação do papel do coordenador de curso como articulador do processo formativo na Educação Aberta a Distância (EAD).

A questão norteadora ou o problema investigado foi: em que medida o coordenador de curso pode atuar como articulador do processo formativo na EAD? Conforme Davenport (2002, p. 17), “para que a construção do conhecimento se efetive, é essencial o gerenciamento dos atributos racionais, sequenciais e analíticos da informação”, daí a importância do coordenador de curso, atuar também concretamente como articulador desse processo de construção de saberes e, portanto, de formação.

De acordo com Amaral (2007), quanto ao tipo, esta pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, pois desenvolveu-se aqui um levantamento, seleção, coleta e fichamento de informações referentes à temática e, ainda documental, pois tomamos como base referen-

ciais do Ministério da Educação e da Unimontes que norteiam e/ou definem as funções do coordenador de curso na EAD.

Nas palavras do mesmo autor (AMARAL, 2007, p. 1), a pesquisa bibliográfica tem como objetivos “fazer um histórico sobre o tema; atualizar-se sobre o tema escolhido; encontrar respostas aos problemas formulados; levantar contradições sobre o tema; evitar repetição de trabalhos já realizados”.

Quanto à abordagem, a pesquisa configura-se como qualitativa, pois, apresenta as características anunciadas por Godoy (1995), como a consideração do ambiente natural como fonte direta de dados e do pesquisador como instrumento fundamental, além de possuir caráter descritivo com a preocupação do pesquisador centrada no significado que os sujeitos dão à sua vida e às coisas.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão de aspectos organizacionais, sociais, educativos, dentre outros. Ainda conforme Goldenberg (1999), essa abordagem na pesquisa nos estimula a emergir na subjetividade, pois, envolve motivações não explícitas e espontâneas.

O objetivo do trabalho foi investigar em que medida o coordenador de curso pode atuar como articulador do processo formativo na EAD, intervindo pontualmente para que o estudante permaneça no curso com o máximo de

aproveitamento no processo de aprendizagem. Portanto, trata-se de um estudo crítico-reflexivo com utilização de referencial bibliográfico e documentos referentes ao assunto em questão.

DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, verifica-se a expansão da modalidade da educação aberta a distância e acompanhado os investimentos do poder público, especialmente, federal, feitos nessa modalidade. Tal expansão pressupõe planejamento e administração/coordenação adequadas - um dos desafios para a qualidade esperada nos cursos (BRASIL, 2012; KENSKI, 2003; SILVA, 2003).

Indaga-se então, em que medida o coordenador de curso pode atuar como articulador do processo formativo na EAD? A garantia de um processo de aprendizagem cooperativo/colaborativo constitui-se em alvo que deve ser perseguido pelos coordenadores de curso na EAD.

A modalidade EAD tem suprido à demanda de parte da população que não tinha acesso ao ensino superior, oportunizando a inclusão social e a democratização da educação (MILL; BIANCHI, 2012).

Sendo assim, conforme asseveram Barros e Aragão (2006), a gestão eficiente e comprometida dos cursos, a organização didática, a condução compartilhada, constituem-se em importantes requisitos para minimizar possíveis deficiências no oferecimento de cursos a distância.

Nesse sentido, há que haver uma organização dos cursos tendo em vista o aspecto não presencial, ou seja, as aulas virtuais devem assumir um caráter colaborativo, estimulador da autonomia e oportunizador da (re)construção significativa dos conceitos tratados e, ainda, considerar o zelo pedagógico que as novas mídias exigem.

É essencial romper com o modelo da transmissão de conhecimentos, pois conforme Silva (2003, p.51):

Esse paradigma milenar em educação sedimentou a estratégia da distribuição de 'conhecimento' como princípio de aprendizagem". Sua pregnância alastrou-se tão intensamente, também, em educação online, a ponto de subutilizar a disposição à interatividade própria do fundamento digital. Muitos ambientes virtuais de aprendizagem continuam centrados na transmissão de dados, desprovidos de mecanismos que favoreçam a criação coletiva, a aprendizagem construída. No curso online a tela do computador ainda é

semelhante à tela da televisão, a que a gente assiste e não interage.

Portanto, ao assumir a função de coordenador de curso, o profissional da educação deve mirar na educação dialética e dialógica que a contemporaneidade requer, implementando uma prática reflexiva, compartilhando responsabilidades, assumindo seu papel como articulador do processo formativo na EAD.

De acordo com KENSKI (2001, p. 81-82):

a ação [...] mediada pelas tecnologias digitais requer uma outra maneira de fazer educação [...], a experimentação de novas possibilidades de recombinação, a interatividade e a frequente conectividade são características que vão permear essas novas estratégias de ensino centradas no ambiente digital.

Desse modo, a formação de sujeitos, via EAD, deve ser responsabilidade de todos os envolvidos no processo, sejam professores, tutores, coordenadores, cabendo a estes últimos: o olhar atento, a intervenção pontual para a correção de rumos, a disposição crítica para rever conceitos e apropriar-se deles, o acompanhamento sistemático do trabalho da equipe multidisciplinar, a avaliação processual das aprendizagens, o estabelecimento da comunicação fluida entre todos os participantes do curso.

Nesse sentido, as diretrizes do MEC para a EAD estabelecem que o projeto pedagógico deve apresentar o quadro de qualificação dos docentes responsáveis pela coordenação do curso como um todo, pela coordenação de cada disciplina do curso, pela coordenação do sistema de tutoria e outras atividades concernentes ao mesmo. É preciso a apresentação dos currículos e outros documentos necessários para comprovação da qualificação dos docentes, inclusive especificando a carga horária semanal dedicada às atividades do curso. Além disso, a instituição deve indicar uma política de capacitação e atualização permanente destes profissionais (BRASIL, 2007).

Entende-se então que, muito mais que um controlador de ações, o coordenador do curso é o elemento articulador das estratégias de construção de conhecimentos, o que como vimos acima, exige qualificação e atualização constante.

Funções do coordenador de curso a distância

Com base em Barros (2006), elencam-se

cinco funções de um coordenador de curso, quais sejam: docente e líder do processo de aprendizagem; articulador do processo formativo do curso; gestor acadêmico; gestor administrativo e catalisador da identidade do curso.

Conforme o autor, o coordenador de curso não é meramente um profissional da área, mas, sobretudo, um docente que se nutre da experiência de liderar as aprendizagens, junto ao professor formador e tutor, estimulando o discente a: buscar soluções para os desafios que surgem durante o período de estudos; sistematizar os conceitos trabalhados em cada módulo de aprendizagem e atuar autonomamente na construção do conhecimento acadêmico, mediado por diferentes metodologias e novas tecnologias.

O coordenador de curso é, também, o articulador do processo formativo, pois, tem uma visão ampliada do curso, de seu projeto pedagógico, de sua matriz curricular, das ações planejadas para sua consecução, da avaliação processual e das estratégias de intervenção durante o processo de formação (BARROS, 2006).

Barros (2006, p. 21) ainda afirma que, a matriz curricular constitui-se na “principal estratégia do projeto pedagógico para a formação do aluno”, devendo, portanto, ser alvo de constante estudo e inovação.

Na função de gestor acadêmico, o coordenador de curso atuará como líder do processo de formação, selecionando, criteriosamente, o corpo docente que ministrará as disciplinas, pois, conforme Barros (2006, p. 23), “perceber um perfil que cubra as necessidades do projeto pedagógico do curso talvez seja uma das tarefas mais importantes do coordenador”.

Como gestor administrativo, Barros (2006) ratifica que, compete ao coordenador de curso administrar os recursos destinados ao curso; organizar eventos acadêmicos, encontros para docentes e discentes; atender às solicitações do MEC, via coordenação geral, e zelar pela boa avaliação do curso.

Ao assinalar a função de catalisador da identidade do curso, Barros (2006, p. 37) salienta que “o coordenador é a pessoa que integra a imagem do curso, sua identidade”.

Funções do coordenador de curso a distância na UAB/Unimontes

De acordo com as diretrizes para o coordena-

dor de curso da UAB/Unimontes, encontradas em Unimontes (2008, p. 17), suas funções são “planejar, executar, acompanhar, orientar e avaliar o processo de desenvolvimento das atividades docentes do curso”, e ainda, colaborar na elaboração dos materiais didáticos dos cursos (cadernos didáticos das disciplinas).

Essas diretrizes destacam que é de suma importância que o coordenador de curso esteja atento ao acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pelos tutores, professores formadores e toda a equipe formadora. Também cabe ao coordenador, verificar de que modo serão realizados os seminários introdutórios e seminários temáticos, bem como, a organização das atividades da fase presencial intensiva, intervindo para que haja mobilização e participação, com sucesso, de todos os envolvidos no processo de formação.

Com base nos estudos de Mill e Bianchi (2012) e Barros (2006), a função primordial do coordenador de curso é gerenciar o trabalho administrativo e pedagógico do curso (em parceria com o coordenador de tutoria) de modo que seja motivador, interventor e articulador nos e dos processos de aprender e ensinar conceitos, teorias e práticas veiculadas na EAD. Cabe ao coordenador de curso construir uma relação favorável à cooperação, um diálogo fluido e uma postura acessível para que todos os envolvidos na construção do conhecimento encontrem nele um parceiro com quem podem contar para que o trabalho desenvolvido nessa modalidade seja profícuo.

O coordenador de curso a distância e a imprescindível articulação do processo formativo

Objetivando a articulação do processo formativo, cabe ao coordenador acompanhar o desenvolvimento do curso a fim de orientar e coordenar o trabalho de tutores e professores formadores (KENSKI, 2003).

Na EAD, é inconcebível aulas mal preparadas e atividades sem objetivos de aprendizagem. Portanto, cabe ao coordenador de curso zelar para que o planejamento, as propostas de ensino, os procedimentos didáticos, os recursos materiais e pedagógicos e as estratégias de avaliação, realmente, corroborem para a aprendizagem em cada módulo.

Num trabalho compartilhado, cabe ao coordenador de curso articular uma avaliação processual, dinâmica, contínua de todos os envolvidos no processo formativo - professores, tutores, equipe multidisciplinar e tecnológica, coordenação - a fim de estimular a superação de dificuldades e a escolha das melhores estratégias para garantir o sucesso do curso (BARROS; ARAGÃO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mirando na questão central de nosso trabalho: em que medida o coordenador de curso pode atuar como articulador do processo formativo na EAD, pode-se concluir, com base no referencial aludido e no estudo documental, que a hipótese de que o coordenador de curso tem um papel fundamental nessa articulação é verdadeira. Características como pró-atividade, iniciativa, organização, flexibilidade, bom senso, ética profissional, boa comunicação contribuirão para a eficácia e eficiência do trabalho do coordenador de curso.

O Coordenador de curso a distância é um dos responsáveis pela consecução da modalidade EAD, zelando pela qualidade do curso e pelo engajamento de todos os sujeitos que dele participam. Esse profissional acompanha desde a elaboração do projeto pedagógico até a execução do planejamento didático-pedagógico, sempre articulado com a equipe multidisciplinar, visando o sucesso discente - alta qualidade no processo formativo de aprender e ensinar.

Portanto, o papel do coordenador de curso em EAD consiste em articular todo o processo formativo através de um trabalho coletivo e colaborativo, em que sejam otimizadas as competências e habilidades individuais, no qual haja convergência de esforços para o pleno êxito do curso e, portanto, dos cursistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/coursesmentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2012.

BARROS, Davi Ferreira; ARAGÃO, Rosália M. R. **Coordenação de cursos superiores: novas**

competências e habilidades. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: DOU, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil> - Acesso: 09 nov. 2012.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo v. 35, n. 2, p. 57 - 63; n.3, p. 20 - 29; n.4, p. 65 - 71 mar/ag.1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

KENSKI, Vani. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MILL, Daniel. BIANCHI, Priscila Cristina Fiocco. **Gestão da Educação a Distância**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

SILVA, Marco (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003. 512p.

UNIMONTES. Coordenadoria de Educação a Distância. **Diretrizes para o Coordenador de Curso**. Montes Claros: UAB/Unimontes, 2008.

CESARIANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

RODRIGUES, Jefferson Carlos Tolentino^{1,2}; ALMEIDA, Iago Ethan Silva Ribeiro¹; NETO, Antônio Guerra De Oliveira¹; MOREIRA, Túlio Antunes¹

¹Acadêmicos de Medicina da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

²Advogado. Especialista em Direito à Saúde Baseada em Evidências pelo Hospital Sírio-Libanês/SP.

RESUMO

É comumente afirmado que o Brasil lidera o número de cesáreas no mundo. Desta forma, este trabalho busca entender se o parto cesáreo é o principal procedimento cirúrgico eleito e se fatores socioeconômicos podem ser norteadores dessa escolha utilizando para tanto pesquisa evolutiva e comparação entre estados brasileiros. Analisou-se para tanto, a evolução durante os últimos três anos do número de cesáreas no Brasil e comparou-se essa evolução tomando como base os três estados mais pobres do Brasil com os três estados mais ricos. Assim, foi realizado um estudo descritivo de corte transversal, em que se avaliou o número de cesarianas realizadas entre os anos de 2009 e 2011, contrapondo-os com o número de partos naturais, e como esse número foi modificado durante esse período. Verificou-se que o número de partos cesáreos em todos os estados analisados é maior do que o de partos normais. Observou-se ainda que esse número é crescente e maior em estados com maior IDH. Conforme o presente estudo, o Brasil efetivamente continua tendo altos índices de partos por cesárea, sendo que mais da metade dos nascimentos ocorrem através do procedimento cirúrgico. Desta forma, a realidade brasileira contrapõe aquilo que é recomendado pela OMS. Verificou-se também que o procedimento cesáreo vai sendo eleito paulatinamente como principal forma de parto no Brasil, mesmo entre estados menos desenvolvidos e, portanto, sem todos os recursos capazes a garantir o sucesso dessa escolha.

Palavras-chave: Cesariana. Parto Normal. IDH.

INTRODUÇÃO

O parto cesáreo é para uns uma escolha que cabe apenas à gestante. Para outros, é preciso levar em conta também a saúde do bebê. Outras afirmam que o parto cesáreo é uma simples questão de comodismo. No entanto, a taxa de partos cesáreos é crescente e o Brasil faz parte desse fenômeno (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012a). Alguns fatores contribuíram para este fato, tais como a evolução das técnicas cirúrgicas e anestésicas, os riscos reduzidos de complicações pós-operatórias imediatas, a prática obstétrica defensiva, as características do sistema de saúde e consequente remuneração, além da própria demanda das pacientes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012b).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou que o aumento de cesáreas em todo o mundo nos últimos 20 anos transformou o parto cirúrgico em uma “epidemia” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). E no topo do ranking dos países que mais realizam o procedimento

está o Brasil. A divulgação foi feita em Genebra, na tentativa de convencer médicos, hospitais e mulheres a repensarem os partos. Para a OMS, a prática deve ser realizada apenas quando houver “motivos médicos” válidos.

Mas eis que urge a pergunta: qual seria a taxa ideal de cesáreas? Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), índices superiores a 15,0% (quinze por cento) seriam difíceis de justificar do ponto de vista médico devido à dificuldade de elementos fáticos e clínicos justificarem num dado momento temporal a adoção de procedimento cirúrgico, nos moldes elencados em *guidelines*, capazes de justificar a opção pela cesárea e não o parto normal (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Nesse escopo, a OMS afirmou que o Brasil exibe uma das maiores taxas de cesáreas do mundo e tem sido citado como um exemplo de possível abuso deste procedimento. Segundo a organização internacional, o Brasil vive hoje uma “epidemia cirúrgica”, tendo, mais da metade dos partos atualmente, realizados

através de cesárea. De acordo com o DATASUS, em série histórica de 1994 até 2006, verifica-se que, no Brasil, mais de 95,0% dos partos são atendidos em hospitais, sendo verificada uma notável elevação dos índices, pois, enquanto em 1970 a taxa era de 14,6%, o ano de 2006 registra proporção de 45,0% dos nascidos vivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012a). E por fim, a OMS chamou a atenção para o fato que em 2013, foi registrado no Brasil a incrível proporção de 55,6% de partos cesáreos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Mas o que consiste a cesárea? Parto cesáreo é definido como o nascimento do feto via laparotomia e então histeretomia sendo que esse parto pode ser subdividido em dois grandes grupos (NORWITZ; SCHORGE, 2006). O primeiro grupo engloba as cesáreas primárias, procedimento realizado em gestante que nunca teve uma histeretomia prévia e o segundo grupo engloba gestantes com histórico de uma ou mais incisões uterinas. Convém ressaltar que não se considera o nascimento do feto via abdome como critério para se definir cesárea, pois condições clínicas podem ser diversas e ainda sim o procedimento ser considerado cesárea.

Segundo Cunningham, Leveno e Bloom (2010), estribado em diversas outras literaturas, existem indicações para a cesárea e essas indicações são baseadas em condições maternas, condições maternas-fetais e, por fim, condições associadas ao feto. São condições maternas que balizam a cesárea a placenta anormal, requerimento materno, histórico prévio de histeretomia, cicatriz uterina desconhecida, massa obstruindo o trato genital, câncer cervical invasivo, cerclagem permanente, cirurgia pélvica reconstrutiva, deformidade pélvica, HSV ou HIV, entre outros.

São condições que justificam a adoção do procedimento cesáreo baseados no misto materno-feto a desproporção cefalopélvica, parto vaginal falho, placenta prévia e, por fim, são condições fetais que são norteadores da cesárea a má-apresentação, macrosomia, anomalia congênita, trombocitopenia, nascimento prévio com histórico de trauma, dentre outros.

Conforme afirmado, o parto mediante cesárea é considerado pela OMS como uma exceção a ser utilizada no nascimento e não uma regra. Segundo o órgão público internacional a via de escolha deve ser sempre a natural e, caso a equipe médica identifique umas das situações elencadas, o parto via incisão abdominal deve ser utilizado.

O presente estudo, portanto, partiu da premissa que o Brasil é um país que possui grande índice de partos cesáreos, mas será esse dado uniforme nos últimos anos? Houve aumento no número de cesáreas nos últimos ou esse número diminuiu?

Além do mais, o presente estudo visa verificar se o procedimento cesáreo tem correlação com aspectos financeiros. Pretende-se, então, comparar os três estados mais ricos da federação (utilizando para tanto análise do IBGE) e comparar o percentual de cesáreas realizadas com os 3 estados mais pobres do Brasil.

O trabalho, então, pretende dar contornos mais claros à afirmação propagandeada e verificar se houve evolução desse procedimento e se fatores sociais são ensejadores ou não de uma procura por esta via de nascimento.

METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo de corte transversal, em que se avaliou o número de cesarianas realizadas entre os anos de 2009 e 2011, contrapondo-os com o número de partos naturais, e como esse número foi modificado durante esse período.

O primeiro passo do estudo foi identificar os três estados mais ricos e os três estados mais pobres da federação tendo como critério inclusivo para determinação amostral, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Assim, com o auxílio de dados estatísticos obtidos no sítio eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, foi possível determinar e separar os estados do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina como expoentes de estados ricos e os estados do Pará, Maranhão e Alagoas como estados com menores indicadores socioeconômicos.

A partir de então, utilizou-se o DATASUS para determinação da proporção de partos cesáreos em relação aos partos naturais nos estados acima elencados nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Finalmente, esses dados foram tabulados e analisados através do programa de tabulação disponibilizado pelo DATASUS, TabNet, onde inserido os dados, restou levado em consideração a evolução ao longo do período estudado, bem como as diferenças estatísticas encontradas entre os estados estudados e parâmetros internacionais recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

RESULTADOS

Inicialmente, restou eleito a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como mecanismo capaz de determinar quais os estados brasileiros iria ser objeto de estudo e inclusão no trabalho. A eleição deste índice se deu em virtude do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ser uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Desta forma, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - pode ser utilizado como mecanismo hábil a determinar os elementos socioeconômicos dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

Apos compilação dos dados, verificou-se que os estados do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina apresentaram IDHM superior

res a 0,774 (O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano), o que os colocaram entre os estados brasileiros de maior desenvolvimento humano e, conseqüentemente, como os estados mais desenvolvidos socioeconomicamente.

Utilizando os mesmos dados, restou evidenciado que os estados do Pará, Maranhão e Alagoas, com IDHM inferiores a 0,646 são os estados atualmente com menores índices de desenvolvimento humano, ou em outras palavras, estados mais desfavorecidos economicamente do Brasil o que guarda correlação imediata com os achados, tais como alto índice de mortalidade infantil e baixos índices de longevidade e educação.

Os dados completos referentes aos estados elencados acima estão descritos na TABELA 1 que colaciona todos os dados necessários para composição do IDHM, listando os 3 melhores e os 3 piores estados brasileiros.

Tabela 1 - Os 3 melhores e os 3 piores estados ranqueados segundo o índice do IDHM, encontrado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Ranking IDHM	UF	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	Expectativa de vida ao nascer	Mortalidade infantil
1º	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742	77,35	14,01
2º	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719	75,69	13,86
3º	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697	76,61	11,54
25º	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528	72,36	20,29
26º	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562	70,40	28,03
27º	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520	70,32	28,40

Fonte: IBGE, 2015

Após selecionados os estados por critérios socioeconômicos já descritos, procedeu-se a coleta dos dados referentes ao número de cesáreas em relação ao número de partos normais. Como janela amostral, disponível na base de dados consultada, foi compilado o número de

partos entre os anos de 2009 a 2011 o que deu gênese a tabela 2, que mostra o número total de partos no Brasil no período avaliado, utilizando para tanto os indicadores de cobertura, disponível na base de dados do DATASUS, compilados através do programa TabNet.

Tabela 2 - Número de partos no Brasil: percentuais são calculados sobre o número total de partos registrados, incluindo os sem informação sobre local do parto.

Período	Total
2011	2.913.160
2010	2.861.868
2009	2.881.581
Total Geral	8.656.609

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

A seguir, utilizando a base de dados acima descrita, os dados referentes a proporção de partos cesáreos foram compilados. O indicador acima prevê a discriminação de estado por es-

tado brasileiro. Assim, foi criada uma tabela com a proporção de partos cesáreos por região brasileira e com valor total.

Tabela 3 - Proporção de partos cesáreos (%) por região

Período de 2009 - 2011			
Região	Proporção de partos cesáreos (%)		
	2009	2010	2011
Região Norte	39,61	41,77	42,71
Região Nordeste	41,26	44,36	46,29
Região Sudeste	56,78	58,28	59,50
Região Sul	56,01	58,15	60,12
Região Centro-Oeste	55,77	57,38	58,86
TOTAL	50,10	52,34	53,88

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

Desta forma, verifica-se que conforme afirmando anteriormente, o Brasil possui em todas as suas regiões, como no total, uma maior proporção de partos cesáreos do que partos normais.

A partir desse enunciado, foi aplicado o corte proposto, a saber, inclusão dos três estados brasileiros de maior e menor IDH, o que culminou com a construção da tabela abaixo.

Tabela 4 - Porcentagem de partos cesarianas realizados segundo o DATASUS

UF	2009	2010	2011
Distrito Federal	51,97 %	52,00 %	52,77 %
São Paulo	58,02 %	58,92 %	60,02 %
Santa Catarina	55,69 %	57,67 %	58,95 %
Pará	39,79 %	42,28 %	45,28 %
Maranhão	32,76 %	34,42 %	36,59 %
Alagoas	47,70 %	52,76 %	55,38 %

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Portanto, foi feita a seleção e inclusão dos 3 estados brasileiros mais desenvolvidos e os 3 menos desenvolvidos, com base em critérios socioeconômicos já estabelecidos. Restou o compilado o número de procedimentos cesáreos em comparação ao número total de procedimentos o que foi possível determinar, com base no período de tempo da amostra, se o Brasil realmente possui alto índice de cesáreas e se esse houve incremento na escolha desse procedimento nos estados selecionados.

DISCUSSÃO

Ao comparar os valores de partos cesarianos entre os estados selecionados, pode-se notar, de uma maneira geral, um maior índice de parto cesariano entre os 3 estados mais desenvolvidos

em relação aos estados menos desenvolvidos. Apesar disso, o estado do Distrito Federal, melhor classificado no ranking do IDHM, conseguiu ter menores taxas, nos anos de 2010 e 2011 do que o estado do Alagoas, pior classificado.

Sobre a evolução dos índices ao longo do período estudado, houve um aumento na taxa de partos cesarianos em todos os estados analisados. Entretanto, esse aumento foi muito superior nos estados que compõem a base da tabela, sendo um aumento relativo de 13,79% entre 2009 e 2011 na taxa de cesariana no Pará, 11,69% no Maranhão e 16,10% em Alagoas - o que explicaria o fenômeno descrito no parágrafo acima, em que o estado do Alagoas ultrapassou o Distrito Federal nos dois últimos anos avaliados. O crescimento nos 3 estados mais desenvolvidos foi um pouco mais discreto, sendo de 1,54% no Distrito Federal, 3,44% em São Paulo e

5,85% em Santa Catarina.

Levando-se em conta a taxa recomendada pela OMS como ideal para número de cesáreas, entre 10% e 15%, nenhum dos estados neste estudo conseguiu atingir esse valor ideal. O Maranhão, estado que mais se aproxima desse valor idealizado, tem uma taxa quase duas vezes e meia maior que a recomendada pela OMS. Por outro lado, no estado de São Paulo, onde há o maior número de partos cesáreos entre os estados avaliados, são realizadas quatro vezes mais cesarianas do que o valor tido como ideal.

Conforme afirmado no introito, existem indicações para a cesárea e essas indicações são baseadas em condições maternas, condições maternas-fetais e, por fim, condições associadas ao feto. São condições bem definidas que tem como escopo garantir o sucesso do nascimento em casos em que a via normal é impedida (CUNNINGHAM; LEVENO; BLOOM, 2010).

Ou seja, a cesárea deve ser uma opção sempre que o risco do parto vaginal for maior do que pela cesariana. Isso pode ocorrer em situações clínicas ou obstétricas que aumentem o risco para a mãe ou bebê, como por exemplo, em caso de desproporção do tamanho do bebê em relação à pelve, infecções, gestantes diabéticas, hipertensas ou posição desfavorável do bebê (REZENDE, 2011).

No entanto, por mais que o parto normal seja incentivado, por principio ético, ao médico cabe respeitar a escolha da paciente que opta pelo parto cesáreo (sendo a escolha da gestante indicação aceita pela OMS).

Contudo, o que se vê no presente trabalho é uma exacerbação do número de partos cesáreos levando o que deveria ser um procedimento cirúrgico eletivo a ser tratado como regra em grande parte dos nascimentos.

CONCLUSÃO

O Brasil continua tendo altos índices de partos por cesárea, sendo que mais da metade dos recém nascidos são tidos mediante procedimento cirúrgico.

Conforme análise dos dados compilados verificou-se que essa proporção é maior em estados com maior IDH. Desta forma, verifica-se realmente que a realidade brasileira contrapõe aquilo que é recomendado pela OMS que preconiza uma taxa de cesáreas entre 10 - 15%. Ainda sobre o estudo, verificou-se que o procedimento cesáreo tem sido eleito paulatinamente como

principal forma de parto no Brasil, mesmo entre estados menos desenvolvidos e que, portanto, sem todos os recursos capazes a garantir o sucesso dessa escolha.

Diante disso, o presente trabalho não pretende esgotar o tema - principalmente explorar fatores causais -, já que se trata de um estudo transversal e os dados amostrais se baseiam em compilados de anos passados, sendo necessário a continuação dessa vigília para verificar se esse fenômeno persiste e, em caso positivo, entender o elementos causadores dessa escolha e identificar formas que possam adequar a realidade brasileira à orientação dada pela OMS.

Assim, entende-se que esse trabalho possa ser um início para um trabalho maior, que busque aprofundar o tema, partindo em busca de fatores causais que possam orientar políticas públicas no sentido de diminuir essa “epidemia cirúrgica”.

REFERÊNCIAS

AKSAN; IDENIZ. Vaginal birth or cesarean section: recommendations of women who delivered via both methods. *Int J Community Based Nurs Midwifery*, v. 3, n. 1, p. 39-50, jan. 2015.

CUNNINGHAM, F. G.; LEVENO, K. J. ; BLOOM, S. L. *Williams Obstetrics*. 23 ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. sd. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 nov 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. *Informações de Saúde: Proporção de partos cesáreos*. 2012a. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2012/f08.def>>. Acesso em: 10 dez 2015.

_____. *Informações de Saúde: Proporção de Partos hospitalares*. 2012b. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2012/f07.def>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

NORWITZ, E. R.; SCHORGE, J. O. *Obstetrics and gynecology at a glance*. Malden, Mass: Blackwell, 2006.

REZENDE, Montenegro. **Ginecologia e Obstetrícia**. 12 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO statement on Caesarean section rates**. 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/161442/1/WHO_RHR_15.02_eng.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CONSUMO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM ACADEMIAS DE MONTES CLAROS/MG

BORGES, Nágylla Rodrigues¹; SILVA, Váflia Salleth Figueiredo¹; RODRIGUES, Vinícius Dias²

¹Graduada em Nutrição pela Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI.

²Mestre em Ciências da Saúde pela Unimontes. Professor pesquisador da UAB/Unimontes.

RESUMO

Em busca de um corpo perfeito, os praticantes de exercícios físicos usam de recursos ergogênicos com objetivos cada vez mais específicos. É notório que a imagem corporal inconstante nos adolescentes e a falta de tempo para o treinamento adequado, associada à impaciência em aguardar os resultados, torna esses indivíduos propensos a fazer uso de meios inadequados para atingir o perfil físico ideal. Este estudo tem como objetivo analisar o consumo de suplementos nutricionais utilizados entre os frequentadores de academias de Montes Claros/MG. A pesquisa se caracterizou como descritiva, transversal e quantitativa. A amostra foi composta de 80 indivíduos de ambos os sexos, com idades de 18 a 30 anos, frequentadores de academias na cidade de Montes Claros/MG. Foi aplicado um questionário e os dados coletados foram digitalizados em planilhas do Microsoft Excel para análise estatística. Do grupo pesquisado, 85% eram homens, enquanto mulheres constituíram 15%. O tipo de suplemento mais utilizado foram os ricos em proteínas, adotados por 78,3% dos sujeitos. A motivação mais expressiva para utilização de suplementos foi o ganho de massa corporal com 76,3% dos indivíduos. As mudanças no corpo relacionadas com o uso de suplemento foram percebidas por 86,3% dos pesquisados. A indicação do uso de suplemento pelo nutricionista foi citada por apenas 20% dos sujeitos, ao passo que o uso por conta própria 38,8% foi maior. Em relação ao alcance objetivo com o uso de suplementos, 53,8% afirmou que não conseguiu obter os resultados esperados. Conclui-se que os frequentadores de academias de Montes Claros/MG desconhecem as consequências do uso inadequado da suplementação, evidenciando assim a importância da orientação específica para cada indivíduo pelo profissional nutricionista.

Palavras-chave: Suplementação Alimentar; Atividade Física; Ciência da Nutrição.

INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado e marcado pela influência da mídia sobre a população, cresce o número de pessoas preocupadas com a estética e que procuram obter resultados com a prática de exercícios físicos e a utilização de recursos ergogênicos. Com o aumento da preocupação, essas pessoas buscam objetivos cada vez mais específicos, visando à beleza física (ALBUQUERQUE, 2012).

As academias são os locais para a prática de exercícios físicos, estes, acompanhados por indivíduos sem vínculos profissionais com o esporte. Esse ambiente favorece a disseminação de padrões estéticos estereotipados, como o corpo magro, com baixa quantidade de gordura, com elevado volume e tônus muscular

(HIRSCHBRUCH, 2008).

Os frequentadores de academias são, em geral, indivíduos com alto nível de escolaridade, com motivação, recursos para a prática de atividades físicas e para uma alimentação saudável (ALBUQUERQUE, 2012). Mas a imagem corporal inconstante nos adolescentes e a falta de tempo para treinamento adequado nos jovens adultos, aliada à impaciência em atingir os resultados esperados, tornam os jovens propensos a consumir qualquer método que se apresente como atalho para atingir o padrão de beleza imposto (ALBUQUERQUE, 2012).

A busca por um corpo perfeito e um ótimo rendimento nos exercícios físicos leva inúmeras pessoas a adotar estratégias radicais, que nem sempre estão relacionadas à promoção da saúde (BERTULUCCI, 2012). Uma boa nutrição

melhora o desempenho físico, podendo acontecer diminuição da fadiga muscular tanto quanto pode evitar a perda de massa magra, sem necessariamente precisar de suplementação Nutricional (CARRILHO, 2013).

Por definição, suplementos nutricionais são alimentos que servem para complementar com calorias e/ou nutrientes a dieta diária de uma pessoa saudável, em casos que sua ingestão pela alimentação seja insuficiente, ou quando a dieta requer suplementação (RESOLUÇÃO CFN n° 380/2005).

Cabe ao nutricionista orientar e sugerir os suplementos alimentares adequados nos casos em que as necessidades nutricionais não estejam sendo satisfatoriamente supridas pelas fontes alimentares habituais, sendo a nutrição apropriada o alicerce para o bom desempenho físico (COSTA, 2013).

Entende-se por recursos ergogênicos todas as substâncias ou artifícios, processos ou procedimentos para a melhoria do desempenho físico. Suplemento alimentar é o produto constituído de pelo menos um desses ingredientes: vitaminas (retinol, ácido ascórbico, etc.); minerais (ferro, cálcio, potássio, zinco, etc.); ervas e botânicos (ginseng, guaraná em pó); aminoácidos (BCAA, aminoácido de cadeia ramificada, arginina, carnitina, glutamina); metabólitos (creatina, L carnitina); extratos (levedura de cerveja) ou combinações dos ingredientes acima. Os suplementos são vitaminas e/ou minerais isolados ou combinados entre si, desde que não ultrapassem 100% da ingestão diária recomendada (BIESEK, 2005).

Os alimentos proteicos para praticantes de atividade física são produtos que apresentam em sua composição a predominância de proteína hidrolisada, ou são formulados com o intuito de aumentar a ingestão destes nutrientes ou complementar a dieta, cujas necessidades proteicas não estejam atingindo as recomendações por fontes alimentares. Devem conter no mínimo de 50% das calorias oriundas de proteínas, mínimo de 65% de proteína de alto valor biológico. É permitida a adição de aminoácidos específicos para a correção do valor biológico (BIESEK, 2005).

O aumento do número de academias associado à intensa busca pelo corpo perfeito, só contribui para que o consumo de suplementos e outros recursos ergogênicos sejam associados à prática de exercícios físicos. No entanto, o aumento dessas práticas nos faz pensar na real consequência do consumo inadequado dos su-

plementos, permitindo assim o desenvolvimento de práticas que estabeleçam intervenções que visam desenvolver práticas alimentares saudáveis e programas de educação nutricional em academias (BIESEK, 2005). Diante do exposto, o estudo tem como objetivo analisar o consumo de suplementos nutricionais utilizados entre os frequentadores de academias de Montes Claros / MG.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, transversal e quantitativo, realizado com 80 frequentadores de academias da cidade de Montes Claros/ MG. Foram incluídos no estudo, frequentadores assíduos das academias há pelo menos 6 meses, com idade entre 18 e 30 anos, selecionados aleatoriamente, e que estavam devidamente matriculados em uma academia de Montes Claros/ MG. Foram excluídos os frequentadores de academia que não aceitaram participar da pesquisa livremente e os indivíduos que não atendiam a faixa etária estudada. Os dados foram coletados durante uma semana em todos os turnos de funcionamento da academia, até atingir o número de participantes necessários.

Foi esclarecido aos participantes o objetivo do estudo, e após a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foi aplicado um questionário específico, adaptado de Goston e Correia (2008), com 13 questões, contendo 5 questões abertas e 8 questões fechadas sobre o consumo de suplementos pelos frequentadores de academias. Os dados obtidos foram tabulados com o auxílio do Microsoft Excel para análise estatística descritiva e de frequência.

No decorrer do estudo, foi respeitada a Resolução 466/12 de 12 de Dezembro e 2012 do Conselho Nacional de Saúde, preservando a privacidade dos participantes. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número do parecer consubstanciado 1.046.518. O gestor da academia consentiu na realização do trabalho, assinando um termo de autorização para a execução da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 e 2 são apresentadas a caracterização dos indivíduos avaliados quanto ao sexo e idade dos indivíduos.

Tabela 1 - Sexo.

Sexo	N	%
Mulher	12	15
Homem	68	85
Total	80	100

Tabela 2 - Média de idade dos participantes

Variáveis	N	Mulheres Média	± DP	N	Homens Média	± DP	N	Total Média	± DP
Idade (anos)	12	25,08	3,80	68	23,46	3,58	80	23,70	3,64

A partir da Tabela 1, observa-se que 85% dos participantes são do sexo masculino, com média de idade de 23,46 anos, como atesta a Tabela 2. Já as mulheres, correspondem a 15% da amostra com média de idade de 25,08. Por conseguinte, a média de idade geral compreende 23,7 anos de idade.

A tabela 3 apresenta um conjunto de va-

riáveis sobre o consumo de suplementação nutricional pelos participantes: ingestão de água, tipo de suplemento utilizado, razões para uso de suplemento, ocorrência de reações adversas após o consumo do suplemento, ocorrência de mudanças perceptivas no corpo, indicação do uso de suplementos e se o alcance do objetivo da suplementação.

Tabela 3 - Características de consumo de suplementação nutricional dos participantes

Consumo de água diário	N	%
Menos de um copo	2	2,5
1 a 2 copos	4	5
3 a 4 copos	15	18,8
5 a 6 copos	15	18,8
Tipos de suplementos		
Ricos em proteína	59	73,8
Creatina	13	16,3
Queimadores de gordura	1	1,3
Hiperclóricos ou compensadores	2	2,5
Uso suplementos, mas não sei o que é ou não me lembro	1	1,3
Outros	1	1,3
Aminoácidos ramificados BCAA	2	2,5
Glutamina	1	1,3
Razões de uso		
Perda de peso, queima de gordura corporal.	12	15
Ganho de massa muscular	61	76,3
Repor nutrientes e energia, evitar fraqueza.	5	6,3
Para suprir deficiências alimentares/ compensar uma dieta inadequada	1	1,3
Melhorar a performance	1	1,3
Reações adversas		
Não	74	92,5
Sim	6	7,5

Mudanças corporais		
Não	11	13,8
Sim	69	86,3
Indicação de suplementos		
Iniciativa própria (auto prescrição)	31	38,8
Um amigo	13	16,3
O vendedor da loja de suplementos	6	7,5
Propagandas (TV, rádio, revista, outros meios de comunicação).	2	2,5
Farmacêutico	1	1,3
Nutricionista	16	20
Professor de educação física ou personal trainer	10	12,5
Outros	1	1,3
Alcance do objetivo		
Sim	36	45
Não	43	53,8
Não respondeu	1	1,3

Conforme a Tabela 3, pode-se observar que 55% dos indivíduos avaliados relataram consumir de 7 a 8 copos de água por dia, 18,8% consomem de 5 a 6 copos e 18,8% consomem de 3 a 4 copos por dia. Em estudo realizado por Silva (2011), chegaram aos seguintes resultados: 55% dos entrevistados bebiam em média 2 litros de água, 18% bebiam 1,5 litros, 16% bebiam mais de 2 litros, e 11% bebiam menos de 1,5 litros. Os resultados obtidos por este estudo corroboram os resultados alcançados por nossa pesquisa, isso demonstra que tem uma tendência quantitativa no processo de hidratação nos praticantes de musculação, onde pode contribuir para o desempenho e resultados aliados a suplementação.

Entre os tipos de suplementos mais utilizados estão os ricos em proteínas com 78,3% de uso, seguidos pela creatina com 16,3%. Conforme Silva (2011) em estudos que avaliaram o tipo de suplemento mais utilizado em frequentadores de academia, os ricos em proteína são os mais utilizados. Segundo o estudo realizado por Gomes (2008), os suplementos mais consumidos foram o BCAA (aminoácidos de cadeia ramificada), wheyprotein (proteína do soro do leite) e maltodextrina, o que se aproxima dos resultados encontrados em nosso estudo. A utilização de suplementos proteicos vem atrelado ao objetivo principal dos consumidores, aumento de massa muscular, assim demonstra também que grande parte dos usuários que participaram desse estudo deixam explícito o seu objetivo em consumir mais esse tipo de su-

plemento. Dessa forma como resultado desse estudo o principal motivo de uso dos suplementos relatado foi o ganho de massa muscular, correspondendo a 76,3 % dos indivíduos. A perda de peso e queima de gordura foi o segundo motivo mais citado, correspondendo a 15% dos pesquisados. Segundo Hallak (2012), o motivo mais citado para o uso de suplementos é o ganho de massa muscular, com 34,7 % dos indivíduos entrevistados em seu estudo, confirmando os resultados obtidos em nosso estudo. No estudo desenvolvido por Miarka (2007), foi concluído que os motivos mais citados para suplementação foi a reposição hídrica, com 27,5%, ganho de massa com 15,07% e otimização do rendimento com 7,5%, sendo assim este estudo também se correlacionam com os resultados encontrado no presente estudo.

Quanto a ocorrências de reações adversas resultantes do consumo de suplementos, 92,5% dos indivíduos relataram não apresentar nenhum tipo de reação. Tal valor se aproxima dos dados encontrados no estudo de Linhares (2006), onde 84,03% não apresentaram reação adversa, enquanto 15,97% apresentaram alguma reação ao uso do suplemento, confirmando os dados obtidos neste estudo. Ainda reafirmando os dados de nosso estudo, em pesquisa realizada por Goston (2008), 94,5% dos entrevistados declarou não sentir qualquer efeito colateral com o uso dos suplementos. Apesar da não identificação de reações possíveis que o suplemento pode acarretar, o menor percentual que identificou essa situação pode ser um

grupo de indivíduos que não utilizam o mesmo tipo de suplementação.

Outra situação importante nesse trabalho foi a percepção das mudanças corporais resultantes do consumo de suplementos, 86,3% dos indivíduos afirmaram perceber mudanças. Segundo os dados do estudo de Pedrosa (2011), foram obtidos os seguintes resultados: 98% dos indivíduos relataram haver mudanças corporais após o uso de suplementos. Nesse estudo não pode ser comprovado que o suplemento foi o protagonista de resultado corporal, mas que sua contribuição nesse processo pode ser afirmada.

Neste estudo, apenas 20% dos indivíduos faziam uso dos suplementos por orientação de um nutricionista, enquanto 38,8% dos indivíduos faziam uso por conta própria, dado que se aproxima dos resultados obtidos no estudo de Hallak (2012), sendo que 14% dos entrevistados responderam consumir suplementos nutricionais com prescrição de algum profissional apto e capacitado; a maioria, 86%, declarou consumir suplementos dietéticos sem antes consultar um especialista. Considerando os dados encontrados no estudo de Hallak (2012), podemos afirmar que a maioria dos usuários de suplementos faz o consumo sem orientação especializada. Essa situação acarreta uma má utilização dos suplementos que possivelmente não potencializará os resultados quando o mesmo faz uso de uma orientação profissional adequada para essa situação. Assim podemos identificar que 53,8% dos indivíduos relataram não ter alcançado o objetivo pretendido com a suplementação. Com o estudo de Queiroz (2012), foi observado que 56% dos indivíduos não o obtiveram os resultados desejados após o uso dos suplementos. Com esses dados podemos averiguar uma semelhança entre os dados dos estudos. Dessa maneira, conclui-se que a maior parte dos indivíduos que utilizam suplementos não atinge seus objetivos.

CONCLUSÃO

Observou-se que frequentadores de academias estudados expressavam que o ganho de massa muscular era o principal objetivo para se chegar a um corpo perfeito. Em sua grande maioria utilizava suplementos ricos em proteína como o principal recurso ergogênico. No entanto, essa suplementação, em sua grande maioria, era realizada de maneira au-

tônoma, sem nenhuma orientação profissional adequada. Observa-se que, os frequentadores desconheciam as consequências do uso inadequado dos suplementos, o que evidencia a importância da suplementação ser orientada por um profissional adequado, o nutricionista, pois este saberá orientar e sugerir os suplementos alimentares adequados para cada paciente, levando em consideração as necessidades nutricionais de cada paciente.

Levando em consideração os resultados obtidos após a finalização do estudo, torna-se necessário propor novas pesquisas, com amostras maiores, e com aplicação de um questionário específico, que procure investigar com mais clareza as consequências do uso inadequado dos suplementos, além de investigar, também, a relação do uso de suplementos e uma alimentação saudável.

Devem-se desenvolver ações que visem disseminar aos frequentadores informações sobre o uso correto e as consequências da suplementação, bem como a importância do nutricionista na prática desportiva para se alcançar os objetivos pretendidos com os exercícios físicos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. M. Avaliação do consumo de suplementos alimentares nas academias de Guará-DF. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 6, n. 32, 2012.
- BERTULUCCI, K. N. B. et al. Consumo de suplementos alimentares por praticantes de atividade física em academias de ginástica em São Paulo. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 4, n. 20, 2012.
- BIESEK, S.; ALVES, L. A.; GUERRA, I. *Estratégias de nutrição e suplementação no esporte*. Barueri: Manole, 2005.
- CARRILHO, L. H. Benefícios da utilização da proteína do soro de leite Whey Protein. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 7, n. 40, 2013.
- COSTA, D. C.; ROCHA, N. C. A.; QUINTÃO, D. F. Prevalência do uso de suplementos alimentares entre praticantes de atividade física em academias de duas cidades do Vale do Aço/MG: fatores associados. *Revista Brasileira de Nutrição*

Esportiva, v. 7, n. 41, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução 380/2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 10, 2006.

HIRSCHBRUCH, M. D.; FISBERG, M.; MOCHIZUKI, L. Consumo de suplementos por jovens frequentadores de academias de ginástica em São Paulo; Supplement use amongst young individuals in São Paulo's fitness centers. **Rev. bras. med. esporte**, v. 14, n. 6, p. 539-543, 2008.

UCHOAS, G. D. S.; PIRES, C. R.; MARIN, T. Hábitos alimentares de frequentadores de academias em Apucarana-PR. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 5, n. 30, p. 10, 2011.

HALLAK, A.; FABRINI, S.; PELUZIO, M. C. G. Avaliação do consumo de suplementos nutricionais em academias da zona sul de Belo Horizonte, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 1, n. 2, 2012.

LINHARES, T.C.; LIMA, R.M. Prevalência do uso de suplementos alimentares por praticantes de musculação nas academias de Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. **Vértices**, v. 8, n. 1, p. 101-122, 2006.

PEDROSA, O. P. et al. Utilização de suplementos nutricionais por praticantes de musculação em academias da cidade de Porto Velho Rondônia. **Anais da Semana Educa** v. 1, n. 1, 2011.

QUEIROZ, S. F. et al. Utilização de suplemento alimentar por usuários de academias de ginástica do município de Pau dos Ferros-RN. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v.3, n. 17, 2012.

GOMES, G. S. et al. Caracterização do consumo de suplementos nutricionais em praticantes de atividade física em academias. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 41, n. 3, p. 327-331, 2008.

MIARKA, B. et al. Características da suplementação alimentar por amostra representativa de acadêmicos da área de educação física. **Mov & Percep**, v. 8, p. 278-88, 2007.

GOSTON, J.L.; CORREIA, M. I. T. D. **Prevalência do uso de suplementos nutricionais entre praticantes de atividade física em academias de Belo Horizonte: fatores associados**. Monografia

(Pós-Graduação em Ciência de Alimentos)-Faculdade de Farmácia. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

DESAFIOS DA MASTECTOMIA E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE

DIAS, Suely Aparecida¹; VIEIRA, Carlos Magno Tolentino²; RODRIGUES, Vinicius Dias¹

¹Graduada em Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI.

²Graduado em Psicologia Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI.

³Mestre em Ciências da Saúde pela Unimontes. Professor pesquisador da UAB/Unimontes.

RESUMO

A proposta do estudo foi analisar a percepção do profissional de saúde diante dos cenários de pacientes com câncer de mama e indicação de mastectomia. A pesquisa de caráter descritivo e abordagem qualitativa, foi realizada por meio da técnica de grupo focal para a identificação de questões e sentimentos dos profissionais de saúde ante ao procedimento de mastectomia em seus pacientes. A pesquisa foi desenvolvida no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros/MG. Por meio do estudo, puderam-se apontar as adversidades que o profissional em saúde enfrenta, desde o resultado do diagnóstico, o trâmite do tratamento, até o pós-tratamento, compartilhando das tensões junto a paciente e seus familiares, engajando-se como um grupo vinculado, em prol do enfrentamento de um problema. Os resultados proporcionaram o entendimento dos aspectos estressantes oriundos da doença. Por conseguinte, pôde-se registrar a ética e as intervenções psicossociais da equipe médica frente à patologia e ao tratamento da paciente mastectomizada.

Palavras-chave: Câncer de Mama; Mastectomia; Equipe de Saúde.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2011), o câncer de mama é o que mais acomete mulheres em todo o mundo, e explica que “câncer é o nome geral dado a um conjunto de mais de 100 doenças, que têm em comum o crescimento desordenado de células (cancerosas), que tendem a invadir tecidos e órgãos vizinhos”. Ainda em correspondência ao INCA (2011), sabe-se que o câncer afeta cada indivíduo de maneira diferente. Portanto, após diagnóstico conferido, surgem diferentes formas de absorver tal problema.

Um diagnóstico de câncer de mama é uma notícia temerosa e de grande choque à paciente. Após essa notícia chocante, é normal sentir-se uma gama de emoções, do desespero à raiva. Mas, para alguns pacientes, mesmo quando a confusão inicial e tristeza se dissipam, um grave problema de saúde mental pode se desenvolver (INCA, 2011). Segundo Viana e Campos (2009), a paciente ao receber o diagnóstico de câncer de mama e diante do tratamento que leva à mastectomia passa por profundas perturbações emocionais ao ter o símbolo de sua feminilidade alterado.

O tratamento para o câncer de mama depende do tamanho do tumor, o grau de infestação, tecido circundante e nodos linfáticos. A maioria das mulheres diagnosticadas com um tumor maligno da mama depara-se com a necessidade da realização de uma mastectomia radical (remoção completa da glândula mamária).

A subjetividade da mulher quando mastectomizada, no seu intrínseco, almeja garantias de que a família e a equipe médica que a acompanha não vão abandoná-la, tendo em vista a necessidade de adaptar-se a sua nova realidade e maximizar seu tempo em uma revisão de vida dentro da seguridade advinda da especialidade em saúde e familiares (MAMEDE, 1991).

Algumas patologias e respectivos tratamentos correspondem de modo geral, à busca de melhores formas de atendimento aos doentes. Por outro lado, a equipe de saúde envolvida, além de posicionar-se na preocupação em oferecer a eles um tratamento mais humanizado, se declina, dentro da sua ética, numa posição que também requer cuidados emocionais (PERES, 2000).

Dessa forma, o objetivo do trabalho desse estudo foi analisar a percepção do profissional

de saúde diante dos cenários de pacientes com câncer de mama e indicação de mastectomia. O contexto do estudo tratou de uma abordagem coerente com a investigação de conceitos, percepções e preocupações sob pressão mental, físico ou emocional diante do diagnóstico de câncer de mama e o tratamento por meio da mastectomia, e em contrapartida, voltado também para a postura da equipe médica diante da mulher mastectomizada.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo e de corte transversal. Um grupo focal foi aplicado e conduzido por um intermediário capacitado, que garantiu a interatividade entre os participantes. Com a técnica, foi possível uma satisfatória sinergia e, por conseguinte, a obtenção de resultados favoráveis ao estudo. A questão balizadora do grupo foi focal foi a “percepção da mastectomia do ponto de vista do profissional”.

A população do estudo foi composta por 10 indivíduos com idade acima de 18 anos, trabalhadores no setor oncologia na cidade de Montes Claros/MG, selecionados sob os critérios de inclusão: participantes de ambos os sexos e atuação com mais de 5 anos na área de oncologia. Os dados coletados por meio de encontros foram registrados através de gravação de áudio e relatórios realizados pelo grupo focal. O encontro sucedeu por meio de uma sessão de 30 minutos, os quais valorizaram o tema proposto e suas respectivas dimensões.

A coleta de dados ocorreu durante o 2º semestre do ano de 2015, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da SOEBRAS com parecer de número 1.143.503 e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse trabalho foi abordado minuciosamente de acordo com a Resolução 466/2012 (CNS, 2012), a qual visa regulamentar pesquisas em seres humanos, reforçando o respeito, a dignidade e a proteção aos sujeitos participantes. A análise dos dados aconteceu mediante a transcrição dos procedimentos baseados na técnica de análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa de campo, foi feita uma análise do conteúdo qualitativo e foram identificadas algumas questões, norteadas pelo grupo focal.

Angústia pela situação do paciente

[...] O sentimento é de tristeza, embora a mastectomia seja uma técnica operatória muito útil. Na maioria das vezes ela é indicada quando a gente tem o diagnóstico tardio da doença, então a gente enxerga aquela paciente como que foi submetida a um procedimento de maneira atrasada, ou talvez se ela tivesse sido diagnosticada um ano, dois ou três anos antes, ela tivesse tido o seu problema corrigido no ponto de vista cirúrgico, sem essa cirurgia tão agressiva. No entanto, não podemos negar a realidade em que a gente está inserido. A mastectomia é um procedimento muito útil no tratamento do câncer avançado de mama. (A6)

[...] A gente fica muito triste... Mesmo porque, eu que já tive casos na família, e um deles com óbito. A gente vê a luta da paciente, etc. Em algumas situações o tratamento é paliativo, então é bem difícil para todos: família e tal. (A2)

[...] procurar entender as questões emocionais, o desejo, pulsão de vida ou morte da paciente... (A1)

Percebe-se que, desde o diagnóstico da doença, as suas respectivas consequências, suas representações e suas implicações trazem à tona a emoção e a preocupação diante desse desafio que é cuidar da paciente. E no decorrer do tratamento, quando são alinhados eticamente ao discutir as principais etapas da reconstrução física e psíquica, evocando os sentimentos e as experiências da paciente, o conflito diante das inúmeras possibilidades de escolhas no dia a dia, leva-o ao questionamento do sentido de seu papel, ora como profissional, ora como próprio ser humano.

[...] pensa-se sobre o lado emocional também da equipe médica em prover uma base segura e ética para com a paciente e condescender sobre uma melhor compreensão da doença bem como seu tratamento e uma maior vontade de fazer o que precisa ser feito para obter com maior ênfase a convalescência de sua paciente (MALUF, 2005, pag. 153).

Apreensão pelo paciente e sua família

[...] tratando-se sobre o tema aqui abordado, o cuidado permeia entre o formal, que é realizado pela equipe técnica de saúde, e o informal que interage ente amigos e familiares da paciente. Portanto, o cuidar não se trata apenas dos cuidados éticos médicos, e sim de um todo onde engloba a proximidade de ambos durante o tratamento (BENJUMEA, 2004, s/n).

A mulher, quando mastectomizada, anseia por garantias de que a família e equipe médica que a acompanham, não vão abandoná-la, tendo em vista a necessidade de adaptar-se à sua nova realidade e a maximização de seu tempo em uma revisão de vida dentro da seguridade advinda da equipe médica e familiares (MAMED, 1991).

[...] Tentar lidar da maneira mais profissional possível, sem ser distante. Precisa ser profissional para solucionar sem se deixar levar pelas angústias, talvez a gente não consiga sanar as dúvidas, angústias das pessoas, e a família vai se sentir insegura em relação ao nosso lado profissional... (A6).

[...] A família, ela faz parte deste contexto, adoce a família inteira... Muitas vezes a gente observa que os maridos nem sempre são solidários com as pacientes... Muitos maridos as abandonam nos momentos em que elas mais precisam, então é assim. Uma questão que realmente percebo, é que às vezes tem até que chamá-lo, pedindo-o para entender e mostrar para ele a importância do apoio que a paciente precisa nesse momento (A7).

[...] A família é extremamente importante, eu sempre pergunto para as minhas pacientes: onde está seu esposo, cadê seus filhos? Porque eles não estão na consulta? Isso porque a família é fundamental (A3).

Observa-se que a equipe de profissionais de saúde atenta que este tipo de operação não é irrelevante, uma vez que ele afeta um dos símbolos da maternidade e feminilidade e, conseqüentemente, causar em algumas pacientes graves perturbações ao nível físico e mental.

Nesse contexto, o profissional se permitiu ver que o apoio familiar oferecido para a pessoa que sofreu uma cirurgia mutilante, em muitos casos, falhou. Nesse momento, se questionaram em como ajudar a paciente durante a crise, como melhorar a sua adaptação, como gerenciar o estresse e assumir o controle e repassar o mesmo para sua família, esta, um dos melhores remédios psicológico para a paciente.

Relação de sofrimento e esperança

Algumas patologias e respectivos tratamentos correspondem, de modo geral, à busca de melhores formas de atendimento aos doentes. Por outro lado, a equipe de saúde envolvida, além de posicionar-se na preocupação em oferecer a eles esperança e um tratamento mais humanizado, se declina, dentro da sua

ética, numa posição que também requer cuidados emocionais (PERES, 2000).

De acordo com Valle (2010), o profissional de saúde incorpora seu importante papel, ajudando a mulher a alcançar esse objetivo e aprender a lidar com questões como os temores sobre a recorrência e impaciência com os problemas materiais e transitórios da vida. Não tão somente sobre a informação da doença ou tratamento, mas também sobre a prestação de apoio a uma pessoa que está recebendo uma má notícia. Apesar de ser uma situação muito estressante, a paciente e seus familiares precisam sentir a continuidade dos cuidados e esperança de bons resultados.

[...] Às vezes as pessoas se esquecem de pensar, de avaliar o quanto a gente sofre por fazer uma cirurgia tão radical ou acompanhar a paciente numa cirurgia feita por outro. Então, na verdade, na maioria das pessoas eu olho a questão emergentemente estética, se ficou boa, o que ocasionou para a paciente, entendeu? Se vai estar trazendo algum benefício ou malefício para ela. Eu fico muito chateado quando aparece uma complicação, o braço inchado... edemaciado, isso sim me incomoda, me entristece. Eu tenho uma visão profissional em relação à paciente já tratada, gosto muito de falar com minhas pacientes assim: olha você deve pensar que não está retirando a mama, mas sim a doença. Então a gente tem que ter muito foco quando vê uma paciente mastectomizada, pois aí se encontra uma esperança de cura (A8).

[...] Eu acho que é uma paciente pra gente investir em todos os recursos que a medicina pode oferecer, porque o câncer de mama é uma doença sistêmica que pode cometer qualquer parte do corpo, não só a mama. Então a gente precisa ter essa visão de que tudo o que puder ser feito para mantê-la viva e com qualidade de vida, deve ser feito por esse motivo. Não quero perder uma paciente que tem uma importância na sociedade, tão grande. Todo ser humano é importante, mas eu acho que uma mulher que está na fase ativa, produtiva e com filhos pequenos e tudo, ela deixa um vazio muito grande. Eu acho que o sentimento profissional deve ser também de esperança e, portanto, deve-se investir o máximo nessa paciente (A7).

[...] É da nossa experiência que as pacientes mais motivadas, enfrentam melhor o tratamento, então isso é fundamental. ...A paciente com baixa estima fica depressiva, sem esperança, etc., não vai muito bem no curso terapêutico dela... (A2).

O anúncio do diagnóstico de câncer representa uma das situações clínicas mais angustiantes. Cada mulher reage à sua maneira, de acordo com sua personalidade e sua história pessoal. O anúncio do tumor é uma ferida narcísica, um duro golpe para a imagem do corpo.

A expectativa do diagnóstico, o dia do exame (por exemplo, a biópsia) é um fator de preocupação aumentada. A experiência é condicionada pelos dados e escuta apropriada.

Sentiu-se dos profissionais um intento a um equilíbrio psicológico mais ou menos estável. O oncologista é frequentemente levado a ver a paciente em seu sofrimento e depositar esperança ao tratamento. A doença acorda ou revela a necessidade de escuta que poderia existir antes do aparecimento do câncer. Nesse momento, a paciente expressa ao seu médico seus temores, lembranças, esperanças e problemas. Ela pode e quer fazê-lo com parentes, dada à relação emocional que ela tem ou não com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto norteado pelo grupo focal, em referência aos sentimentos da equipe sobre a óptica do profissional de saúde em relação às pacientes, concluiu-se que o profissional de saúde se expõe a muitas reações emocionais. Ou seja, foi percebido que a atividade diante da mastectomia torna-se mais exigente e desgastante, onde o profissional em saúde encontra-se sujeito a deparar-se com a adversidade do tratamento e, não raras vezes, com o falecimento da paciente.

Por outro lado, os profissionais demonstraram que, diante do diagnóstico de uma doença crônica, também enfrentam uma série de tensões excessivas que interferem nas relações dentro da unidade, o que contribui para o cansaço no processo do tratamento e a não aceitação por parte da paciente e de seus familiares.

Por fim, a amostra demonstrada de que a equipe médica também corresponde ao suporte familiar, assim sendo, pode acontecer no segmento de ordem mais prática, porém no âmbito emocional, com entendimento e acolhimento dos possíveis sentimentos suscitados daquele momento. Dessa forma, observa-se que todos se tornam um grupo de pessoas interconectadas, onde cada membro tem influência sobre o outro, principalmente no emocional, social e biológico.

REFERÊNCIAS

BENJUMEA, C. C. Cuidado familiar en condiciones crónicas: una aproximación a la literatura. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 13, 2004.

nópolis, v. 13, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer**. Rio de Janeiro: Inca, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc_do_cancer.pdf. Acesso em: 5 abr. 2015.

MALUF, M. R. F., MORI, L. J., BARROS, A. C. S. D. O impacto psicológico do câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 2, n. 51, 2005. Disponível em: http://www.inca.gov.br/rbc/n_51/v02/pdf/revisao1.pdf. Acesso em: 4 abr. 2015.

MAMEDE, M. V. **Reabilitação de mastectomizadas: um novo enfoque assistencial**. Ribeirão Preto. 1991. Tese (Livre Docência) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

PERES, R. S; MARTINS, E. J.S. Ressaltando os aspectos psicológicos em uma proposta de atendimento psicossocial a pacientes oncológicos. **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 31, n.2, p. 195-208, jul./dez. 2000.

VALLE, E. R. M. **Psico-oncologia pediátrica**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

VIANA, J.M.; CAMPOS, L.A.L. **Câncer de mama e mastectomia: cenário de atuação de enfermeiros**. *Revista Web Artigos*. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/18331/1/cancer-de-mama-e-mastectomia-cenario-de-atuacao-de-enfermeiros/pagina1.html>. Acesso em: 3 abr. 2015.

O DESTINO DO LIXO: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO DISTRITO DE RIACHO CRUZ, JANUÁRIA/MG

SILVA, Amanda Maria Soares

Especialista em Educação do Campo pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente na rede pública de ensino de Montes Claros/MG

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar a percepção ambiental dos moradores do distrito de Riacho da Cruz, do município de Januária/MG sobre a disposição inadequada do lixo doméstico na comunidade. Tal estudo justifica-se pela relevância que a percepção ambiental simboliza na compreensão das inter-relações entre o ser humano e o ambiente, suas expectativas e condutas. A metodologia fundamentou-se na percepção ambiental, tendo como suporte o método de contado individual aleatório através de um questionário contendo seis questões fechadas. A análise dos dados permitiu indicar a impressão e as possíveis divergências de opinião entre os moradores. A partir deste trabalho, concluiu-se que a percepção ambiental dos moradores revela um grau de preocupação com os recursos naturais. Diante disso, vê-se a necessidade de investir em mudanças, sensibilizando a população, a fim de mostrar-lhes a necessidade de se conhecer mais o problema para que se assumam novas posturas referentes à questão ambiental.

Palavras-chave: Percepção Ambiental. Poluição. Lixo doméstico.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as condições ambientais e a qualidade de vida das sociedades, no início do século XXI são agravadas pelos modos de produção, que ainda têm provocado a degradação do ambiente natural e social. Os estudos da percepção buscam contribuir para a abordagem cultural do meio ambiente, integrando diversas ciências como a psicologia, a geografia, a biologia e a antropologia, com a finalidade de compreender os distintos comportamentos do ser humano em relação ao meio ambiente (SILVA, 2015).

O espaço geográfico pode ser entendido como o resultado da cultura expressada por grande variedade de elementos e, por isso, a percepção do espaço vem interessando os geógrafos, antropólogos e outros cientistas, que têm buscado a interdisciplinaridade nos estudos ambientais.

Os valores e as relações socioculturais são de suma importância para a percepção ambiental, pois referem-se à bagagem de conhecimentos adquiridos em experiências vividas,

as quais são formadas por intermédio das condições socioculturais do meio, podendo possuir dimensões tanto do consciente quanto do inconsciente dos indivíduos (SILVA, 2015).

Os estudos de percepção ambiental proporcionam a compreensão das diferentes percepções e valores entre os indivíduos e grupos socioeconômicos de funções distintas. A percepção ambiental leva em consideração que o comportamento dos indivíduos é realizado por meio de imagens subjetivas, ou melhor, que, as ações praticadas ocorrem em função do elo afetivo entre os indivíduos e o lugar, construído ao longo de sua identidade cultural, por meio de fatores internos e externos. Desse modo, o conhecimento que o ser humano tem a respeito seu ambiente vai depender de sua percepção (CASTRO, 2003).

Atualmente, nota-se que a abordagem da percepção ambiental representa uma ferramenta de ação de programas voltados para busca de qualidade do nosso ambiente. Desta forma, o estudo da percepção ambiental é vital para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente

(FERNANDES, 2003).

Diante desse contexto, sobre a importância da percepção ambiental, faz-se necessário discutir o conceito de educação ambiental, tendo em vista, o seu valor como instrumento essencial para o desenvolvimento de conhecimentos voltados para o uso sustentável dos recursos naturais. A educação ambiental, neste sentido torna-se uma ferramenta essencial para superar os atuais empecilhos da nossa sociedade, pois ela nos viabiliza modificar o comportamento ambiental dos indivíduos de forma a promover uma consciência mais ampla dos níveis de participação.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) recomendou a necessidade de se investir em uma mudança de mentalidade e valores, sensibilizando as populações para a necessidade de se utilizar novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas referentes à degradação ambiental. Nessa perspectiva, a educação ambiental tornou-se uma ferramenta para um mundo limpo e sustentável, orientando o homem a conscientizar-se de que é preciso educar para preservar e com isso contribuir para a mudança de atitudes e para a adoção de práticas ambientalmente corretas (CASCINO, 2000). Nesse sentido, Medina (2002, p. 22) diz que:

A Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas em seus aspectos formais e não-formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras.

A Educação Ambiental, neste sentido, é entendida como o processo através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, habilidades, interesse e competência voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, tanto no âmbito local como planetário. Indubitavelmente, a escola é um espaço que favorece possibilidades para a construção de um trabalho sistemático e integrado com o alunado. Contudo, é preciso que esse espaço seja aproveitado de forma envolvente, participativa, representando um elo

junto à comunidade a que está inserida. Dessa forma, a Educação Ambiental tem um importante papel de promover a percepção necessária de influência mútua do ser com o meio ambiente. Porém, esse ramo da educação não pode ficar limitado, apenas, ao âmbito escolar, mas deve vincular às populações dos bairros, das comunidades.

METODOLOGIA

A pesquisa desse trabalho é transdisciplinar porque envolve conceitos de várias áreas de conhecimentos, por isso o andamento dessa pesquisa exigiu uma metodologia adequada, capaz de entender as nuances oral e visual dos moradores do distrito de Riacho da Cruz acerca de sua percepção sobre a disposição inadequada do lixo doméstico na comunidade.

O presente estudo foi realizado no distrito de Riacho da Cruz localizado a 25 km da sede município de Januária no norte de Minas Gerais. Riacho da Cruz possui uma população estimada de 4.200 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2009).

A metodologia adotada foi a de uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo e quantitativo, evidenciando-se como levantamento de dados, e que de acordo com Chizzotti (1995), possui o propósito de esclarecer uma conjuntura para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los.

O procedimento metodológico dividiu-se em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na pesquisa bibliográfica. Já a segunda, teve como objetivo reconhecer a área de estudo, a fim de viabilizar a coleta de dados, a aplicação de questionários e entrevistas com o intuito de descobrir a percepção dos moradores em relação à destinação dos resíduos sólidos domésticos. O meio de coleta de dados definido foi à entrevista e a observação participante. O questionário aplicado aos moradores da comunidade continha questões que se referiam ao lixo domiciliar, lixo como poluição e riscos à saúde pública. O método utilizado foi uma forma encontrada para facilitar a coleta de dados, tendo em vista o baixo grau de instrução da população entrevistada, assim foi possível tirar dúvidas e explicar as questões do questionário.

A exposição dos resultados foi organizada

em forma dissertativa através da análise de resultados, tabulação de dados, dando ênfase aos itens apontados nesse trabalho tendo como relevância os resultados e discussões da pesquisa. Por conseguinte, as vertentes metodológicas adotadas são comparativas, deste modo avaliou-se o nível de conhecimento sobre a percepção ambiental dos pesquisados da comunidade sobre, geração e impactos causados pela destinação inadequada dos resíduos sólidos no distrito de Riacho da Cruz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conscientização da população residente na área rural sobre a problemática ambiental, notadamente em relação produção do lixo, é de suma importância, pois esta crê que, por ser pouca a quantidade de lixo produzida por ela, não afetará o meio ambiente. De acordo com Brasil (2008), por ser parte complementar da sociedade e corresponsável por sua transformação, o sujeito se torna necessário à manifestação coletiva, criando uma consciência crítica e comprometida com o meio ambiente. Pois, a forma como o sujeito se relaciona e age na sociedade será decisiva para salvar o mundo da ameaça de colapso.

A geração de resíduos sólidos na zona rural é um dos graves problemas enfrentados pelo poder público, principalmente no nível municipal. Os municípios se defrontam com a escassez de recursos financeiros para investir na coleta de lixo nas comunidades rurais, nesse caso, a população decide sobre a destinação final desses resíduos. Para que a população repense seus hábitos, é preciso que a educação ambiental e a conscientização tenham cada vez mais força e clareza. Os habitantes das zonas rurais já estão sentindo as mudanças acarretadas pelo descarte inadequado do lixo. Logo, o problema do lixo rural não restringe apenas ao distrito de Riacho da Cruz, percebe-se que o assunto é pouco discutido e estudado, sendo dedicados poucos recursos específicos para a busca de estratégias de mitigação do problema.

O trabalho de coleta de lixo no distrito de Riacho da Cruz é inexistente, pelo fato de ser cara e decorrente, dentre outros fatores, da distância entre a localidade e o centro urbano de Januária. Tal situação leva os moradores a optarem por jogar os resíduos sólidos domésticos em terrenos baldios, enterrá-los ou queimá-los, ocasionando a degradação do meio ambiente local e comprometendo a saúde humana. As figuras 1, 2, 3 e 4 representam essa situação:

Figura 1 - Margem da BR 135 utilizada para o depósito de lixo doméstico



Fonte: autoria própria.

Figura 2 - Abertura de valas no solo para o depósito de lixo doméstico



Fonte: autoria própria.

Figura 3 - Queima de lixo doméstico: prática comum na comunidade



Fonte: autoria própria.

Figura 4 - Lixo doméstico exposto a céu aberto



Fonte: autoria própria.

De uma maneira em geral, à proximidade com os resíduos sólidos implica em uma grande perda ambiental, devido ao potencial altamente poluidor e o ineficiente gerenciamento dos resíduos gerados nos domicílios, comprometendo a qualidade do ar, solo e, principalmente as águas superficiais e subterrâneas. Deboni e Pinheiro (2010, p. 15) esclarecem que:

O lixo pode causar inúmeros malefícios ao meio ambiente, dentre eles a poluição do solo, podendo a partir daí causar poluição das águas. Pode também causar poluição do ar como resultado da queima não controlada do lixo e poluição visual quando não disposto adequadamente.

O meio rural não é mais um espaço onde são desenvolvidas atividades exclusivamente agrícolas. Esse meio tem passado por intensas mudanças, que induzem a pluralidade, fazendo com que o espaço seja tido como uma continuação da zona urbana.

Sabe-se que a quantidade de lixo doméstico produzida atualmente está pautada no novo padrão de consumo predominantemente urbano. Até mesmo nas zonas rurais encontramos hábitos de consumo até então considerados essencialmente do espaço urbano (BRASIL, 2008).

A variedade e quantidade de lixo doméstico produzido na zona rural refletem essa reprodução dos valores urbanos nas comunidades rurais. A população do campo insere-se numa sociedade que se desenvolve continuamente, cuja prática estimula o consumo de cunho descartável que provocam o acúmulo de resíduos no ambiente (ENGENHEER, 2009). Essas transformações socioculturais podem encontrar-se estreitamente ligadas com o volume de frascos de produtos industrializados, garrafas, sacos plásticos entre outros materiais que são acumulados e descartados de forma inadequada no meio ambiente. Mudanças no espaço rural que podem ser verificadas nas figuras 5 e 6:

Figura 5 - Lixo doméstico constituído por materiais plásticos



Fonte: autoria própria.

Figura 6 - Hábitos de consumo urbano inseridos no cotidiano rural



Fonte: autoria própria.

A escolha das áreas para deposição do lixo nas imediações da comunidade de Riacho da Cruz geralmente é feita de maneira aleatória, sendo depositado sob a forma de pilhas ou espalhado nos terrenos baldios a céu aberto tornando um grave problema ambiental e de saúde para a população, além de uma paisagem desagradável, mal cheiro e, principalmente, com agressão visível ao meio ambiente local.

A deposição de lixo no solo de forma incorreta representa as principais causas da poluição do solo, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, esse impacto ambiental decorre não apenas do acúmulo de resíduo sólido de origem domiciliar, como também, produtos químicos, como fertilizantes, pesticidas e herbicidas. Kupstas (1997, p. 87) relata cada uma dessas visões:

Hoje a degradação do meio ambiente, na forma de contaminação de águas, do ar e de alimentos, é a principal causa de moléstias que afligem a humanidade e a consequente piora da qualidade de vida. Com o desenvolvimento da técnica buscava-se conforto, saúde e alta qualidade de vida, ironicamente, essa luta desenfreada em busca de 'uma vida melhor' foi justamente a causa da maior parte dos problemas - seja de saúde, seja de conforto que vivemos hoje.

Segundo os moradores entrevistados no distrito de Riacho da Cruz 80% preocupam com a quantidade de lixo produzida em casa (gráfico 1). Além disso, 84% declaram que descartam o lixo próximo a sua residência (gráfico 2). De acordo com os entrevistados 88% disseram que é comum jogar lixo as margens do riacho que corta a comunidade (gráfico 3).

Gráfico 1 - Preocupação da população com a produção de lixo em casa

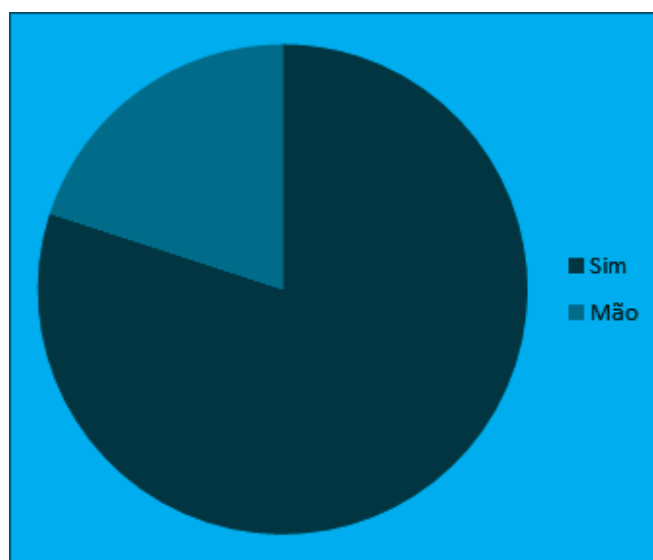


Gráfico 2 - Local de depósito de lixo doméstico próximo à residência

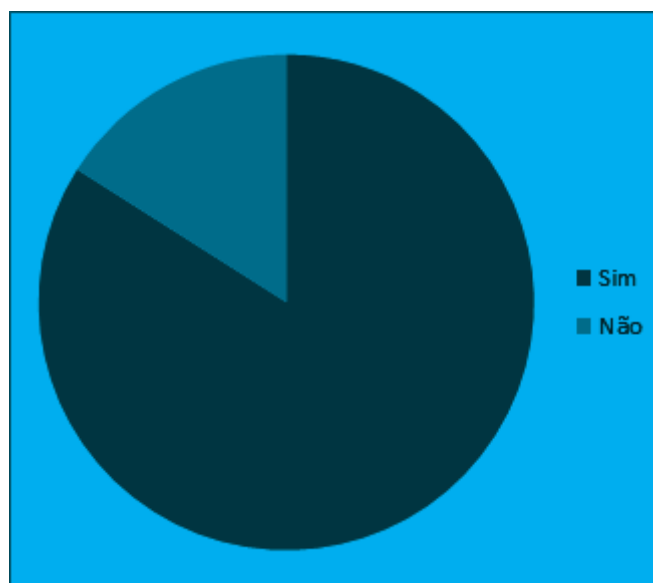
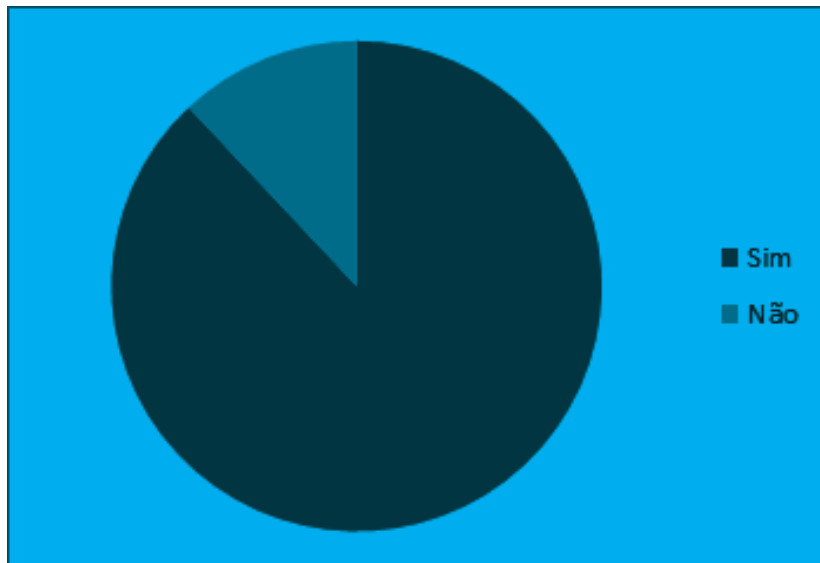


Gráfico 3 - Depósito de lixo doméstico próximo ao riacho



A Constituição Brasileira assegura no art. 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Face a essa necessidade em preservar para as futuras gerações, todos percebem a importância em evitar que os resíduos sólidos sejam jogados no curso

d’água da localidade. O lixo colocado em local inadequado pode, além de degradar a paisagem e produzir mau cheiro, colocar em risco a saúde pública. Por oferecer alimentação abundante, pode atrair insetos, cachorros, ratos e outros animais, que podem disseminar direta ou indiretamente dezenas de doenças (BRASIL, 2005).

Gráfico 4 - Presença de animais peçonhentos no local de depósito de lixo

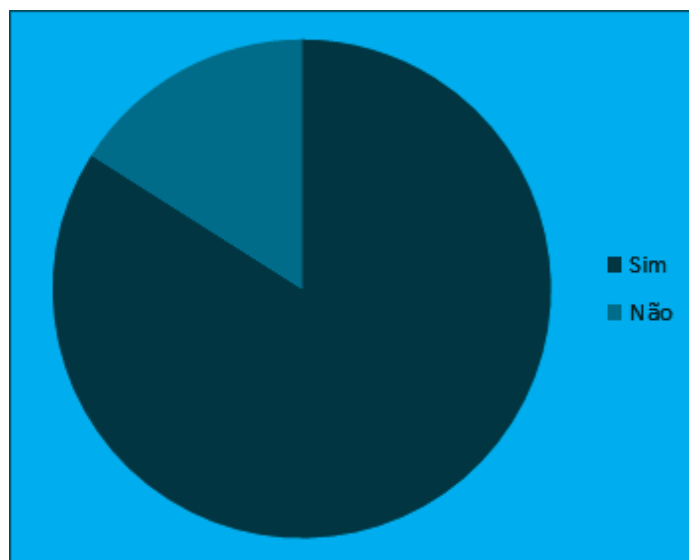
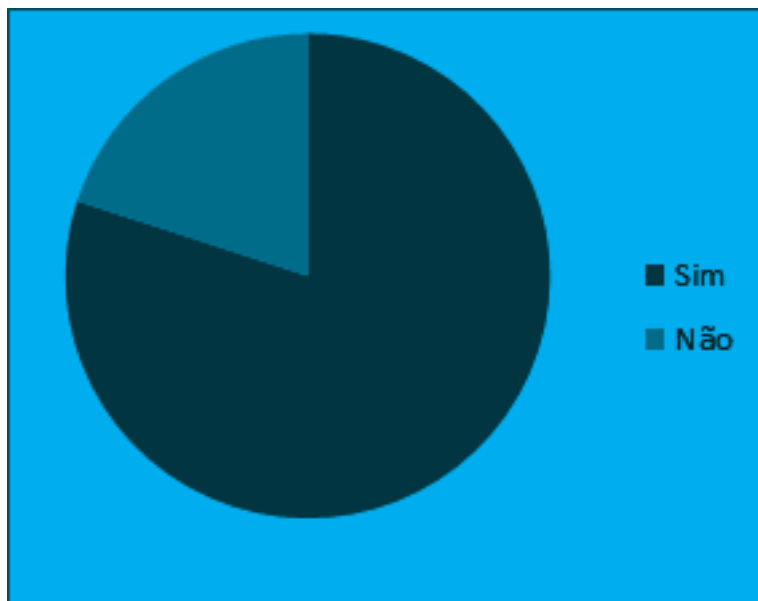


Gráfico 5 - Consciência sobre o dano ambiental pela disposição inadequada do lixo doméstico



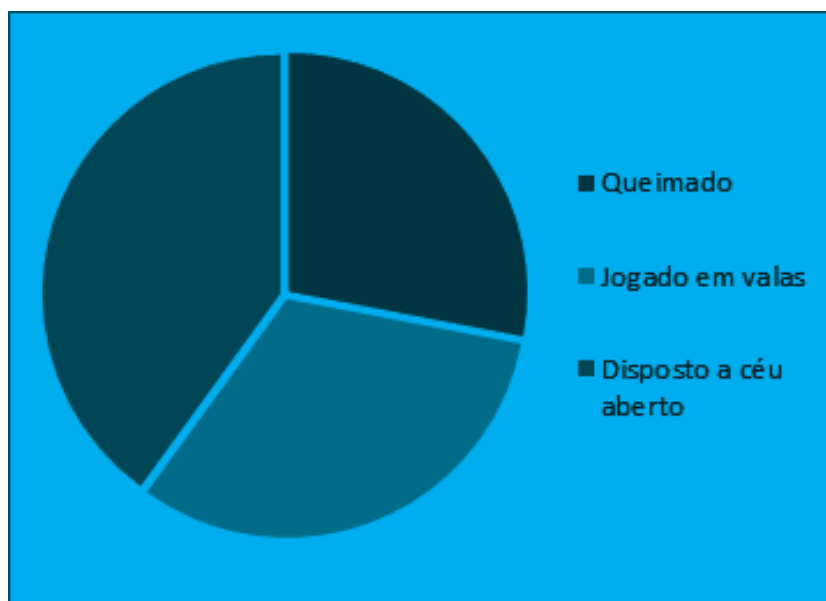
A De acordo com 84 % dos entrevistados do distrito afirmaram que é comum encontrar animais peçonhentos nos locais onde o lixo é descartado (gráfico 4). Os moradores reconhecem às consequências que o lixo pode trazer ao meio ambiente e a saúde da população local (gráfico 5). Dados do IBGE (2010) mostram que o trabalho de coleta de lixo na área rural ainda é insuficiente, atingindo apenas 20% dos domicílios brasileiros. Entre as famílias residentes nas áreas rurais, 60,6% não contam com serviços de abastecimento de água e cerca de 80% informam não dispor de serviços de coleta de lixo. No início dessa década 52,5% do lixo do meio rural era enterrado ou queimado. A realidade mostra que o lixo rural tem coleta cara e difícil o que leva os agricultores a optarem por

enterrá-lo ou queimá-lo. Ceretta, Silva e Rocha (2013, p. 123) alertam que:

O uso das queimadas ou soterramentos para a eliminação desses resíduos é uma prática inadequada, devido aos seus impactos negativos ao ambiente. Ao enterrar o lixo sem critérios de seleção, muitos moradores podem danificar bens fundamentais para a produção na agricultura, como o solo de onde muitos agricultores retiram seu sustento.

Em relação ao local onde é depositado o lixo, 32% dos entrevistados utilizam valas no chão para despejar o lixo, 78% queimam o lixo e 40% descartam o lixo a céu aberto em ruas, terrenos baldios (gráfico 6).

Gráfico 6 - Destino do lixo doméstico na comunidade



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de um programa de coleta para o lixo doméstico no distrito de Riacho da Cruz coloca sob a responsabilidade dos moradores a função de darem um destino final a esses resíduos. Desta forma, o destino apropriado desses resíduos está entre as demandas mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente na busca de um desenvolvimento sustentável.

Analisar o destino dado a esses resíduos na zona rural é de suma importância para que possam ser avaliados os problemas ambientais relacionados à existência desse sistema deficiente de acondicionamento do lixo praticada pelos moradores e conseqüentemente averiguar alternativas e medidas para que problemas futuros não venham a ser intensificados. Uma alternativa seria a construção de um local onde todos os moradores levassem seu lixo e em seguida, por volta de uma vez por semana, a Prefeitura fosse coletar os resíduos, impedindo com isso um problema para os moradores.

Nesta pesquisa, verificou-se que a população pesquisada emprega várias formas para a disposição final do lixo doméstico. O espaço rural não é um local apenas de atividades agrícolas, os detritos encontrados nessas localidades são bastante diversificados, pois refletem as diferentes atividades econômicas dos moradores, seus costumes embasados na sua renda e seu poder de consumo. Apenas com a inovação de hábitos pode-se auxiliar para a implantação de uma sociedade mais consciente e comprometida em prol da sustentabilidade socioambiental.

Em resumo, se os resíduos domésticos não forem destinados de forma adequada podem prejudicar o meio ambiente por apresentar substâncias tóxicas, essas substâncias quando expostas ao ambiente de forma inadequada podem provocar em sérios problemas e também intervir na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p (Série Legislação Brasileira).

_____. **Agenda 21: Ações Prioritárias**. 2 ed.

Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. **Manual de Educação para o consumo sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. **Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 - 2007**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2000.

CASTRO, C. F. **O meio ambiente e a percepção dos problemas sócio-ambientais vistos pela comunidade escolar do engenho Maranguape Município do Paulista- PE**. Olinda: FUNESO, 2003.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CERETTA, G. F.; SILVA, F. K.; ROCHA, A. C. Gestão ambiental e a problemática dos resíduos sólidos domésticos na área rural do município de São João - PR. **Revista ADMpg**, v. 6, 2013, p. 17-26.

DEBONI, L.; PINHEIRO, D. K. O que você faz com seu lixo? Estudo sobre a destinação do lixo na zona rural de Cruz Alta/RS - Passo dos Alemães. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 13 - 21, 2010.

ENGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Elsvier/Campos/Ministério da Cultura, 2009.

FERNANDES, R. S., SOUZA, V. J., et al. Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira - UNIVIX, Vitória, ES. Congresso Brasileiro de Pesquisas Ambientais e Saúde, 3. **Anais e Resumo**. Núcleo de Pesquisas Ambientais da Baixada Santista, 21 a 23 de julho 2003. Santos, SP.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1995.

IBGE. **Januária**. Biblioteca digital do IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/januaria.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

VASCONCELOS, J. C. M. **A formação de atitudes e o comportamento público do brasileiro em rela-**

ção ao 'lixo' que produz. **HOLOS**, v. 3, p. 48-54, 2007.

KUPSTAS, M. (Org.) **Ecologia em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

MEDINA, N. M. Formação de Multiplicadores para Educação Ambiental. In: SANTOS, J. (Org.). **Os caminhos do lixo em Campo Grande: disposição dos resíduos sólidos na organização do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, A. M. S. Percepção Ambiental dos gerai-zeiros sobre as plantas medicinais do cerrado no município de Mirabela-MG. In: Colóquio Internacional A universidade e modos de produção do conhecimento: para que desenvolvimentos?, 5, Montes Claros. **Anais**. Montes Claros: Unimontes, 2015. p. 1-16.

TOMMASI, L.R. **A degradação do meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1976.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

PERFIL EPIDEMIOLOGICO DO HIV/AIDS NO ESTADO DE MINAS GERAIS/BRASIL: UM DESAFIO INTERDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO FORMAL

ALVES, Mariana Rocha¹; RODRIGUES, Vinicius Dias²¹Graduada em Educação Física pela Unimontes. Docente tutora à distância da UAB/Unimontes. Montes Claros/MG.²Mestre em Ciências da Saúde pela Unimontes. Professor pesquisador da UAB/Unimontes. Montes Claros/MG.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi o de descrever o perfil epidemiológico do HIV/AIDS no estado de Minas Gerais, diagnosticado no ano de 2013 relacionado às propostas pedagógicas da educação formal. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, cujos dados foram obtidos por meio de consulta às bases de dados SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação), SISCEL (Sistema de Controle de Exames Laboratoriais da Rede Nacional de Contagem de Linfócitos CD4+/CD8 e Carga Viral) e SIM (Sistema de Informações de Mortalidade), disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A população do estudo foi constituída por todos os casos de HIV/AIDS diagnosticados no estado mineiro no ano de 2013. Para evitar erros de retardo de notificação, optou-se por analisar os dados disponíveis em 2013, pois é o último ano em que constavam dados atuais completos. A partir dos dados obtidos no DATASUS, foram construídas novas tabelas, por meio do pacote de estática Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0 for Windows. O trabalho realizado apresenta com maior prevalência ano de 2013 do HIV/AIDS no estado de Minas Gerais os grupos de homens com 550 casos, de brancos 206 casos, de heterossexuais com 239 casos e no grupo de indivíduos com o ensino médio concluído ou incompleto com 84 casos. Portanto, o formato de trabalho dos conteúdos dentro da escola merece uma reflexão acerca da comunidade escolar para facilitar a todos a aquisição de informações e orientações adequadas a respeito dos aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais da doença. Por esse motivo, a interdisciplinaridade deve ser levada em consideração. Assim, esse estudo não esgota o assunto sobre a temática, mas propõem o avanço de novas pesquisas com outras abordagens que busquem identificar as dúvidas advindas desse trabalho.

Palavras-chave: AIDS, Educação formal, Interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença que atinge o sistema imunológico, principalmente as células CD4, responsáveis pela defesa do organismo, o deixando propício a entrada de microrganismos que levam a infecções oportunistas e/ou neoplasias. O HIV é o vírus causador da AIDS, transmitido pelo macaco ao homem na África em meados de 1960, e descoberto nos EUA em 1981 (VERONESI, 1991).

Doença infectocontagiosa, a AIDS é ainda hoje uma grande preocupação global à saúde, tendo até 2011 infectado 34 milhões de pessoas

pelo mundo. A área mais afetada pela doença é a África subsaariana com 69% do total de casos registrados. Já no Brasil, desde o início de sua epidemia até o ano de 2012, já foram registrados mais de 656 mil casos da doença já manifestada e, apesar da região sudeste ter diminuído a taxa de incidência de casos da AIDS, ainda é a região com o maior número de casos, totalizando 56% dos casos registrados no país. Enquanto o número de mortos pela doença teve redução de 1,5% no mundo, no Brasil essa taxa foi de 2,3% no período de 2000 a 2013, devido à campanhas de prevenção e tratamento (BRASIL, 2014).

Para amenizar os riscos de contração do

vírus, a prevenção é o método mais indicado, começando desde cedo, com as crianças, sendo o melhor local para esta educação a escola, onde estão reunidos um número alto do público-alvo e devido à facilidade de dar continuidade ao processo de aprendizagem. Para isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais tem como um dos temas transversais a “Orientação Sexual”, e um dos seus objetivos é o aluno ao iniciar a vida sexual conhecer e adotar a prática do sexo seguro, evitando contrair e transmitir doenças sexualmente transmissíveis, dando ênfase à AIDS. Porém, nota-se que apesar da informação sobre o perigo eminente, a doença incide nesse grupo de pessoas (BRASIL, 1997). Assim, qual seria a melhor forma de trabalhar este tema dentro da escola?

O objetivo desse estudo foi descrever o perfil epidemiológico do HIV/AIDS no estado de Minas Gerais diagnosticado no ano de 2013, relacionando-o às propostas pedagógicas da educação formal.

MÉTODO

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, cujos dados foram obtidos por meio de consulta às bases de dados SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação), SISCEL (Sistema de Controle de Exames Laboratoriais da Rede Nacional de Contagem de Linfócitos CD4+/CD8 e Carga Viral) e SIM (Sistema de Informações de Mortalidade), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

A população do estudo foi constituída por

todos os casos de HIV/AIDS diagnosticado no estado de Minas Gerais no ano de 2013. Para evitar erros de retardo de notificação, optou-se por analisar os dados disponíveis em 2013, pois é o último ano em que constavam os dados atuais completos. A partir dos dados obtidos no DATASUS, foram construídas novas tabelas, por meio do pacote de estática Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0 for Windows.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, apresentam-se os dados quantitativos, discutidos com a literatura a seguir, e posteriormente, traça-se o entendimento desses dados para o contexto da educação básica brasileira.

A tabela 1 apresenta distribuição total dos casos de HIV/AIDS diagnosticado em 2013 no estado de Minas Gerais.

Os responsáveis, principalmente as mães, geralmente pessoa mais próxima e que passa mais tempo com a criança, adquirem o hábito da automedicação por querer uma solução imediata para o problema. Vale ressaltar que independentemente da classe farmacológica, o medicamento utilizado de forma incorreta torna-se um veneno para a criança, podendo ocasionar reações adversas, atrasar o diagnóstico de doenças graves e impulsionar a resistência bacteriana. Outro costume típico dos responsáveis é interromper o tratamento quando observado melhora no quadro clínico da criança, o que pode acarretar agravamento da patologia (URBANO et al., 2010).

Tabela 1 - Distribuição dos casos de HIV/AIDS diagnosticados em 2013 no estado de Minas Gerais

Consumo de água diário	N	%
Gênero		
Mulher	198	26,47
Homem	550	73,52
Total	748	100
Raça/Cor		
Branco	206	27,54
Preto	72	9,62
Amarelo	2	0,26
Pardo	151	20,18
Ignorado	317	42,37
Total	748	100
Exposição		
Homossexual	141	18,85

Bissexual	26	3,47
Heterossexual	239	31,95
Usuário de droga inj.	20	2,67
Trans vertical	3	0,40
Ignorado	319	42,64
Total	748	100

Escolaridade

Analfabeto	3	0,40
1º a 4º ano incompleto	30	4,01
1º a 4º ano completo	23	3,07
5º a 9º ano incompleto	50	6,68
5º a 9º ano completo	34	4,54
Médio completo	29	3,87
Médio incompleto	65	8,68
Superior incompleto	24	3,20
Superior completo	52	6,95
Não se aplica	1	0,13
Ignorado	437	58,42
Total	748	100

De acordo com a tabela apresentada acima, no ano de 2013 o número de casos de AIDS foi superior em homens com 73,52%, se comparado às mulheres que tiveram o equivalente a 26,47% dos casos registrados. A tabela ainda apresenta os brancos com 27,54% dos casos registrados, o maior número de casos em relação à raça/cor. Os heterossexuais foram os mais

afetados com 31,95% dos casos em relação à exposição. De acordo com a tabela, ainda segundo a escolaridade a maior quantidade de casos se deu em pessoas com o ensino médio incompleto, com 8,68% dos casos registrados.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos casos pela faixa etária de HIV/AIDS identificados em Minas Gerais em 2013, segundo o sexo.

Tabela 2 - Distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e sexo em Minas Gerais em 2013

Faixa Etária	Mulher		Homem	
	n	%	n	%
<5 anos	1	0,50	4	0,72
13-19 anos	7	3,53	14	2,54
20-24 anos	14	7,07	42	7,63
25-29 anos	27	13,63	83	15,09
30-34 anos	20	10,10	92	16,72
35-39 anos	30	15,15	88	16,0
40-49 anos	53	26,76	148	26,9
50-59 anos	32	16,16	58	10,54
>60 anos	14	7,07	21	3,81
TOTAL	198	100	550	100

A tabela mostra que no ano de 2013 o maior número de casos de HIV/AIDS se deu em

homens entre 40 e 49 anos de idade, onde 148 foram acometidos, totalizando 26,9% dos ca-

tos totais destes. E entre as mulheres que tem maior índice de acometimento, a faixa etária está compreendida entre 40 e 49 anos, sendo 53 mulheres acometidas, totalizando 26,76% dos casos totais identificados em mulheres. Se comparada à população geral apresentada na tabela, o maior número de acometimentos foi em homens, com 550 casos. Ainda tendo como base a tabela 2, o menor número de casos de HIV/AIDS se deu em indivíduos de até 19 anos em ambos os sexos.

As mulheres fazem parte dos grupos vulneráveis ao HIV. As diferenças que caracterizam a desigualdade, segundo Giacomozzi (2008), conferem prestígio e poder ao homem enquanto desvalorizam e violentam a mulher, dificultando o acordo quanto à utilização de preserva-

tivos nas relações sexuais. Porém, Domingues (2014) destaca a pouca procura dos homens pela unidade de saúde e com isso maior vulnerabilidade para determinados tipos de doenças que podem ser prevenidas. Em relação à AIDS, Vieira et al. (2000), aponta a crença de que essa doença era um problema de homossexuais e mulheres, que fez com que homens se sentissem protegidos da infecção, e ainda por terem muitas parceiras e não fazerem uso do preservativo, por afirmarem que não convivem com pessoas que tenham AIDS, fez com que os homens se tornassem vulneráveis ao HIV.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos casos pela faixa etária de HIV/AIDS segundo a raça/cor.

Tabela 3 - Distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e raça/cor em Minas Gerais em 2013

Faixa Etária	Branca		Preto		Amarela		Parda		Ignorado	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,57
13-19 anos	1	0,48	1	1,38	0	0	5	3,31	14	4,41
20-24 anos	14	6,79	5	6,94	0	0	12	7,94	25	7,88
25-29 anos	32	15,53	8	11,11	1	50	25	16,55	44	13,88
30-34 anos	43	20,87	10	13,88	1	50	15	9,93	43	13,56
35-39 anos	27	13,10	12	16,66	0	0	31	20,52	48	14,14
40-49 anos	50	24,27	22	30,55	0	0	45	29,80	84	26,49
50-59 anos	26	12,62	13	18,05	0	0	13	8,60	38	11,98
>60 anos	13	6,31	1	1,38	0	0	5	3,31	16	5,04
TOTAL	206	100	72	100	2	100	151	100	317	100

A tabela 3 aponta a raça/cor branca com o maior número de casos no estado de Minas Gerais em 2013, com 50 pessoas, totalizando 24,27% dos casos registrados em brancos, com idade entre 40 e 49 anos. Em seguida, a raça/cor parda nos mostra 45 pessoas acometidas pelo HIV/AIDS, totalizando 29,8% dos casos entre pardos, também com idade entre 40 e 49 anos. A população caracterizada como raça/cor preta também teve maior número de casos registrados em pessoas com idade entre 40 e 49 anos de idade com 22 pessoas registradas, totalizando 30,55% dos casos entre pretos. Já a raça/cor amarela teve apenas dois casos registrados, sendo um deles com idade entre 25 a 29 anos de idade e o outro caso com faixa etária entre 30 e 34 anos. O grupo de raça/cor branca apresenta em sua totalidade 206 casos, nesse caso é o maior número de casos de HIV/

AIDS se comparados com os outros grupos.

Apesar dos dados aqui apresentados, Pinho (2013) aponta os jovens negros como mais vulneráveis à AIDS devido à ocupação dos piores níveis de escolaridade, maiores dificuldades para ingresso no mercado de trabalho e, quando inseridos ocupam desvalorizadas funções, além de sua irreverência, vestimenta ou linguajar, são discriminados nos serviços de saúde. Apesar de considerados como grupo vulnerável à doença, os negros tiveram baixo índice de infecção no ano de 2013, em Minas Gerais se comparados com os brancos e pardos.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e segundo a categoria de exposição.

Tabela 04 - Distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e categoria de exposição em Minas Gerais em 2013

Faixa Etária	Homossexual		Bissexual		Heterossexual		Usuário de drogas inj.		Trans.		Ignorado	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,56
13-19 anos	6	4,25	1	3,84	2	0,83	0	0	1	33,33	11	3,44
20-24 anos	17	12,05	3	11,53	15	6,27	2	10,0	1	33,33	18	5,64
25-29 anos	32	22,69	5	19,23	28	11,71	2	10,0	1	33,33	42	13,16
30-34 anos	22	15,60	6	23,07	38	15,89	5	25,0	0	0	41	12,85
35-39 anos	20	14,18	1	3,84	37	15,48	4	20,0	0	0	56	17,55
40-49 anos	34	24,11	8	30,76	65	27,19	7	35,0	0	0	87	27,27
50-59 anos	8	5,67	1	3,84	37	15,48	0	0	0	0	44	13,79
>60 anos	2	1,41	1	3,84	17	7,11	0	0	0	0	15	4,70
TOTAL	141	100	26	100	239	100	20	100	3	100	319	100

Conforme a tabela, o maior número de casos registrados em heterossexuais se deu em 65 casos, totalizando 27,19% nesse grupo, logo o segundo maior número de casos foi em homossexuais com 34 casos, sendo 24,11% dos casos entre estes. O grupo dos bissexuais teve como maior número oito casos identificados, ou 30,76% do seu total. E usuários de drogas com sete casos, totalizando 35% dos casos nessa mesma. É importante salientar que todos estes grupos têm o maior número de casos identificados na faixa etária de 40 a 49 anos. Já por transmissão vertical foram os menores casos, sendo um caso com idade entre 13 e 19 anos, mais um caso entre 20 e 24 anos e um caso com faixa etária entre 25 e 29 anos, totalizando três casos nesse grupo. Dentre os grupos, o de maior número de casos registrados é o de heterossexuais, quando comparados aos outros grupos, com 239 casos registrados.

De acordo com Maia et al. (2008), a AIDS foi reconhecida como uma doença ligada aos

homossexuais, prostitutas e usuários de drogas. Devido a essa perspectiva equivocada, homens e mulheres heterossexuais não teriam chance de pegar a doença, o que fez com que o índice nesses grupos aumentasse, infectando os heterossexuais que não se preveniam (RIBEIRO, 1990). Em um estudo realizado, Maia et al. (2008), concluiu-se que homens e mulheres heterossexuais casados ou em união estáveis tinham conhecimento sobre formas de transmissão do HIV e métodos preventivos, porém estes métodos não eram praticados na maioria das situações. Apesar da tabela mostrar que no ano de 2013, em Minas Gerais, o número de heterossexuais foi maior em relação às outras categorias de exposição, estudos ainda apontam homossexuais como mais vulneráveis à infecção pelo vírus HIV, como Belouqui (2008).

A tabela 5 apresenta a distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e escolaridade.

Tabela 5 - Distribuição dos casos de HIV/AIDS por faixa etária e escolaridade em Minas Gerais em 2013

Faixa Etária	Analfabeto		4ª série incompleta ou completa		Fundamental incompleto ou completo		Médio incompleto ou completo		Superior incompleto ou completo		Ignorado	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,14
13-19 anos	0	0	0	0	3	3,57	4	4,25	0	0	14	3,19
20-24 anos	0	0	1	1,88	6	7,14	14	14,89	4	5,26	31	7,07
25-29 anos	0	0	3	5,66	11	13,09	19	20,21	21	27,63	56	12,78
30-34 anos	0	0	7	13,20	8	9,52	20	21,27	17	22,36	60	13,69
35-39 anos	0	0	10	18,86	15	17,85	11	11,70	13	17,10	69	15,75
40-49 anos	0	0	20	37,73	30	35,71	16	17,02	16	21,05	119	27,16

50-59 anos	3	100	6	11,32	8	9,52	8	8,51	3	3,94	62	14,15
>60 anos	0	0	6	11,32	3	3,57	2	2,12	2	2,63	22	5,02
TOTAL	3	100	53	100	84	100	94	100	76	100	438	100

A tabela 5 aponta que o maior número de casos quanto à escolaridade tendo em vista a distribuição por faixa etária em Minas Gerais no ano de 2013, se deu em pessoas com fundamental incompleto ou completo, com 30 casos, sendo 35,71% dos casos desse grupo com idade entre 40 e 49 anos. Logo depois, as pessoas com 4ª série incompleta ou completa, com 20 casos ou 37,73% dos casos, tendo faixa etária entre 40 e 49 anos. Também o grupo com ensino médio incompleto ou completo apresentou 20 casos, ou 21,27% dos casos entre eles, com idade entre 30 e 34 anos. O nível superior incompleto ou completo apresentou 21 casos, sendo 27,63% dos casos entre o grupo, com idade entre 25 a 29 anos. Já analfabetos totalizaram três casos, todos com idade entre 50 e 59 anos. Destes grupos, o maior número de casos totais registrados ocorreu em pessoas com ensino médio incompleto ou completo com 94 casos registrados.

Brasil (2006) aponta, dentre outros motivos, a baixa escolaridade como vulnerabilidade à infecção pelo HIV, devido a dificuldade direta no acesso às informações de prevenção à AIDS. Apesar de já fazerem parte dos grupos de vulnerabilidade, pessoas com baixa escolaridade não tiveram grande incidência de infecção pelo vírus no ano de 2013 no estado de Minas Gerais, como exemplo a tabela 05 nos mostra os analfabetos com o menor número de casos. Contudo os maiores números de casos foram em pessoas que tem ensino fundamental incompleto ou completo e superior incompleto ou completo, caracterizados como jovens com idade entre 25 a 34 anos.

Pinho (2013) destaca como preocupante o fato de mesmo com acesso às informações ainda se ter pessoas que não aderem aos métodos preventivos da doença. E ainda há quem acredite e use métodos “caseiros” para higienização íntima para evitar AIDS, como nos mostra Garcia (2010), ainda no seu estudo relatos de que conhecer o parceiro é a melhor forma de prevenir, a autora ainda chama atenção para um fato preocupante sobre o nível de conhecimento daqueles com maior nível de escolaridade e sugere uma possível falha das instituições escolares. Maia et al. (2008), salienta

que comportamentos preventivos, mesmos conhecidos muitas vezes não são praticados, desigualdade de renda interferem na aquisição das informações, como nas tomadas de decisões para a prevenção a doença, ainda que as políticas de prevenção ao HIV/AIDS devem considerar a epidemia em desigualdades, afetando a população de forma heterogênea, segundo Garcia (2010), a desinformação ou informações incorretas se devem não somente ao processo educativo, mas também as campanhas públicas que acontecem somente em períodos específicos como por exemplo carnaval. Então “escolas e professores aparecem como veículos importantes de disseminação das informações” (MAIA et al., 2008).

Segundo Darido (2012), a educação sexual ganhou ênfase na década de 80, passando a ser discutida em algumas escolas, provavelmente devido ao avanço da AIDS e aumento do número de adolescentes grávidas, que de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), a taxa de fecundidade no grupo de 15 a 19 anos vem aumentando, apesar de ter tido redução na taxa total de fecundidade (BRASIL, 2011). Contida nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação sexual para a autora, assim como os outros, foram propostos para toda a escola, devendo ser tratado por todas as disciplinas. Os temas transversais se transformaram em um grande desafio, pela importância de serem tratados, dentro de uma disciplina comum e em todas elas. Contudo, Gattás (2012) fala que o educador tanto da escola fundamental, como da universidade, deve perceber, acompanhar e compreender as transformações que estão ocorrendo, melhores formas de distender o conhecimento, e a interdisciplinaridade vem como um desafio. Ainda segundo a autora a interdisciplinaridade que é um processo de integração recíproca, é revelada como uma ideia, com base na vontade de colaboração, e diálogo, de abertura ao outro, devendo se trabalhar um determinado assunto com diferentes pontos de vistas através da integração mútua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado apresenta o maior número de acometimento de HIV/AIDS no ano de 2013 do estado de Minas Gerais/ Brasil nos grupos de homens, de brancos, de heterossexuais e no grupo de indivíduos com o ensino médio concluído ou incompleto.

Apesar do baixo grau de instrução ser um fator importante para a vulnerabilidade do HIV/AIDS, este estudo mostra que a maioria das pessoas acometidas por essa doença participou do processo de educação formal. Isso demonstra que a proposta de conteúdos sobre orientação sexual no estado de Minas Gerais/Brasil na educação básica embasada nos temas transversais dos PCNs, pode contribuir com o grau de instrução sobre a doença, mas ainda não concretiza sua erradicação nos grupos de indivíduos que possivelmente foram orientados acerca do assunto na vida escolar.

Portanto, o formato de trabalho dos conteúdos dentro da escola merece uma reflexão acerca da comunidade escolar para facilitar a todos a aquisição de informações e orientações adequadas a respeito dos aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais da doença. Por esse motivo a interdisciplinaridade deve ser levada em consideração.

Assim esse estudo não esgota o assunto sobre a temática, mas propõe o avanço de novas pesquisas com outras abordagens que busquem elucidar as dúvidas advindas desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica**. Normas e Manuais Técnicos, n 18, serie A. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **AIDS no Brasil**. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Ministério da Saúde. s/d. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/aids-no-brasil>>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. 1. ed., 2. reimpr. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BELOQUI, J. et al. Risco relativo para AIDS de homens homo/bissexuais em relação aos heterossexuais. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 3, p. 437-442, 2008.

DARIDO, S. C. **Temas transversais e a educação física escolar**. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DOMINGUES, P. S. **A representação social do ser homem para homens heterossexuais e a vulnerabilidade para o HIV/AIDS**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

GATTÁS, M. L. B; FUREGATO, A. R. F. A interdisciplinaridade na educação. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene**, v. 8, n. 1, 2012.

GARCIA, S; DE SOUZA, F. Me. Vulnerabilidades ao HIV/AIDS no contexto brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração. **Saúde e sociedade**, v. 19, n. supl. 2, p. 9-20, 2010.

GIACOMOZZI, A. I. **Variáveis culturais e psicossociais associadas à vulnerabilidade étnica ao HIV/AIDS: estudo comparativo entre Brasil e França**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

MAIA, C; GUILHEM, D; FREITAS, D. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS de pessoas heterossexuais casadas ou em união estável. **Revista Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 242-8, 2008.

PINHO, M. D. et al. Juventudes, raça e vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 277-294, 2013.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual**. Além da formação. São Paulo: EPU, 1990.

UNAIDS. **Global report: UNAIDS report on the global AIDS epidemic: 2012**. Genebra: WHO Library, 2012. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/20121120_UNAIDS_Global_Report_2012_with_annexes_en_1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2016.

VERONESI, R. **Doenças infecciosas e parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 1991.

VIEIRA, E. M. et al. Alguns aspectos do comportamento sexual e prática de sexo seguro em homens do Município de São Paulo . **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 4, p. 997-1009, 2000.

PERFIL NUTRICIONAL DE FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL PÚBLICO DE MONTES CLAROS/MG

DA SILVA, Adislaine Ferreira¹; REIS, Fernando Kaiky Rodrigues¹; RODRIGUES, Vinícius Dias²

¹Graduados em Nutrição pela Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI. Montes Claros/MG.

²Mestre em Ciências da Saúde pela Unimontes. Professor pesquisador da UAB/Unimontes.

RESUMO

O objetivo desse estudo foi avaliar o perfil nutricional de funcionários do hospital público na cidade de Montes Claros/MG. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, quantitativo e transversal. Foram avaliados 77 funcionários, de ambos os sexos, com idade entre de 25 a 40 anos, selecionados por conveniência. Foi realizada uma avaliação antropométrica com adultos de 25 a 40 anos, onde foi realizada uma avaliação nutricional de um Hospital Público de Montes Claros/MG. Para determinação da massa corporal e estatura dos indivíduos foi utilizada uma balança da marca Filizolla com capacidade máxima de 150 kg com estadiômetro acoplado, precisão de 1,0mm. E na tomada das circunferências da cintura e do quadril foi utilizada uma fita métrica e flexível da marca Sanny com precisão de 0,1 cm. Todos os procedimentos estatísticos foram feitos no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0. Os dados obtidos nesta pesquisa revelaram um percentual de inadequação do estado nutricional relacionados à saúde dos indivíduos, associados a um risco de complicações de doenças relacionadas a má alimentação. Grande parte dos funcionários apresentou sobrepeso condição agravada pelos altos percentuais de risco cardiovascular encontrados nesta população. Esses índices estão entre os que mais causam morbi-mortalidade no mundo, necessitando assim de uma intervenção que visem melhorar a saúde e qualidade de vida desses funcionários, condição intervir de forma direta e positiva na qualidade e produtividade destes funcionários.

Palavras-chave: Avaliação Nutricional; Índice de Massa Corporal; Relação Cintura-Quadril.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as transformações no consumo alimentar e seus efeitos na população são discutidos no mundo todo, ocupando lugar de destaque na agenda da saúde, especialmente nas políticas de promoção da saúde, especialmente nas políticas de promoção da saúde, já que a alimentação é determinante fundamental na qualidade de vida, pois afeta o indivíduo de várias maneiras, visto que os nutrientes são indispensáveis para o funcionamento do organismo (MORATOYA, 2013). Ao contrário do que acontece, a alimentação deveria estar ao alcance de todos (RANGEL, 2012).

A alimentação pode propiciar modificação positiva do peso corporal, quando ocorre consumo adequado de frutas, verduras e hortaliças e diminuição na ingestão de alimentos ricos em gorduras e açúcar (CUNHA, 2013). Visto que, a alimentação estar associada à interação social,

pois muitas vezes as refeições são usadas para nos conhecermos, convivermos, partilharmos e comemorarmos acontecimentos (PITANGA, 2007).

A avaliação do estado nutricional tem como objetivo identificar os distúrbios nutricionais, possibilitando realizar uma intervenção de forma a auxiliar na recuperação e/ou manutenção do estado de saúde do indivíduo por meio da coleta de dados clínicos, dietéticos, bioquímicos e da composição corpórea, com a finalidade de identificar e orientar sobre as alterações do estado nutricional (MAHAM; SCOTT-STUMP, 2010).

A mesma avalia as condições nutricionais do organismo (crescimento e proporções corporais), resultante do balanço, entre a ingestão e o consumo de nutrientes, determinando assim o estado nutricional do indivíduo (MELLO, 2002).

Trata-se de um processo dinâmico, feito

por meio de comparações entre os dados obtidos e os padrões de referência, que envolve não somente a coleta inicial dos dados, mas também o diagnóstico do estado nutricional do indivíduo (LACEY, 2003).

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2004) indica a antropometria como um método mais utilizado para determinar o estado nutricional do indivíduo, é um método barato, não invasivo, universalmente aplicável, com boa aceitação é fácil de ser realizado, devido a disponibilidade de equipamentos, sendo por isso largamente utilizado para identificar distúrbios nutricionais e detectar precocemente alterações do estado nutricional (LOURENÇO, 2011).

Para realização do diagnóstico nutricional são avaliados alguns parâmetros como a cultura, etnia, renda e padrões socioeconômicos (CARVALHO, 2012). Os inquéritos alimentares são instrumentos de diagnósticos que se dispõem a identificar as práticas alimentares de uma população, avaliando também a viabilidade de intervenções que visam às mudanças nos hábitos alimentares (COSTA, 2013).

As escolhas na quantidade e qualidade do que se ingere são fatores determinantes do diagnóstico nutricional. Conforme dados da OMS, grande parte das pessoas geralmente tem hábitos e comportamento alimentares pouco saudáveis. Atualmente, cerca de 400 milhões de adultos têm excesso de peso e destes, cerca de 130 milhões são obesos (PITANGA, 2007).

Em decorrência da transição tecnológica, o número de indivíduos acima do peso aumenta cada vez mais. Os *fast foods* denominada de comida rápida são a opção da maioria das pessoas, devido uma jornada de trabalho extensa, o indivíduo optam por uma refeição rápida, porém, não saudável, sendo que a população adulta brasileira os índices superam 50%, fazendo com que haja uma preocupação com as doenças não transmissíveis, como hipertensão arterial, dislipidemias, obesidade, diabetes mellitus tipo 2 e aceleração do processo de aterosclerose (CUNHA, 2013).

Elevados índices de sobrepeso e obesidade são observados na população geral, devido ao aumento na ingestão de gordura e açúcar, diminuição do consumo de fibras e carboidratos complexos. Sendo que esta parece permitir o consumo excessivo de energia, devido sua densidade energética e possivelmente sua baixa ação na saciedade (WESTERTERP, 1998).

Com o aumento das doenças crônicas a uma redução na expectativa de vida da popu-

lação, devido às complicações geradas pela má alimentação dos cidadãos. É importante avaliar as reservas corporais, em qual região está localizada a gordura corporal, caso seja, na região abdominal, é um fator de risco para desenvolver doenças (CUNHA, 2013).

Estimativas da Organização Mundial da Saúde demonstram que as doenças crônicas não transmissíveis são responsáveis por 58,5% dos óbitos e por 45,9% das morbidades em todo o globo (WHO, 2004). Atualmente a obesidade é vista como um problema de saúde pública, sendo considerada uma epidemia global para a Organização Mundial da Saúde, além causar discriminação social nas pessoas que estão acima do peso (WHO, 2004). Assim sendo, o objetivo deste trabalho o perfil nutricional de funcionários do hospital público na cidade de Montes Claros/MG.

METODOLOGIA

Este estudo tem características descritivas, quantitativas e transversais, realizada na cidade de Montes Claros- MG, no hospital Aroldo Tourinho. A população corresponde os adultos de ambos os sexos, com idade entre de 25 a 40 anos, selecionados por conveniência. A amostra foi composta de 77 usuários. A seleção da amostra foi de forma conveniente onde o critério de inclusão foi aceitar a participar da pesquisa de forma voluntária e os que assinaram o termo de consentimento livre esclarecido.

Os instrumentos utilizados foram: a) estadiometro inglês, tipo *Leicesters*, acoplado a uma base que permite medida de estatura, fabricado pela *Hid Growth Foundation*; b) balança da marca Filizola, com capacidade máxima de 150 kg, aferidas pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) para mensuração do peso corporal; c) na tomada das circunferências da cintura e do quadril foi utilizada uma fita métrica e flexível da marca *Sanny* com precisão de 0,1 cm.

Tem como variáveis somáticas simples (Massa corporal, Estatura, Circunferência abdominal, Circunferência da cintura e Circunferência do quadril) e variáveis somáticas compostas (Índice de Massa Corporal e Relação Cintura-Quadril). Já as variáveis independentes como idade e gênero serão utilizadas para melhor descrição dessa amostra.

O índice de massa corporal (IMC) é um

identificador de sobrepeso e obesidade, uma vez que a maioria da população, quando apresenta valores elevados deste índice, raramente apresenta aumento da massa livre de gordura (WHO, 1995). O IMC é a relação peso (kg)/estatura (m)².

A relação cintura-quadril (RCQ) é um índice antropométrico que indica, de forma simplificada, a distribuição da gordura corpora e é representado pela relação da circunferência da cintura (cm) / circunferência do quadril (cm) (WHO, 1995).

Os procedimentos começaram com a visita ao Hospital onde foi feito o encaminhamento do projeto dessa pesquisa, após autorização esse projeto foi encaminhado para comitê de ética em pesquisa da FUNORTE, onde após aprovação sob o parecer substanciado de nº 1.240.774 /2015 iniciou os procedimentos da pesquisa. A coleta de dados dos funcionários de iniciou com uma explicação breve dos objetivos e procedimentos da pesquisa. Lembrando que nesse dia o funcionário que se voluntariou para pesquisa assinou o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE). Posteriormente foram agendados horários específicos para a coleta de dados no ambiente do Hospital, onde, os funcionários foram encaminhados para o local na unidade de saúde para iniciar os procedimentos antropométricos.

Todos os usuários que colaboraram com a pesquisa eles foram abordados antes de almoçarem e com o mínimo de roupa possível. Este procedimento foi padrão no período de pré-coleta. As sequências da coleta dos dados antropométricos são: massa corporal, estatura, circunferência de cintura, e circunferência de quadril.

A medição da estatura será realizada com o estadiômetro que fica acoplado a balança. O avaliado ficará descalço, posicionado na posi-

ção ortostática (em pé), pés unidos, no centro da plataforma, braços ao longo do corpo e a cabeça orientada no plano de Frankfurt paralela ao solo, realizou uma inspiração máxima, permanecendo em apneia por 3 segundos no momento do registro da estatura corporal.

A medida da circunferência da cintura será realizada posicionando a fita na parte mais estreita do tronco, no ponto médio entre a última costela e a crista ilíaca, de forma que a fita não comprimissem os tecidos moles. Já a medição do quadril, a fita será posicionada horizontalmente, na região de maior volume dos glúteos (ISAK, 2001).

Para o tratamento dos dados foi utilizada a estatística descritiva com a utilização de média e desvio padrão para as variáveis do estudo. Para analisar as variáveis dependentes foi feita a verificação da normalidade dos dados por meio do teste de *Shapiro-Wilk*. Posteriormente foi utilizado o teste t de *Student* para amostras não pareadas. Todos os procedimentos estatísticos foram feitos no programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 20.0 for Windows*.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A tabela 1 descreve a média e desvio padrão das variáveis do estudo. A amostra foi predominantemente composta por 41 mulheres, constituída totalmente por adultos, apresentando uma média de idade de 31,03 anos. Foi observado que o público feminino teve maior participação no estudo, isso devido ao maior número de funcionárias em vários setores de trabalho e também devido a participação ter sido voluntária. Visto que os estudos têm mostrado que as mulheres apresentam maior preocupação com a saúde comparada aos homens (COSTA, 2013).

Tabela 1 - Descrição da média e desvio padrão das variáveis do estudo

	Mulheres			Homens			TOTAL		
	n	Média	± DP	n	Média	± DP	n	Média	±DP
Idade (anos)	41	30,90	5,40	36	31,19	5,46	77	31,03	5,39
Peso corporal (Kg)	41	62,06	10,21	36	79,02	15,41	77	69,99	15,39
Estatura (m)	41	1,68	1,56	36	1,87	1,68	77	1,77	18,06
IMC (Kg/m ²)	41	23,10	3,46	36	25,62	4,16	77	67,41	379,60
Cintura	41	77,73	9,25	36	88,61	10,63	77	82,81	11,26
Quadril	41	97,17	8,05	36	103,05	7,71	77	99,92	8,38
RCQ	41	0,79	0,05	36	0,85	0,06	77	0,06	0,06

A tabela 2 apresenta a comparação das médias das variáveis do estudo. Observa-se que as mulheres apresentaram IMC médio 23,10 dentre os níveis classificatório de eutrófia (18,5

entre 24,9 kg/m²). Quanto aos homens o IMC médio 25,62 apresentou sobrepesos. Essas alterações estão relacionadas ao estilo de vida e hábitos alimentares pouco saudáveis.

Tabela 2 - Comparação das médias das variáveis do estudo

Variáveis	Média		Desvio Padrão		Significância	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		
Idade	30,90	31,19	5,40	5,46	0,815	5,46
Peso	62,06	79,02	10,21	15,41	0,000*	15,41
Estatura	1,68	1,87	1,56	1,68	0,304	1,68
IMC	23,10	25,62	3,46	4,16	0,277	4,16
Circ. Cintura	77,73	88,61	9,25	10,63	0,000*	10,63
Circ. Quadril	97,17	103,05	8,05	7,71	0,002*	7,71
RCQ	0,79	0,85	0,05	0,06	0,000*	0,06

* p < 0,05

A Circunferência da Cintura (CC) foi de 77,73 para mulheres e 88,61 para homens, não apresentando nenhum risco de doença cardiovascular. Ultimamente recomenda-se a medida isolada da circunferência da cintura, com a finalidade de verificar complicações metabólicas associadas à obesidade, correlaciona-se fortemente com o IMC e parece predizer melhor o tecido adiposo visceral. No entanto, a OMS (1997) recomenda que utilize a medida da cintura com cautela, pois há necessidade de mais estudos que verifiquem a variabilidade dos pontos de corte em diferentes populações. A CC foi verificada média ligeiramente adequada aos valores de referência para mulheres (superior 80 cm) e homens (superior a 94 cm).

Para Soares et al. (2011), a relação cintura/quadril(RCQ) e IMC podem ser fator importante para avaliação/alerta de saúde, na dinâmica atual faz-se uma relação direta de um bom estado antropométrico com as práticas de atividade física, dessa forma nas últimas décadas a prática regular de atividade física tem sido estimulada como busca de estilo de vida saudável. O presente estudo verificou que a RCQ para mulheres apresentam riscos alterados e homens apresentam risco moderados comparados aos valores de referência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2004), a prática regular de atividade física reduz o risco de mortes prematuras, doenças do coração, acidente vascular cerebral, câncer de cólon, de mama e diabetes tipo II além de atuar na prevenção ou redução da hipertensão arterial e prevenção do ganho de peso.

O excesso de peso corporal é um nível

do estado nutricional caracterizado pelo peso corporal excessivo, derivado do acúmulo de gordura, em relação à altura, que pode propiciar maior risco para o desenvolvimento de diversas doenças. É oriundo do cálculo de um indicador, denominado índice de massa corporal (IMC), muito usado para a classificação do estado nutricional na população de adultos, por meio de sua categorização em pontos de corte (GRUNDY et al., 2005 apud. FARIA et al., 2012).

É importante ressaltar que as categorias de IMC de adultos não são diferenciadas segundo o sexo, além de abranger uma ampla faixa etária (20 a 59 anos). Um fator que limita a aplicação do IMC é que ele não é capaz de fornecer informações relacionadas com a composição corporal. Pessoas com elevada quantidade de massa muscular podem apresentar elevado IMC, mesmo que a gordura corporal não seja excessiva. Apesar de o IMC não fornecer informações relacionadas com a quantidade e distribuição da gordura corporal, muitos estudos demonstram a sua importância na avaliação do risco de mortalidade. Em adultos, observa-se que valores extremos de IMC aumentam o risco de mortalidade, assinalou Rezende et al. (2010).

Resultados comparativos de estudos na população brasileira entre 1974 e 2003 apresentam dados de crescimento da prevalência de excesso de peso e obesidade em adultos para todas as regiões do país (FLORINDO et al., 2009).

A tabela 3 apresenta a distribuição percentual da classificação do IMC de funcionários

de um Hospital de Montes Claros-MG.

Tabela 3 - Distribuição percentual da classificação do IMC

	N	Porcentagem
Total da amostra		
Eutrófico	43	55,8
Magreza Grau I	4	5,2
Magreza Grau II	1	1,3
Obesidade	1	1,3
Obesidade Grau I	8	10,4
Pré-Obesidade	20	26,0
Total	77	100,0
Homens da amostra		
Eutrófico	18	50,0
Magreza Grau I	7	19,4
Magreza Grau II	0	0
Obesidade	0	0
Obesidade Grau I	0	0
Sobrepeso	11	30,6
Total	36	100,0
Mulheres da amostra		
Eutrófico	25	61,0
Magreza Grau I	4	9,8
Magreza Grau II	1	2,4
Obesidade	1	2,4
Obesidade Grau I	1	2,4
Sobrepeso	9	22,0
Total	41	100,0

Observa-se que o estudo apresenta um maior número de homens com sobrepeso (11) comparado com as mulheres (9). Os índices de sobrepeso estão relacionados a fatores genéticos, sedentarismo e hábitos alimentares poucos saudáveis. Estudos evidenciam que esses índices vem aumentando de forma preocupante em todo o mundo (OMS, 2004).

Este alto percentual é preocupante em todos os setores, principalmente por serem profissionais da saúde, pois os mesmos servem de modelo para os seus pacientes, o que nos permite observar que o fato de um indivíduo possuir conhecimento não implica necessariamente na prática de bons hábitos alimentares, fazendo-se necessário mais estudo a fim de verificar as causas da má alimentação que estar

relacionada a esses índices de sobrepeso e obesidade da população estudada.

A obesidade e, particularmente, a localização abdominal de gordura tem grande impacto sobre as doenças cardiovasculares por associar-se com grande frequência a condições tais como dislipidemias, hipertensão arterial, resistência à insulina e diabetes que favorecem a ocorrência de eventos cardiovasculares, particularmente os coronarianos. Independentemente do sobrepeso, a gordura abdominal é importante fator de risco para essas condições. Ainda que diversos métodos possam ser utilizados na caracterização da distribuição do tecido adiposo, os métodos mais acurados tais como a tomografia computadorizada e a ressonância magnética são de alto custo e de difícil execução, de forma

que a antropometria tem sido muito aplicada para este fim, por meio da construção de índices antropométricos de boa acurácia, a partir de medidas antropométricas de fácil mensuração, obtidas a baixo custo. (FERREIRA et al. 2006).

CONCLUSÃO

Os dados obtidos nesta pesquisa revelaram um percentual de inadequação do antropométrico relacionado à saúde dos indivíduos, associados a um risco de complicações de doenças relacionadas a má alimentação. Grande parte dos funcionários apresentou sobrepeso condição agravada pelos altos percentuais de risco cardiovascular encontrados nesta população. Esses índices estão entre os que mais causam morbi-mortalidade no mundo, necessitando assim de uma intervenção que visem melhorar a saúde e qualidade de vida desses funcionários, condição intervir de forma direta e positiva na qualidade e produtividade destes funcionários.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. A. S. et al. Avaliação do perfil nutricional, antropométrico e dietético de atletas adolescentes, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Unisuam.*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 39-49, 2012.

COSTA, M. M. L. **O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF):** contextualização de sua implantação na atenção básica à saúde no Brasil. 2013. 56 f., il. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CUNHA, D. T.; ALBANO, R. D. Evolução antropométrica após intervenção nutricional. *Nutrire*, v. 38, n. 1, p. 15-26, 2013.

MELLO, E. D. O que significa a avaliação do estado nutricional. *J Pediatr (Rio J)*, v. 78, n. 5, p. 357-8, 2002.

FERREIRA, M. G. et al. Acurácia da circunferência da cintura e da relação cintura/quadril como preditores de dislipidemias em estudo transversal de doadores de sangue de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. *Cad Saúde Pública*, v. 22, n. 2, p. 307-14, 2006.

FLORINDO, A. A. et al. Prática de atividades físicas e fatores associados em adultos, Brasil, 2006. *Rev Saúde Pública*, v.2, p.65-73, 2009.

LACEY, K.; PRITCHETT, E. Nutrition care process and model: ADA adopts road map to quality care and outcomes management. *Journal of the American Dietetic Association*, v. 103, n. 8, p. 1061-1072, 2003.

LOURENÇO, A. M.; TAQUETTE, S. R.; HASSELMANN, M. H. Avaliação nutricional: antropometria e conduta nutricional na adolescência. *Adolesc Saude*, v. 8, n. 1, p. 51-8, 2011.

MAHAM, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. **Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia.** 12 edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MORATOYA, E. E. et al. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. *Revista de Política Agrícola*, v. 22, n. 1, p. 72-84, 2013.

RANGEL-S, M. L.; GABRIELA, L.; GOMES, A. L. C.. Alimentação saudável: acesso à informação via mapas de navegação na internet. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 3, 2012.

REZENDE, Fabiane Aparecida Canaan et al. Aplicabilidade do índice de massa corporal na avaliação da gordura corporal; The body mass index applicability in the body fat assessment. *Rev. bras. med. esporte*, v. 16, n. 2, p. 90-94, 2010.

PITANGA, F. J. G.; LESSA, I. Associação entre indicadores antropométricos de obesidade e risco coronariano em adultos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. *Rev. Bras. Epidemiol*, v. 10, n. 2, p. 239-248, 2007.

PITANGA FJG, LESSA I. **Indicadores antropométricos de obesidade como instrumento de triagem para risco coronariano elevado em adultos na cidade de Salvador-Bahia.** 2005.

WESTERTERP-PLANTENGA, M. S. et al. Energy intake and body weight effects of six months reduced or full fat diets, as a function of dietary restraint. *International journal of obe-*

sity and related metabolic disorders, v. 22, n. 1, p. 14-22, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. Geneva: WHO Library, 2004.

_____. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: WHO Library, 1995.

[DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES]

A Revista Multitexto do CEAD/Unimontes é aberta a acadêmicos, professores e a pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento e, em especial, Educação a Distância, por meio de diálogos interdisciplinares entre as ciências. A revista publica artigos provenientes de projetos de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação.

Os textos são recebidos para as seções Artigos Originais (AO), Artigos de Revisão (AR) e Relatos de Experiência (RE). As normas e definições para cada seção devem ser observadas rigorosamente, conforme:

1. Artigos Originais: são trabalhos resultantes de pesquisas inéditas e de temáticas relevantes à área pesquisada, apresentando os principais resultados de pesquisa, analisados e discutidos por meio de lacuna do conhecimento e revisão. Devem ser apresentados com uma estrutura constituída de Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusão ou Considerações Finais e Referências. Os trabalhos enviados para essa seção devem possuir no máximo 20 laudas ou até 40 mil caracteres (contados os espaços).

2. Artigos de Revisão: são trabalhos que têm por objetivo resumir, analisar, avaliar ou sintetizar trabalhos teóricos e/ou de investigação já publicados. O artigo de revisão deve apresentar as seções Introdução, Revisão da Literatura, Considerações Finais ou Conclusões e Referências. Os trabalhos devem possuir até 15 laudas ou até 30 mil caracteres (contados os espaços).

3. Relatos de Experiência ou Relato de Caso: são publicados relatos de experiência vivenciados pelo próprio autor do trabalho diante de um objeto de estudo ou projeto de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação. Pode ser um relato acadêmico ou profissional relevante à área de estudo. O corpo do texto deve conter as seções Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências. O relato de experiência ou relato de caso deve apresentar, no máximo, 12 laudas ou até 25 mil caracteres (contados os espaços).

Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido publicado em outro periódico científico ou livro. Caso contrário, deve ser apresentada no momento da submissão uma justificativa das razões pelas quais o trabalho deve ser considerado para publicação. As colaborações são publicadas apenas em língua portuguesa. Quanto à autoria, os trabalhos não poderão exceder o número de 7 (sete) autores (isto é, 1 autor principal mais 6 coautores).

As submissões deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Formatação

- a. Formato de apresentação: os textos deverão se apresentados no programa de edição de textos Microsoft Word[®] (.doc ou .docx com compatibilidade) em formato de papel A4.
- b. Dimensões: margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior de 2 cm.
- c. Título: fonte Arial, tamanho 14 pontos, caixa alta, negrito e centralizado.
- d. Autoria: deve-se apresentar o nome completo dos autores em fonte Arial, tamanho 12, alinhado à direita, seguindo de numeral sobrescrito indicando ordem. Devem ser seguidos, logo abaixo, da apresentação da titulação máxima do autor, vínculo profissional/instituição e cidade/estado com fonte Arial, tamanho de 10 pontos, alinhado à direita. Como por exemplo:

ROCHA, Mariana Santos¹

¹Doutora em Educação pela UFMG. Docente do Departamento de Educação da Unimontes. Montes Claros/MG.

- e. Resumo: deve ser preparado de modo informativo e sintético, incluindo objetivo, descrição breve dos métodos empregados, resultados e conclusão ou considerações finais. O título resumo deve ser apresentado em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. O texto do resumo deve estar em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, espaço entrelinhas simples e redigido em parágrafo único e justificado. O resumo deve possuir até 300 palavras.
- f. Palavras-chave: Abaixo do resumo, devem ser apresentados de 3 a 5 termos que identifique a temática abordada no trabalho, separados pelo sinal de ponto final.
- g. Títulos das seções: observadas os títulos de cada tipo de seção (artigos originais, de revisão e relatos de experiência ou de caso), os títulos devem ser apresentados em fonte Arial, sem numeração precedente, caixa alta, negrito, justificado, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos, respeitando o espaço de 1 parágrafo após o início do texto ou do subtítulo subsequente.
- h. Subtítulos: devem ser apresentados abaixo dos títulos de seção com espaço de 1 parágrafo antes e 1 parágrafo depois. A formatação deve ser em fonte Arial, tamanho 12 pontos, caixa alta e baixa, justificado e espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos.
- i. Corpo do texto: deve ser apresentado com paragrafação de 1,5 pontos, fonte Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento entrelinhas

de 1,5 pontos e justificado.

j. Tabelas, figuras, quadros e gráficos: devem ser apresentados de maneira nítida e legível, precedida de título e número indicativo de ordem e sucedida de fonte (caso não seja de autoria própria). Os títulos devem ser apresentados com a indicação do tipo de recurso (exemplo “Tabela 1 - Perfil da amostra” ou “Figura 1 - O educador Paulo Freire”) e um título correspondente ao seu conteúdo em fonte Arial, tamanho de 12 pontos e centralizados. Já a indicação de fonte deve ser indicada com a palavra Fonte e sua indicação em Arial, tamanho 12 pontos, alinhado à esquerda. Caso seja de origem da internet, deve-se indicar o link e data de acesso com os termos “Disponível em:” e “Acessado em:”. Recomenda-se calorosamente o envio de figuras, gráficos, tabelas e quadros com boa resolução e, se possível, além de constarem no corpo do texto, que sejam enviadas separadamente no momento da submissão (em formato jpeg, png ou similar).

k. Citações: recomenda-se a adequação das citações no texto conforme as normas da NBR 10520/2002.

ABNT. NBR 10520/2002. Informação e documentação. Citação em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

l. Referências: As referências devem ser dispostas conforme as indicações da NBR 6023/2002. O título referências deve ser redigido em fonte Arial, tamanho 12, caixa alta, negrito, espaçamento simples e justificado. O texto das referências deve ser redigido em Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento simples, justificado, observando a marcação de negrito específica como indica a NBR 6023/2002. A cada referência, o espaço de 2 parágrafos deve ser concedido.

m. Recomendações gerais: recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes a apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022/2003), apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), apresentação de originais (NBR 12256), norma para datar (NBR 5892) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação de tabulação do IBGE.

n. Apêndices e Anexos (se houver): devem ser precedidos do título anexo ou apêndice com fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. Seu texto (caso não seja de um documento pré-formatado) deverá observar as normas de formatação da apresentação de texto, conforme item i.

Envio

As submissões devem ser feitas adotando-se o seguinte procedimento:

- Observar as diretrizes de submissão.
- Caso o autor seja um novo usuário, cadastrar-se na plataforma de submissão da Revista Multitexto pelo link <http://www.ead.unimontes.br/multitexto>.
- Submeter o arquivo original conforme especificações e, quando possível, arquivos de imagens, gráficos e tabelas em separado com

-
- alta ou média resolução.
 - Encaminhar o mesmo arquivo para o e-mail pesquisa@ead.unimontes.br.

Dúvidas e esclarecimentos

Quaisquer informações podem ser obtidas pelos contatos da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, responsável pela curadoria e editoração da Revista Multitexto.

Unimontes - Campus Darcy Ribeiro
Centro de Educação a Distância - CEAD
Avenida Ruy Braga, s/n, Prédio 7, 2º piso, sala 10, Pesquisa.
(38) 3229-8303 - revistamultitexto@ead.unimontes.br
www.ead.unimontes.br/multitexto

